

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Francisca Izabel da Silva

**EDUCADOR SOCIAL E CONTROLE DO TERRITÓRIO: O ATENDIMENTO
À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**

**“SOCIAL EDUCATORS AND TERRITORIAL CONTROL: ASSISTANCE TO THE
HOMELESS POPULATION IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP”**

São José dos Campos, SP
2025

Francisca Izabel da Silva

**EDUCADOR SOCIAL E CONTROLE DO TERRITÓRIO: O ATENDIMENTO
À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane M. Maciel;
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Viviana Mendes Lima

São José dos Campos,
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Silva, Francisca Izabel da
Educador social e controle do território : o atendimento à
população em situação de rua em São José dos Campos/SP /
Francisca Izabel da Silva; orientadora, Lidiane Maria Maciel;
co-orientadora Viviana Mendes Lima. - São José dos Campos, SP,
2025.

1 CD-ROM, 124 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do
Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

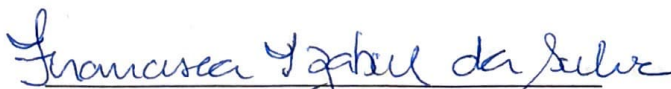
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Educador social. 3.
Cidadania. 4. Justiça social. I. Maciel, Lidiane Maria, orient.
II. Lima, Viviana Mendes, co-orient. III. Universidade do Vale do
Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional. IV. Título.

Eu, Francisca Izabel da Silva, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 30 de Maio de 2025.



Autor(a) da Obra

FRANCISCA IZABEL DA SILVA

**“EDUCADOR SOCIAL E CONTROLE DO TERRITÓRIO: O ATENDIMENTO À
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. ^a Dr. ^a Lidiane Maria Maciel	<i>Prof.^a Dr.^a Lidiane Maria Maciel</i>
Prof. ^a Dr. ^a Viviana Mendes Lima	<i>Prof.^a Dr.^a Viviana Mendes Lima</i>
Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino	<i>Luiz Carlos Andrade de Aquino</i>
Prof. Dr. Luciano Márcio Freitas de Oliveira – (MDS)	<i>Prof. Dr. Luciano M F de Oliveira</i>

Prof.^a Dr.^a Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 06 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Terezinha, meu pai Maurício (in memoriam), e aos irmãos Angela, Maurício, Roneir e Mauricéia, por todo o carinho, apoio, união e harmonia ao longo destes anos, que me fortalecem e inspiram a seguir em frente.

Às queridas e superpoderosas orientadoras, Lidiane Maciel e Viviana Mendes Lima, pela dedicação, empenho, seriedade e carinho dispensados a mim, os quais contribuíram imensamente para o meu aprendizado e a realização desta obra. A vocês, minha sincera e eterna gratidão.

Aos prezados docentes da Banca Examinadora, pela preciosa contribuição ao compartilhar seus conhecimentos: as professoras doutoras Regina Claudia Laisner, Luiz Carlos Andrade de Aquino e Luciano Márcio Freitas de Oliveira.

A todos os professores da Pós-Graduação do Programa de Planejamento Urbano e Regional, pelo conhecimento compartilhado e incentivos constantes.

À Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo financiamento da pesquisa.

À querida Rita de Cássia Curvello, Coordenadora da equipe da Abordagem Social, pelo apoio constante e compreensão deste estudo, permitindo a minha organização nos horários de trabalho e o empenho nas pesquisas acadêmica e de campo. Que sua vida seja sempre iluminada, Rita, e que você seja cada vez mais feliz.

A cada Educador (a) Social, que, como protagonista desta pesquisa, deu "voz" às questões referentes ao atendimento à população em situação de rua, tornando-se "visível" enquanto profissional. Realizam seu trabalho com a população de rua no Brasil e no mundo, enfrentando realidades complexas, mas sempre se dedicando com comprometimento, seriedade e justiça social. A vocês, todo o meu respeito, carinho e gratidão.

Aos prezados profissionais da equipe de Abordagem Social e Centro Pop, pela parceria e pelo trabalho realizado para garantir todo o atendimento à população em situação de rua na rede socioassistencial.

À população em situação de rua, pela oportunidade de, a cada atendimento, conhecer sua trajetória e vivências, que nos motivam a desafiar as circunstâncias para efetivar os direitos, tornando-os "visíveis" e protagonistas da própria história.

A todas as pessoas que tive a oportunidade de conhecer e com quem trabalhei, fazendo a diferença não apenas em minha vida, mas também em toda a minha trajetória profissional desde a minha formação em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba, em 1998.

Ao prezado e querido Dr. Daisaku Ikeda, Presidente Honorário da Soka Gakkai Internacional, e a todos os membros desta valiosa organização, por todo o incentivo, carinho e dedicação, que fazem toda a diferença em minha vida.

Viver é aprender
“Uma pessoa que estabelece em sua vida a firme disposição de aprender jamais será
arrastada pelos sofrimentos, por mais dura que seja a realidade que a assole.
Isso porque ela é capaz de transformar tudo em trampolim para seu autoaperfeiçoamento,
sua construção e sua vitória.
E para que se aprende?
Para quem utilizaremos o conhecimento e a sabedoria adquiridos?
Simplesmente pela felicidade das pessoas,
Ao atuar com esse senso de responsabilidade, o verdadeiro talento será plenamente evidenciado
sem qualquer impedimento.

(Daisaku Ikeda, 2024, p. 44)

APRESENTAÇÃO

Neste vasto universo acadêmico, o desafio é constante, mas cada descoberta nos sinaliza de que sempre haverá uma luz que nos direciona, uma coragem que nos fortalece, transforma e amplia cada vez mais o conhecimento, não somente o acadêmico, mas que pensa o ser humano e sua criatividade para transformar o mundo.

Meu nome é Francisca Izabel da Silva, 59 anos, natural de Lorena/SP; meus pais são Terezinha Maria Pereira da Silva e Maurício Nogueira da Silva (*in memoriam*), sendo minha mãe empregada doméstica e meu pai metalúrgico, que trabalhou na *Volkswagen* durante 10 anos e aposentou-se em 1997, vindo a falecer com 59 anos, em 1999, devido a um infarto fulminante.

Com ele, minha mãe teve 8 filhos, dos quais 3 faleceram ainda recém-nascidos. Sou a segunda filha mais velha em vida, seguida de Ângela, 57 anos, Maurício, 53 anos, Roneir, 52 anos e Mauriceia, 48 anos. Minha família mudou-se para São José dos Campos em julho de 1978 para trabalhar como ajudante geral em uma fábrica de blocos e minha mãe trabalhava como empregada doméstica.

Eu, com 12 anos, iniciei meu trabalho informal em São José dos Campos, em dezembro de 1978, como babá, passando a ser empregada doméstica, aos 18 anos, e balconista de Padaria no Jumbo Eletro. Aos 22 anos, trabalhei como Auxiliar de Fiandeira na Kanebo do Brasil, tendo como escolaridade Ensino Médio Incompleto – eu estava incomodada pelo fato de não ter condições de estudar, pois trabalhava cada semana em horário diferente e sentia muita falta do ambiente escolar; eu gostaria de continuar os estudos, visando melhores condições de renda para auxiliar meus pais e irmãos, que também trabalhavam com o mesmo objetivo: contribuir com as despesas da família. Sendo assim, em janeiro de 1987, solicitei demissão da Kanebo e, aos 22 anos, retornei aos estudos para cursar o 1º ano do ensino médio na Escola Estadual “João Cursino”. Sobre o futuro na área acadêmica, tinha o desejo de cursar Psicologia, pois me interessava em conhecer as pessoas e queria “ajudar” de alguma maneira.

Em abril de 1988, fui contratada por tempo determinado na Kodak para trabalhar na área de produção de câmera fotográfica – na época, a empresa estava no “auge” e ainda não exigia escolaridade conforme a função ou experiência. Eu ainda estudava no “João Cursino”, cursando o 2º ano do Ensino Médio no período da manhã, pois trabalhava das 16h00 às 22h00. Estava feliz com o trabalho, salário e com as condições de contribuir com as despesas da família e de me manter, com convênio médico, além da oportunidade para atuar em outras áreas da empresa.

Em 1990, em meio a um forte processo de globalização e a crise do capitalismo, várias empresas se viram “obrigadas” a se adequar à nova realidade que estava posta, com a diminuição dos postos de trabalho; empresas se mudando para outros estados, nos quais tinham a oportunidade de reduzir os impostos pagos aos municípios. Assim, na Kodak teve início o processo de demissão em massa e a readequação das linhas de produção de vários departamentos, dentre eles o que eu trabalhava.

Houve a minha transferência para o setor de benefícios, que na época era em conjunto com o setor de recursos humanos. Assim, iniciou a minha reflexão sobre uma profissão na qual eu estava auxiliando a assistente social Silmara de Freitas, realizando atendimento aos funcionários, dando orientações sobre convênio médico e outras informações e ações pertinentes ao serviço social da empresa. A atuação da Sra. Silmara com os funcionários despertou o interesse para me matricular no vestibular de 1992 na Universidade do Vale do Paraíba - Univap, sendo aprovada e muito satisfeita, pois era a primeira pessoa na família a cursar uma faculdade, me formando com muito orgulho e alegria em 1998.

Minha atuação como Assistente Social ocorreu em 1993 na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) por meio da Entidade Social Comunidade Cristã de Ação Social, que mantinha convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, atuando no Serviço de Orientação Social e Amparo Material (SOSAM), no qual permaneci por 5 anos, sendo desligada da empresa em 1994. Em setembro de 2017, retornei para trabalhar como assistente social na COMAS, com a população em situação de rua, serviço de abordagem social.

Em outubro de 2017, devido às questões jurídicas entre Comas e Prefeitura Municipal, houve uma licitação, sendo aprovada para dar continuidade ao serviço da empresa Nova Esperança. Desde minha atuação nesse serviço, diariamente acompanhamos os educadores nas abordagens nos espaços e territórios de São José dos Campos. O Educador Social é quem direciona a equipe, pois tem conhecimento dos locais e situações de cada pessoa em situação de rua. A escolha pelo tema Educadores Sociais e Controle do Território em São José dos Campos é referente ao trabalho que realizo com a população em situação de rua. Muitos ainda têm a percepção de que é um trabalho apenas assistencialista, às vezes, como pode-se avaliar, o próprio educador, pois alguns não têm conhecimento da legislação vigente em relação à população de rua, assim como para com seu próprio trabalho como Educador Social.

Destaca-se ainda que são poucas as referências bibliográficas sobre este tema no qual considera-se de extrema relevância mediante a complexidade de situações apresentadas e necessidade da intervenção deste profissional. Outro motivo é o trabalho no cotidiano que as equipes realizam, sendo as abordagens conduzidas para área da saúde, assistência social, jurídica, residências e outros procedimentos que iremos detalhar nas seções a seguir. Além de tudo, há o risco constante de violência, algumas físicas, e ameaças praticadas pela População de Rua quando está sob efeito de substâncias psicoativas, com surtos psicóticos, recusando atendimento e permanecendo nos espaços que consideram ser de pertencimento.

De maneira simples e objetiva, apresenta-se a “pessoa” do Educador e Educadora Social, que percorre os territórios. Muitos veem a *Kombi* ou a *Doblò* adesivada com o símbolo da Prefeitura Municipal, mas não têm conhecimento de quem é realmente essa pessoa, tampouco do trabalho que realiza e a maneira que promove o controle do território.

Nesta trajetória, atuando como assistente social da equipe de “Abordagem Social” desde 2017, com frequência realizamos atendimento técnico com os educadores para a população em situação de rua em São José dos Campos e, por meio deste trabalho em equipe, apresenta-se vários relatos de atendimentos trazendo dúvidas sobre saúde, habitação, assim como o êxito, frustração, sugestões e dificuldades em realizar as abordagens devido a riscos referente a ameaças, agressão física, pessoas com distúrbio mental e outras questões que se apresentam no cotidiano desse profissional. Sendo assim, considera-se como importante objetivo conhecer a pessoa do Educador e Educadora Social e por meio da análise final da pesquisa, apresentar questões que contribuam com seu desenvolvimento profissional.

No entanto, as linhas de conhecimento não se esgotam por aqui, pois conforme uma frase da canção de Lulu Santos “Tudo muda o tempo todo no mundo”. Ainda assim, esta autora tem muita gratidão pelo trabalho realizado por cada educador e minha “missão” aqui é contribuir para apresentar o trabalho realizado e deixar registrado na história do universo acadêmico e na Secretaria de Apoio Social (SASC) o quanto é importante e indispensável para a população em situação de rua e toda sociedade como um todo.

RESUMO

O Educador Social que trabalha com as pessoas em situação de rua exerce um papel de suma importância para o acesso desses indivíduos aos direitos sociais. Entretanto, é importante ressaltar que ao realizar o trabalho, eles também promovem o controle do território. Objetivou-se com este estudo ampliar o conhecimento sobre a atuação do Educador Social e sua relação com o espaço urbano no trabalho com a população em situação de rua no município de São José dos Campos/SP. A metodologia tem como base a coleta de dados por meio de entrevista com os educadores sociais e consulta de bases de dados de diferentes naturezas. Inicialmente faz-se a seguinte pergunta: Quais os caminhos percorridos pelo Educador Social no trabalho realizado com a população em situação de rua e de que maneira se estabelece o vínculo e o controle social no espaço urbano? As bibliografias apresentadas e os estudos realizados no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional contribuíram de maneira significativa com a pesquisa para compreensão do contexto histórico do trabalho do Educador Social e a população de rua no município de São José dos Campos – SP, assim como a sua relação com o território e espaço na contemporaneidade. Os resultados da pesquisa indicam que a trajetória do Educador (a) Social nos territórios no controle do território se vinculam às estruturas da região que atendem (a população em situação de rua), os/as profissionais estão inseridos/as na complexidade que demanda de atendimento impõe para a garantia de efetivação de políticas públicas e acesso à direitos. É no processo das relações sociais que se constituem os papéis hierárquicos, em que as identidades se estabelecem como instrumentos de classificação social básico da população e sua especificidade.

Palavras-Chave: educador social; trabalho; cidadania; justiça social; controle dos territórios urbanos.

ABSTRACT

The Social Educator who works with individuals experiencing homelessness plays a pivotal role in facilitating access to social rights. Nevertheless, it is essential to underscore that, in performing this role, Social Educators also contribute to the governance and regulation of urban territory. This study seeks to expand the understanding of the Social Educator's role and their interaction with urban space in the context of working with the homeless population in the municipality of São José dos Campos, São Paulo. The research methodology is grounded in qualitative data collection through interviews with Social Educators, complemented by the consultation of diverse databases. The central research question guiding this inquiry is: What are the paths taken by Social Educators in their work with the homeless population, and how are bonds and mechanisms of social control established within urban space? The theoretical frameworks and literature reviewed—particularly those drawn from the Graduate Program in Urban and Regional Planning—provided critical insights into the historical context of Social Educators' engagement with the homeless population in São José dos Campos. These sources also informed the analysis of the educators' contemporary spatial practices and their relationship with the urban territory. The findings suggest that the trajectories of Social Educators within urban territories are intrinsically linked to the institutional and territorial structures that serve the homeless population. These professionals operate within a complex landscape shaped by service demands, which in turn necessitate the effective implementation of public policies and the realization of social rights. It is through processes of social interaction that hierarchical roles are constructed, and identities emerge as foundational instruments for the social categorization and recognition of specific population groups.

Keywords: social educator; work; citizenship and social justice; management of urban territories.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de desocupação (2012 - 2024) no Brasil	43
Gráfico 2: Taxa de média geométrica de crescimento anual da população, por domicílio segundo grandes regiões de 1940-2000.....	52
Gráfico 3 - Perfil dos entrevistados sexo	86
Gráfico 4 - Estado Civil dos entrevistados	87
Gráfico 5 - Faixa Etária dos educadores entrevistados.....	87
Gráfico 6 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados/as.....	89
Gráfico 7 - Sobre se conhece a Política Nacional.....	89
Gráfico 8 - Tempo de Experiência.....	90
Gráfico 9 - Percepção sobre o trabalho.....	90
Gráfico 10 - Experiência com a população em situação de rua.....	91
Gráfico 11 - Percepção do trabalho e suas dificuldades	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Educadores sociais participantes da pesquisa. 2024.	25
Quadro 2 - Políticas implementadas pelo Presidente Getúlio Vargas. Aspectos conjunturais do período 1948 - 1954 e políticas cepalinas	36
Quadro 3 - O Governo de Juscelino Kubitschek - 1956 – 1966.....	38
Quadro 4 - A Trajetória da Expansão Econômica, Política e Movimentos Sociais	50
Quadro 5 - Recursos Humanos - Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS/SP.	58
Quadro 6 - Pesquisa do Observatório Nacional dos Direitos Humanos baseia-se no número de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de 2022 e 2023.	60
Quadro 7 - Demonstrativo das Unidades de Acolhimento – Abrigos	73
Quadro 8 – Empresas conveniadas com a PMSJC para o atendimento à população de rua. ..	76
Quadro 9 – Equipe Par Educadores.....	82
Quadro 10 – Equipe Ímpar Educadores	82
Quadro 11 - Descrição das entrevistas visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua	95
Quadro 12 - Descrição das entrevistas sobre a visão assistencialista.....	98
Quadro 13 - Visão dos Educadores sobre a violência sofrida no atendimento à Pop rua	100
Quadro 14 - Visão dos educadores sobre atendimento humanizado	102
Quadro 15 – Territórios Institucionais.	103
Quadro 16 – Territórios de conflitos Político e Econômico.....	104

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População em Situação de rua no mundo em 2022	45
Tabela 2: Os 10 Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022.	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CONTROLE SOCIAL E TERRITÓRIO: O NASCIMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	30
2.1 O Brasil e a “questão social”: pobreza, urbanização e direitos sociais.....	33
2.2 Um breve histórico da População em situação de rua no mundo	44
2.3 População em situação de rua no contexto da sociedade brasileira e a questão histórica legal	47
3 DAS CONTRAVENÇÕES RELATIVAS À POLÍCIA DE COSTUMES	49
4 A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS– SP E A QUESTÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO	62
5 OS AGENTES DO CONTROLE SOCIOTERRITORIAL FRENTE ÀS DEMANDAS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	80
5.1 Os agentes do controle social: trajetória dos educadores	85
5.2 O que dizem os Educadores Sociais: Uma análise dos resultados das entrevistas de campo.....	94
<i>5.2.1 - Visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua.....</i>	<i>95</i>
<i>5.2.2 - Visão dos educadores sobre assistencialismo “ajuda”.....</i>	<i>98</i>
5.3 Análise de cartografia social - Circulação e Controle do território	100
<i>5.3.1. Visão dos Educadores sobre a violência sofrida no atendimento ao Pop de Rua.....</i>	<i>100</i>
<i>5.3.2 Visão dos Educadores sobre atendimento humanizado e empatia</i>	<i>102</i>
<i>5.3.3 Relação com a Territorialidade e a população em situação de rua.....</i>	<i>103</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	125

1 INTRODUÇÃO

A rua é um espaço público nas cidades, que concentram idas e vindas de pessoas que circulam em várias direções. Dentre elas, há pessoas “visíveis”, homens, mulheres, idosos, crianças, em direção a vários locais, mas temos também aqueles que estão perambulando sem destino nesses territórios, nas calçadas, nas praças, marquises, viadutos, portas de comércios: estas são as pessoas em situação de rua, que ocupam a cidade e se consideram “pertencentes” a ela.

Eles não querem ser incomodados, mas “incomodam” os outros cidadãos quando realizam a mendicância; apresentam aspecto de que estão sob efeito de entorpecentes, sujos, com odor e assim são “vistos” em meio à pobreza, exclusão social e a outros riscos.

E quem são as pessoas que podem “ajudar” esses “moradores de rua”? O que se escuta é: “liga lá na prefeitura, alguém tem que resolver isto, ajudar estas pessoas. E, assim, para atender esta demanda da cidade, surge a figura do(a) Assistente Social e, em última perspectiva, o(a) Educador(a) Social – profissionais que realizam o atendimento daqueles excluídos da ordem. Embora muitos considerem que essa atuação tem um caráter assistencialista, o trabalho está pautado no Decreto Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009a), para a população em situação de rua. Logo, o questionamento inicial deste trabalho é: quem são esses homens e mulheres que circulam nas “Kombis” da cidade, atendendo a população de rua? O que se pensa sobre o serviço realizado? e como eles exercem o controle do território e das pessoas em situação de exclusão.

Conforme estabelece a Política Nacional de População de Rua - PNPR (Brasil, 2009a), art. 7º, “instituir a contagem oficial da população em situação de rua” (2023, p. 37), desde 2011 a população em situação de rua é incluída no Cadastro Único, tendo acesso aos serviços do Sistema único de saúde (SUS)”. A referida pesquisa contou os dados quantitativos do Cadastro Único, sistema informatizado do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Definida como um grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular (Brasil, 2009a), a população em situação de rua tem aumentado significativamente no país (Brasil, 2023a).

Em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) elaborou um diagnóstico sobre o atendimento e inserção da população em situação de rua no Cadastro Único.

O referido documento tem relevância quando apresenta os dados estatísticos da PSR, tendo como amostra 10 municípios.

Dados obtidos a partir do Cadastro Único demonstram que, em dezembro de 2022, 236.400 pessoas encontravam-se em situação de rua no Brasil e cadastradas no Cadastro Único, ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo nessa situação. Quanto à distribuição no território, 3.354 dos municípios brasileiros tinham pelo menos uma pessoa em situação de rua, o que corresponde a 64% do total de municípios do país. (Brasil, 2023a, p. 15).

Considerando esses dados, pergunta-se quais serão os serviços de controle do território e população que nasceram desde então, em particular na esfera municipal. O conceito sociológico “Controle Social” é utilizado para indicar os mecanismos que estabelecem a ordem social tendo a sociedade para submeter os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Mannheim (1971, p. 178) define controle social como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

A partir desse pressuposto anteriormente lançado, esta dissertação tem como pergunta de partida: quais os limites e possibilidades da prática do Educador Social com a População em Situação de Rua no município de São José dos Campos - SP? E de que maneira se estabelece o vínculo e controle social no território e espaço urbano? Logo, o objetivo geral é compreender o trabalho do Educador Social com a População em Situação de Rua no Município de São José dos Campos¹ no controle da gestão dos territórios do município.

Nos atendimentos diários com a equipe, observamos que cada um tem seu jeito peculiar de realizar a abordagem, porém com um intuito em comum: a oferta do serviço da prefeitura para a população em situação de rua, visando à orientação para a saída dessa condição. Neste contexto, esta autora, que tem sua atuação como assistente social da equipe da Abordagem Social, realizou várias indagações sobre esse profissional. Em vários estudos acadêmicos sobre o serviço de atendimento, o foco é a pessoa em situação de rua, sujeito de direitos.

Verifica-se que há pouca produção acadêmica sobre o papel do Educador(a) Social e seu trabalho de controle do território. Sendo assim, constrói-se esta dissertação com objetivo de apresentar a pessoa do Educador(a) Social, que está inserida na estrutura (política), no controle do território e do espaço urbano. Do objetivo geral, os desdobramentos foram:

¹ Em 2024 o trabalho da abordagem social para a população em situação de rua em São José dos Campos é realizado pela empresa Nova Esperança por meio de convênio celebrado com a Prefeitura Municipal.

- ✓ Realizar uma análise sobre o deslocamento que os Educadores Sociais realizam nos territórios e as características do espaço urbano utilizado pela População de rua no Município de São José dos Campos/SP;
- ✓ Apresentar a conformação da profissão do Educador Social ligada ao processo da questão social (urbana);
- ✓ Realizar uma cartografia social da atuação do Educador Social no campo selecionado.

Como hipótese neste estudo, compreende-se que o Educador (a) na circulação em diferentes territórios, além de procurar estabelecer a construção do vínculo com o atendido por meio da oferta de serviços, visando o atendimento dos direitos sociais básicos, é um ator importante na gestão urbana.

Contudo, há os desafios entre esses diálogos e as ações, além dos estigmas estabelecidos por parte da sociedade a essa parcela da população em situação de rua; a rede de atendimento do poder público não necessariamente oferece melhorias que reverberam na qualidade de vida dessa população. Há uma legislação nacional, estadual e municipal, com normativas quanto aos serviços a serem prestados para a população de rua, como programas sociais, visando o processo de saída das ruas.

Para assegurar a importância do trabalho social e do acompanhamento para a construção de vínculos com a equipe da Abordagem Social, que circula com as Kombis e Doblos nas regiões do município de São José dos Campos, para a oferta de serviços destinados a essa demanda, direciona-se o trabalho, visando a garantia dos direitos que, por vezes, não apresentam resultados significativos devido a uma parcela dessa população que ainda está “invisível” perante o Estado e a sociedade. Estes classificam de forma “marginalizada” o “risco” que a população de rua “oferece”, uma vez que estão em vários espaços também considerados ser de seu pertencimento. Os moradores de rua estabelecem suas próprias “normas” e controle sobre o mesmo território no qual estão as equipes de Educador e Educadora Social.

Segundo Silva (2023) essa condição faz parte de uma arquitetura definida na lógica do estado neoliberal, que promove cada vez mais expulsão e uma política de morte. Nessa análise, dialogam com os estudos do Filósofo francês Michel Foucault, em sua obra Vigiar e Punir

(1975) em relação ao poder político, que assume um controle de biopoder, definido pelo autor como:

A funcionalidade do poder na ideia de que o poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que se dissemina por toda a estrutura social e perpassa as instâncias de decisões. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social, política entre si, com base no Estado (Foucault, 2008, p. 25-26).

Conforme ensinamento de Fernandes (2012)

O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta [...]. É construído historicamente remetendo a diferentes contextos e escalas como a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Entende-se que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, entre outros, que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas (Fernandes, 2012, p. 137).

Destacamos ainda que para além das “Abordagens específicas” está também o “controle social” no qual o Estado caracterizado como o setor público e político regula as ações do ser humano e da sociedade, assegurando direitos. Porém, conforme demonstra Alves e Azevedo (2021) no texto “A Biopolítica de Michel Foucault: controle do indivíduo e da sociedade”, amplia-se o entendimento de que

A vida humana não apenas passou a ser parte integrante das decisões políticas, dos cálculos de poder, e da própria racionalização social como um todo. Para ele a vida é gerida, controlada e formatada com base na maximização de sua utilidade (Alves; Azevedo, 2021, p. 1).

A referência de que o controle da sociedade sobre os indivíduos não está relacionado somente por meio da maneira de avaliar o sujeito e sua relação com o outro, mas nas várias formas no qual o Estado utiliza sua prática de controle das pessoas e do ambiente no qual elas estão inseridas.

[...] Foucault (2000) assevera que a sociedade de controle começa a se desenhar no século XVIII, com o aparecimento de um poder que é ao mesmo tempo disciplinar e normalizador e não se exerce mais sobre os corpos individualizados, mas se concentra na figura do Estado, em que ele é exercido com pretensões de administrar a vida e o corpo da população (Alves; Azevedo, 2021, p. 13).

Ainda sobre o texto de Alves e Azevedo (2021, p. 15), os autores asseguram que

[...] A característica marcante desse poder é sua invisibilidade, a falta de consciência de sua existência, tanto por parte daqueles que o exercem como daqueles que se sujeitam. Os poderes coercivos e compensatórios são visíveis e diretos. Seus elementos são calculados e objetivamente considerados. O poder condicionado é transparente e subjetivo. Torna-se parte da natureza das pessoas, grupos e instituições.

As legislações vigentes e políticas públicas para a População em situação de Rua, bem como o atendimento na rede socioassistencial, conforme a demanda desse serviço como política pública no âmbito municipal, requerem uma reformulação em sua aplicação na prática, compreendendo a dinâmica em que ocorre esse movimento populacional. Ainda nesta lógica do controle do poder sobre o território por parte de um projeto político, em suas investigações, Silva (2023, p. 21) contribui nessa discussão apresentando uma análise sobre a apropriação do território utilizado pela população em situação de rua, as idas e vindas e sua realidade, refletindo sobre a forma como esse movimento reflete nas ações do poder político e nas ações do Estado para de certa forma estabelecer o “Controle Social”.

Destarte, esta dissertação se desenvolve no processo de entender como acontece o atendimento do Educador(a) Social aos sujeitos em situação de rua, projetando um diálogo com as pautas de Planejamento Urbano e Regional e com políticas públicas.

A profissão de Educador(a) Social surgiu no início do século XIX na Europa. No século XX, com o fim da 2ª guerra mundial, ocorreu o processo de construção de identidade em relação ao trabalho realizado. No Brasil, assim como em outros países, são várias demandas da questão social, como a pobreza, marginalização, exclusão social, conforme menciona Oliveira (2007, p. 142): “O primeiro grupo conhecido como educadores sociais de rua foi formado por um grupo de vários jovens com graduações distintas, eles se uniam na Pastoral do Menor em São Paulo e começaram a trabalhar com os menores que lá estavam”. O objetivo era realizar atendimento para as famílias, crianças e adolescentes vulneráveis como relata o autor.

O Projeto de Lei Federal n.º 5.346-C de 2009, justificou a criação da profissão do(a) Educador(a) conforme documento conhecido como Declaração de Montevideu:

1. Reafirmamos e comprovamos a existência do campo da Educação Social como um trabalho específico orientado a garantir o exercício dos direitos dos sujeitos de nosso trabalho, e que nos exige permanente compromisso em seus níveis éticos, técnicos, científicos e políticos. 2. Para o cumprimento deste compromisso, é indispensável a consolidação da profissão de Educador e Educadora Social (...). 7. Os Educadores e Educadoras Sociais renovam o compromisso com a democracia, com a justiça social, com a defesa do patrimônio cultural e pela defesa dos direitos humanos, baseados na convicção de que outro mundo é possível (Brasil, 2009b, p. 3).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a profissão desde 2009, tendo a seguinte descrição: “5153 - Educador Social, Arte Educador, Educador de rua, Educador Social de rua, instrutor educacional Orientador socioeducativo” (Brasil, 2024).

O protagonismo, experiências e ações realizadas pelo Educador Social consistem em estabelecer um vínculo, visando a mediar as necessidades apresentadas pela população de rua (pop rua²) e a oferta de serviços da rede socioassistencial. A rua é o espaço no qual este(a) profissional a cada abordagem desenvolve suas habilidades, seja de atendimento, escuta, acolhimento ou orientação. Ele(a) se direciona para vários serviços da rede de apoio socioassistencial que atende a pop rua e, desta forma, constrói vínculos com elas. É importante ressaltar que existem dificuldades para se realizar esse trabalho, pois em alguns casos existe a recusa da população na aceitação do serviço.

Freire (1989) sinaliza os vários desafios enfrentados pelo profissional que atua com a Pop rua:

O educador de rua precisa estar consciente de suas próprias limitações e dos riscos e dos desafios impostos e presentes na rua e na sociedade. O importante, porém, é perceber e reconhecer as forças existentes neste conflito e discernir sobre a impossibilidade de agir em alguma circunstância de forma adequada. Recuar não significa insucesso e sim aguardar o momento de poder avançar para conquistar espaço. Este processo é inerente a todo trabalho educativo aqui proposto (Freire, 1989, p. 14).

Nesse sentido, avançar para conquistar a rua é importante e isso exigirá estabelecer um vínculo. Melo (2021) destaca sobre a importância das relações sociais para a construção desse vínculo, causando reações tanto positivas quanto negativas, além de seu reflexo em ambas as partes “numa relação, sempre haverá as duas vias: o que a pessoa espera das relações que estabelece e o que as pessoas esperam deste indivíduo com quem se relacionam.” (Melo, 2021, p. 81). O autor ainda sinaliza que vários fatores contribuem para que se mantenha o vínculo para a construção das relações sociais:

Tanto o profissional quanto o usuário atendido terão sua bagagem de vida, que a carrega consigo nas relações que estabelece. Há, assim, o encontro de valores, crenças, opiniões, interesses de cada um, que devem ser considerados para se estabelecer limites, papéis, fragilidades e potenciais na construção do sentido. Na construção da distância é que se favorece o vínculo (Melo, 2021, p. 85).

² Utiliza-se ao longo do texto a denominação "pop rua" como categoria êmica, popular, entre os/as educadores/as sociais.

A população em situação de rua constitui um dos grupos sociais que se apresenta como marginalizada no espaço urbano e é exposta a vários tipos de situação, como por exemplo a gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e violências. A realização de suas necessidades básicas de sobrevivência, como se alimentar, dormir e trabalhar, é condicionada ao tipo de espaço ocupado, de modo que seu cotidiano é marcado por um processo de itinerâncias e fixações (Melo; Maciel; Silva, 2024).

Conforme Santos (2000), a necessidade de um espaço para abrigo faz com que essas pessoas sejam obrigadas a transformar ambientes inóspitos em territórios existenciais, onde é minimamente possível saciar suas necessidades diárias. A sobrevivência em um mundo globalizado, com ênfase voltado ao setor econômico e financeiro, torna difícil e complexa a vida do cidadão. Devido a esse processo, todos os espaços da vida humana passam a ser ocupados pela força da questão econômica e pelas leis do mercado capitalista competitivo (Santos, 2023).

A princípio, os processos de globalização deveriam aproximar e interligar as pessoas, mas o que se vê, de modo geral, em se tratando da população em situação de rua, é a exclusão dos benefícios e recursos disponíveis, recursos mínimos do capitalismo. A injusta distribuição de renda gerada pelo modelo socioeconômico produz milhares de vulneráveis nas cidades – foi considerando essas análises que pensamos o tema desta pesquisa.

A análise dessas questões de estudo terá como base a metodologia com coleta de dados, por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, com o Educador (a) Social, visando oportunizar condições para que realizem uma autoavaliação de seu trabalho, contribuição para a produção acadêmica e o atendimento a população em situação de rua. Conforme Mattos (2015, p. 551) a entrevista biográfica “é um método de trabalho que leva em conta a seguinte premissa: o sujeito entrevistado possui uma subjetividade, a qual é constitutiva da sociedade e, portanto, construída coletivamente”

É relevante destacar, que neste processo realizou-se uma análise comprometida e crítica, visando garantir a cientificidade e legitimidade da pesquisa. Para compreensão das entrevistas utilizou-se de estratégias de Análise de Conteúdo (Bardin, 1979). Além do conteúdo, considerou-se ainda o tempo histórico que se vive.

A escolha de uma problemática não depende, por conseguinte, do acaso ou da simples inspiração pessoal do investigador. Ele próprio faz parte de uma época, com seus debates, sensibilidades e correntes de pensamento em

evolução. A investigação em ciências sociais contribui para produzir esses diferentes elementos de contexto sendo, por sua vez, influenciada por eles. É responsabilidade do investigador elucidar o melhor possível tudo o que se relaciona com as possibilidades que lhe oferecem. Aliás, é condição de uma verdadeira criatividade (Quivy; Campenhoudt, 2005, p. 48).

Para a construção desta pesquisa, utiliza-se a revisão literatura disponível em Sociologia, Serviço Social, Urbanismo e História. É necessário que tenhamos clareza do sujeito a ser pesquisado e sua contribuição para a área de Planejamento Urbano e Regional. Nos dizeres de Lacerda (2013, p. 12), a “Metodologia significa que, na atualidade, adentrar no planejamento urbano e regional exige um trabalho de equipe, de gente de muitas disciplinas”.

Dessa forma, a abordagem para esta pesquisa tem como proposta a construção de uma cartografia social a partir da trajetória dos educadores sociais em seu cotidiano de atuação. Considera-se este mapeamento como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento de uma pesquisa com o propósito de instrumento que contribuirá com a história da ação referente ao trabalho do Educador Social e controle social.

A utilização do mapeamento das ações dos educadores com amostra qualitativa por meio de entrevistas será fundamental para a compreensão do processo social. As entrevistas foram realizadas com os educadores sociais que atuam na abordagem social em São José dos Campos³. Conforme informado no CEP, as entrevistas foram realizadas com 30 Educadores e Educadoras Social, sendo os que estão na função no período de 10 anos a 06 meses – considera-se que este critério está vinculado ao período de experiência no trabalho com a população em situação de rua.

Sendo assim, é realizada a análise sobre a atuação do/a Educador/a Social junto a população em situação de rua, com foco nas relações da ocupação da cidade, destaca-se o controle do território e cotidiano dos(as) Educadores(as) acompanha essa população. Assim, realiza-se ainda uma análise em diferentes níveis das escalas – micro, meso e macro –, pois pretende-se capturar o processo dos fenômenos em diferentes temporalidades. Assim, um conjunto de técnicas qualitativas serve mais para entender a ordem social, outro mais para investigar a mudança social.

Quivy e Campenhoudt (2005) considera que:

Raramente é suficiente uma única hipótese para responder a pergunta de partida. A hipótese é frequentemente, apenas uma resposta parcial ao problema posto. Daí a utilidade de conjugar vários conceitos e hipóteses para

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (C.E.P) da Univap. CAAE: 79394424.5.000.5503.

cobrir os diversos aspectos do problema. Este conjunto de conceitos e de hipóteses logicamente articulado entre si constitui, portanto, o modelo de análise (Quivy; Campenhoudt, 2005, p. 68).

Julga-se, nesta pesquisa, que os/as educadores/as sociais da Equipe de Abordagem Social, que trabalham com a população em situação de rua em São José dos Campos/SP, ao realizarem atividades da abordagem social, vivem um ambiente de tensão constante para a construção do vínculo, o que permitirá uma escuta qualificada, possibilitando as intervenções necessárias, visando o processo de saída das ruas. Neste contexto, o território torna-se estratégico, “Uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (Santos, 2023, p. 257).

Consideramos, então, que por meio das possibilidades destas ações, o/a Educador/a Social, conforme citamos anteriormente, está inserido(a) na estrutura de controle social com o trabalho realizado e é um agente de transformação que contribui de maneira significativa para a efetivação da Lei Federal Decreto nº 7.053 de 2009 (Brasil, 2009a), que estabelece o atendimento à população em situação de rua.

O quadro abaixo permite a identificação dos participantes da pesquisa e suas características de idade, sexo/gênero, grau de instrução, estado civil e tempo de trabalho na área como Educador Social. Mantendo as orientações do CEP⁴, as identidades dos entrevistados foram preservadas e nomeadas com as letras ES “Educador Social”, sendo numeradas conforme a ordem da entrevistas sendo de ES1 a ES 30.

⁴ A pesquisa está em conformidade com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/Univap), sendo o parecer aprovado pelo CAE 79394424.5.000.5503.

Quadro 1: Educadores sociais participantes da pesquisa. 2024.

(continuação...)

Código CEP	Idade	Sexo	Estado Civil	Formação acadêmica	Conhece a Política Nacional? (Sim/Não)	Experiência com População em Situação de Rua? (Sim/Não)	Tempo de Trabalho na Área	Sentiu-se preparado para o trabalho como Educador Social?
ES1	60	Feminino	Casado	Ensino Médio	Não	Não	4 a 10 anos	Não
ES2	26	Masculino	Casado	Ensino Médio	Sim	Não	4 a 10 anos	Sim
ES3	23	Masculino	Casado	Ensino Médio	Não	Não	1 a 3 anos	Não
ES4	38	Masculino	Casado	Superior Incompleto	Sim	Não	4 a 10 anos	Sim
ES5	54	Feminino	Casado	Ensino Médio	Sim	Sim	4 a 10 anos	Não
ES6	42	Feminino	Casado	Superior Incompleto	Sim	Sim	4 a 10 anos	Não
ES7	29	Masculino	União Estável	Ensino Médio	Sim	Não	1 a 3 anos	Sim

Quadro 1: Educadores sociais participantes da pesquisa. 2024.

(continuação...)

ES8	29	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Sim	Não	1 a 3 anos	Sim
ES9	39	Masculino	Casado	Ensino Médio	Sim	Sim	4 a 10 anos	Sim
ES10	44	Masculino	União Estável	Ensino Médio	Sim	Não	4 a 10 anos	Sim
ES11	58	Masculino	União Estável	Ensino Médio	Sim	Não	4 a 10 anos	Sim
ES12	28	Masculino	União Estável	Ensino Médio	Não	Sim	4 a 10 anos	Não
ES13	42	Masculino	Casado	Ensino Médio	Sim	Sim	1 a 3 anos	Não
ES14	37	Feminino	Casado	Ensino Médio	Não	Não	4 a 10 anos	Não
ES15	31	Masculino	Casado	Ensino Médio	Não	Sim	6 meses a 1 ano	Sim
ES16	29	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Não	Sim	4 a 10 anos	Não
ES17	39	Feminino	Casado	Superior Incompleto	Sim	Não	4 a 10 anos	Não
ES18	32	Feminino	União Estável	Ensino Médio	Não	Não	4 a 10 anos	Não
ES19	57	Feminino	Casado	Superior Completo	Sim	Sim	1 a 3 a nos	Sim
ES20	29	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Sim	Não	4 a 10 anos	Não

Quadro 1: Educadores sociais participantes da pesquisa. 2024.

(conclusão)

ES21	23	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Sim	Não	1 a 3 anos	Sim
ES22	28	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Sim	Não	1 a 3 anos	Sim
ES23	44	Feminino	Solteiro	Curso Técnico Nutrição	Sim	Sim	4 a 10 anos	Sim
ES24	40	Masculino	Solteiro	Superior Completo	Sim	Sim	4 a 10 anos	Sim
ES25	30	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Não	Não	4 a 10 anos	Não
ES26	55	Masculino	Solteiro	Ensino Médio	Sim	Não	4 a 10 anos	Não
ES27	58	Masculino	Casado	Ensino Médio	Não	Não	4 a 10 anos	Não
ES28	45	Masculino	Casado	Ensino Médio	Não	Não	1 a 3 anos	Sim
ES29	61	Masculino	Casado	Ensino Médio	Sim	Sim	4 a 10 anos	Não
ES30	59	Masculino	Casado	Ensino Médio	Sim	Não	1 a 3 anos	Não

Fonte: Elaboração da Autora.

Na realização da presente pesquisa, analisa-se também o Projeto de Lei n.º 5.4346-C, de 2009 (Brasil, 2009b), sobre a criação da profissão do educador Social, as políticas públicas instituídas para atender a pessoa em situação de rua; Constituição Federal de 1988; a Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; o Decreto n.º 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em situação de rua, destacando o artigo 7, tendo como objetivo assegurar o acesso amplo, simplificado e aos serviços e programas que assegurem o acesso às políticas públicas seja no

âmbito da saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (Brasil, 2009a).

Dentre as legislações vigentes para a política da população em situação de rua, destacam-se o Decreto de Lei Federal n.º 7053 de 2009 (Brasil, 2009a), que caracteriza as pessoas em situação de rua, aquelas que moram na rua e também as que utilizam espaço para sobrevivência em condições precárias, pobreza e extrema vulnerabilidade social. Neste cenário, o espaço urbano, no qual está inserida a população em situação de rua do estudo, permite às equipes de abordagem percorrer os territórios no município de São José dos Campos, como forma de garantir o processo de saída das ruas com base nas políticas públicas conforme legislação vigente.

O Serviço Especializado em Abordagem Social, ressalta a “[...] importância da atividade in loco visando garantir a efetividade do trabalho realizado para identificar o público-alvo e sua vivência” (Melo, 2018, p. 50). Dessa forma, conhecer os territórios de atuação e a relação que as pessoas mantêm com esses espaços, é condição para se aproximar dos sujeitos que lá estão e iniciar o trabalho social inerente ao serviço. Identificar e mapear a localização, a permanência, os fluxos e os pontos de referência significativos para as dinâmicas dos locais de atuação representa uma ação estruturante desse serviço.

Ao realizar a coleta de dados por meio das entrevistas que serão aplicadas com os educadores, realiza-se a análise deste processo socioespacial, o que implica uma relação direta com a políticas públicas vinculada à gestão urbana. A matriz teórica composta pelos principais autores que orientam a discussão desta dissertação são:

- Friedrich Engels (2010).
- Luciano Márcio Freitas Oliveira (2017).
- Marília Goulart Silva (2023).
- Ana Lucia de Souza Barros (2011).
- Paul Singer (1977).
- José Murilo de Carvalho (2004).
- Ana Fani Alessandri Carlos (2021).
- Josiane Soares Santos (2012)

Além desta introdução, esta dissertação foi organizada da seguinte forma: na primeira seção, intitulada “Controle Social e Território: o nascimento da questão social no Brasil”, discute-se um panorama histórico social, o processo de urbanização e suas mazelas por meio da ideia da questão social; na segunda seção, discute-se a construção da estrutura de atendimento à população em situação de rua em São José dos Campos; e na última seção, é apresentada a

pesquisa de campo, cujo foco será a análise das entrevistas realizadas com os educadores sociais, bem com a construção da cartografia da atuação deles no processo de gestão do território urbano. Por fim, tece-se algumas considerações finais.

2 CONTROLE SOCIAL E TERRITÓRIO: O NASCIMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Esta seção apresenta a análise de autores das Ciências Sociais Aplicadas que, ao longo dos séculos XIX e XX, desenvolveram na Europa discussões tendo como base os processos desencadeados pela Revolução Industrial e seu impacto diante do crescimento econômico e pauperização da classe trabalhadora frente aos ricos. O capitalismo possui característica importante em meio a outro modo de produção, pois sua base se vincula à compra e venda da mão de obra, mediante ao assalariamento.

O trabalhador, que antes realizava seu trabalho de maneira artesanal e participava de produção e ganho, nessa nova forma de trabalho, passou a vender sua mão de obra, sendo o protagonista na produção industrial, despossuído dos meios de produção, como as terras, máquinas e ferramentas. Dessa forma, a “questão social” está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e está vinculada à contradição entre capital e trabalho, sendo uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção, conforme explica Paulo Netto (2005), a partir da obra de Karl Marx, em *O Capital*.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” [...]. Esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante (...) a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração (Paulo Netto, 2005, p. 45).

A Revolução Industrial (século XVIII), de início, trouxe a esperança de que, com o fruto da atividade laborativa, ou seja, com o pagamento que recebiam, os trabalhadores teriam condições de custear as necessidades de aquisição de bens consumo e serviços. Porém, essa expectativa não foi concluída e com o decorrer do tempo os trabalhadores aos poucos foram percebendo, por meio da organização social e sindical, que essa possibilidade era quase nula, pois a exploração da mão de obra operária era a principal característica do modo de produção. Martinelli (2011) apresenta o movimento dos trabalhadores no plano da relação capital-trabalho e os avanços e o amadurecimento dos operários, que iniciam sua organização enquanto classe trabalhadora:

Ao longo do século XIX, os trabalhadores europeus haviam transitado da prática sindical *stricto sensu*, para a prática política, desenvolvendo, nesse caminhar, importantes estratégias de luta. O próprio Estado burguês,

capitulando diante das evidências, passará a considerar mais atentamente as pautas das reivindicações dos trabalhadores, rendendo-se, inclusive, à realização de negociações coletivas. A pressão dos trabalhadores era encarada com mais seriedade, sendo ponderável sua influência sobre a organização do processo de trabalho. O lastro construído através da prática sindical e militância orgânica em suas associações e partidos haviam mudado a face do movimento trabalhista europeu. Assim, mesmo sem poder fazer previsões seguras sobre a marcha dos acontecimentos no século XX, pelo menos duas situações eram claras: 1ª) a “questão social estava posta no centro do palco histórico, em toda a sua plenitude; 2ª) no confronto entre suas grandes personagens, o domínio de cena já não era mais do capital (Martinelli, 2011, p. 93-94).

Conclui-se, dessa discussão, que o processo de urbanização e industrialização deu origem ao empobrecimento da classe operária e a conscientização das condições da classe trabalhadora questionava a burguesia do período, conforme demonstra Engels (2010, p. 59):

A veloz expansão da indústria determinou a demanda de mais braços; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores das regiões agrícolas emigraram para as cidades - a população cresceu rapidamente e quase todo o acréscimo ocorreu na classe dos proletários. Mesmo na Irlanda - onde apenas no princípio do século XVIII havia certa ordem - a população, mais que dizimada pela barbárie inglesa nas agitações do passado, aumentou rapidamente, em particular a partir do momento em o desenvolvimento industrial começou a atrair para a Inglaterra uma multidão de irlandeses. Surgiram assim as grandes cidades industriais e comerciais do império Britânico, onde pelo menos três quartos da população fazem parte da classe operária e cuja pequena burguesia se constitui de comerciantes e de pouquíssimos artesãos.

E continua o autor:

[...] A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria, do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje, o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionam as instituições sociais?” (Engels, 2010, p. 60).

As instituições às quais Engels se refere é a Lei de 07 de junho de 1832 que, por meio da reforma do sistema eleitoral inglês, reduziu de maneira significativa o monopólio parlamentar da aristocracia, permitindo o acesso da burguesia industrial no parlamento. Por outro lado, tornou ainda mais visível a divisão de classes entre a burguesia industrial, proletariado e a pequena burguesia, que tinha pouca representatividade, pois na época do novo sistema censitário somente tinha direito ao voto aqueles que contribuem anualmente com mais de 10 libras de imposto.

[...] A cada sessão parlamentar, a classe operária ganha terreno, os interesses da classe média perdem importância e, embora esta última seja a principal - senão a única - força no parlamento, a derradeira sessão de 1844 não foi mais que um longo debate sobre as condições de vida dos operários (lei sobre os pobres, lei sobre as fábricas, lei sobre as relações entre senhores e empregados. Thomas Duncombe, representante da classe média operária na câmara dos Comuns, foi a grande personalidade desta sessão, ao passo que a Classe média liberal (com sua moção sobre a supressão das leis sobre os cereais) e a classe média radical (com sua proposta de recusar impostos) desempenharam um papel miserável. Até mesmo as discussões sobre a Irlanda não passaram, no fundo, de debates sobre a situação do proletariado Irlandês e sobre os meios de melhorá-la. Mas já é tempo de a classe média inglesa fazer as concessões aos operários - que já não pedem, exigem e ameaçam - porque em breve pode ser tarde demais (Engels, 2010, p. 61).

Assim como na Inglaterra, em outros países, o avanço da industrialização na relação de compra e venda da força de trabalho acentuou a desigualdade entre as classes sociais. No contexto de crise do modelo econômico liberal, já no século XX, ocorreram várias mudanças no sistema capitalista e na divisão do trabalho tendo como reflexo o aprofundamento da precarização e exploração da mão de obra da classe trabalhadora, Iamamoto (2011) esclarece que:

Do ponto de vista da população trabalhadora, este processo se expressa numa pauperização crescente em relação ao crescimento do capital. Não se trata, necessariamente, de pauperização absoluta, mas relativa à acumulação do capital, que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar (Iamamoto, 2011, p.73).

Assim, quando os trabalhadores, por meio da organização da classe trabalhadora por meio dos sindicatos, por exemplo, começam a ter mais clareza da sua situação, encontram meios para lutar por seus direitos. Com o acirramento das lutas de classes e manifestações contundentes, verifica-se o primeiro seguro saúde nacional sendo criado na Alemanha, em 1882, por Otto Von Bismarck, caracterizado como sistema de seguro social bismarckiano; e a constituição do Estado Providência na França, em 1898 (Behring; Boschetti, 2011, p. 65).

Na Europa e na América, em particular nos Estados Unidos, o final do século XX é marcado por várias transformações na economia, verifica-se a banalização do indivíduo, com o processo de mercantilização totalizante da classe trabalhadora, é conhecido os processos de indiferença e o descarte em relação à vida humana vivenciado nos diferentes conflitos bélicos, desde a primeira guerra mundial. O Brasil, ao ligar-se ao modelo de desenvolvimento eurocêntrico, enfrentou após o império e a Proclamação da República desafios relativos ao

processo de industrialização e formação de suas cidades, bem como a consolidação da cidadania. Milhares de trabalhadores do campo também foram direcionados às cidades, aprofundando a questão social.

2.1 O Brasil e a “questão social”: pobreza, urbanização e direitos sociais

No processo histórico da Questão Social no Brasil, com a consolidação da economia e da política de Estado Nacional, o capital industrial se tornou a força e modelo de produção e desenvolvimento do País, o que mudou definitivamente as relações de trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 79-80), dois momentos anteriores, que marcam a “velha questão social”, são importantes:

Até 1887, dois anos antes da Proclamação da República no Brasil (1889), não se registra nenhuma legislação social. No ano de 1888, há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que se estende aos funcionários do Ministério da Fazenda no ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida, conformando a tendência anteriormente sinalizada da distância entre intenção e gesto no que se refere à legislação social brasileira. Em 1892, os funcionários da Marinha adquirem o direito à pensão.

Embora o Brasil não tenha acompanhado o movimento histórico internacional e a experiência do *Welfare State* europeu, ainda assim, a nova política social introduziu-se e materializou na “Era Vargas” (1930-1945). As primeiras instituições de apoio social surgiram por meio das Damas de Caridade, que realizavam um atendimento assistencialista para intervir na vida privada do trabalhador, incentivar na qualidade de vida e na produtividade dentro da indústria, sendo o caso da Legião Brasileira de Assistência Social - LBA (1942). As políticas sociais do Estado Social surgem com caráter corporativo, fragmentado, fundamentado na ideologia do favor, do não-direito, da filantropia, privilegiando a via do seguro social bismarckiano (Yasbeck, 2009 *apud* Behring; Boschetti, 2011). A “nova questão Social” tem seu marcador nos anos 1970, quando o capital passou por um novo estado de mudanças, reorganizando suas formas e forças produtivas em meio ao Regime Militar (1964-1985).

Para Santos (2012), o surgimento da questão social tem o seu núcleo fundante na Lei de Acumulação Capitalista e na criação de um mercado de trabalho livre, no trânsito da sociedade feudal para o capitalismo. Nesse sentido, avaliamos que as relações sociais dos indivíduos

também estão relacionadas às condições apresentadas em meio à sociedade para se materializar na circulação do produto e na moeda de troca, que assim permite manter o Capitalismo.

No entanto, qual seria a maneira para que as pessoas possam interagir com a sociedade e ter também o direito à sua circulação também nos grandes centros? Neste contexto, como a autora mencionou anteriormente, consta também a circulação nos territórios e espaços ocupados pela população em situação de rua, visitados pelos Educadores(a) Sociais, cada qual com sua finalidade, porém inseridos neste ambiente espacial.

Carlos destaca que:

No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma, forma de segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. A ideia do urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo *scrito sensu*; ele é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social. desta forma, o urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (Carlos, 2021, p. 27).

Ainda sobre a análise de Carlos (2021, p. 27), a autora pontua que a urbanização e a industrialização são fenômenos mundiais, possibilitando a universalização das trocas que aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho, em uma relação de dependência entre territórios nacionais por meio de uma formação econômica e social capitalista. Lefebvre (2001) ressalta as mudanças realizadas nesse processo da industrialização que afetam os países e as consequências em relação à vida urbana, como a formação de favelas nos subúrbios e aglomerações nos grandes centros urbanos.

A forma tradicional da sociedade agrária se transforma, mas de modo diferente, numa série de países mal desenvolvidos, a favela é um fenômeno característico, enquanto nos países altamente industrializados essa característica é a proliferação da cidade em “tecidos humanos”, em subúrbios, em setores residenciais cuja relação com a vida urbana constitui um problema (Lefebvre, 2001, p. 80).

O final da década de 1980 trouxe mudanças em vários níveis da sociedade, como a abertura da economia para as novas tecnologias implementadas, iniciando um processo de desenvolvimento das fronteiras na economia mundial para atender a nova ordem do capital, acirrando ainda mais a exploração da mão de obra, criando uma divisão e exclusão não somente

no mundo do trabalho e, também, um reflexo nas áreas da política, economia, saúde, educação, habitação, cultura, etnia e outros.

Assim, as grandes empresas multinacionais, com vistas a reduzir os custos de produção, buscaram locais na periferia do capitalismo global onde a mão de obra e as matérias-primas fossem mais baratas, assim como as legislações trabalhista e ambiental fossem mais flexíveis. Nesse sentido, a nova lógica produtiva contribuiu para o rebaixamento dos salários da classe trabalhadora e para o crescimento das desigualdades sociais a nível mundial (Baptista, 2016)⁵.

O processo de industrialização e urbanização que ocorreu no Brasil em meados do século XX teve como significado um grande passo rumo à sociedade moderna, isso em virtude de que muitos migraram para os grandes polos industriais, a exemplo de São Paulo. A maior parte da população concentrava-se na agricultura, porém a gradativa industrialização da economia aumenta a necessidade de mão de obra e também surge a precisão de um grande contingente de pessoas provenientes da zona rural, resultando em um crescente deslocamento em direção à zona urbana na busca de emprego, realizando multitarefas, visando melhores salários e condições de vida (Maciel, 2013).

Becker (1998) sinaliza que a concentração do capital e o crescimento econômico não está condicionada apenas à repressão salarial, mas também à intensificação da mobilidade dos trabalhadores.

O processo migratório resultou não só na ampliação da margem de pobreza, mas na emergência de novas frações sociais que compõem o universo da sociedade capitalista. Simultaneamente, intensificaram-se a rotatividade do emprego e a “polivalência”, isto é, o exercício de múltiplas tarefas ou múltiplos empregos por um mesmo objetivo (Becker, 1998. p. 178).

Destacamos, ainda, que a vida política no Brasil teve dois períodos distintos: a fase autoritária (1930-1945) e a fase democrática (1946-1964) – nessas três décadas e meia, o cenário político brasileiro foi profundamente marcado por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A implantação de um projeto de capitalismo autônomo e independente era a estratégia de Vargas, que trouxe ao país um intenso processo de industrialização, processo no qual teve continuidade no governo de Juscelino Kubitschek.

Nesse cenário, apresentamos tópicos sobre a viabilização do projeto desenvolvimentista nos governos Vargas e Kubitschek: A teoria da Comissão Econômica para a América Latina e

⁵ Disponível em: <https://espacoemtransformacao.com/2016/03/12/a-globalizacao-perversa-e-o-acirramento-das-fronteiras/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

o Caribe (CEPAL), assim como os aspectos conjunturais do período 1950 - 1961. O Brasil na década de 1950, no governo Vargas, caracterizava-se por uma economia primária, com sua forma de produção com base no sistema primário (exportador), sendo característica dos países subdesenvolvidos, reafirmando o papel de fornecedor de produtos primários no modelo exploratório da Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O país caminhava economicamente para um tipo de relacionamento comercial internacional com várias vulnerabilidades às crises econômicas dos países importadores de produtos primários e às flutuações dos preços internacionais.

A seguir apresentaremos em tópicos o cenário das mudanças em vários setores da sociedade, visando ao desenvolvimento do país no período do Governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, conforme (Haffner,1996).

Quadro 2: Políticas implementadas pelo Presidente Getúlio Vargas. Aspectos conjunturais do período 1948 - 1954 e políticas cepalinas

(continuação...)

ANO	POLÍTICA
1948	A instituição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão internacional criado pelas Nações Unidas após a II Guerra Mundial em 1948, com o objetivo de promover o desenvolvimento latino-Americano (Haffner, 1996, p. 20).
1950	Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek atuaram em um governo desenvolvimentista com a com foco na economia de Mercado, implantação da indústria de base e de infraestrutura existente; Vargas realizou um delineamento com a perspectiva de que a
	responsabilidade pelo desenvolvimento do país e do Estado; criação da Companhia Siderúrgica Nacional (Haffner, 1996, p. 22).

Quadro 2- Políticas implementadas pelo Presidente Getúlio Vargas. Aspectos conjunturais do período 1948 - 1954 e políticas cepalinas

(continuação...)

1949	Os investimentos governamentais e privados, sendo programados de acordo com a infraestrutura preexistente no país e o papel do Estado na economia, desenvolvimento e planejamento e os benefícios para economia conforme as condições divulgadas pelo Cepal.
1949	Vargas instituiu o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), tendo como objetivo orientar os investimentos industriais através de planos setoriais e a formação de uma assessoria econômica para formular os projetos mais complexos do seu governo. Na época o Governo Vargas trouxe para o Brasil uma nova fase nas relações entre Estado, economia e questão social já muito eminente no país. Destacamos a Consolidação das leis trabalhistas, contribuição efetiva para novas condições econômicas e políticas no desenvolvimento industrial do Brasil (Haffner, 1996, p. 26).
1950	Getúlio Vargas, venceu a reeleição à presidência da república com 48,7% dos votos, tendo como bandeira de sua campanha a política de bem-estar social, ampliando os benefícios dos trabalhadores, priorizar a industrialização, visando promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Vargas com seu carisma tornou-se um político no qual era chamado de “pai dos pobres” e sua estratégia em meio a campanha política tornou possível seu retorno à presidência da república.
1951, 1952, 1953 e 1954	Crise política sendo o tema central do desenvolvimento econômico do Brasil entre nacionalistas e os liberais que defendiam a atuação das empresas estatais na exploração de recursos e áreas da economia. A proposta liberal defendia a entrada do capital estrangeiro para o desenvolvimento da economia; Para Getúlio Vargas esta proposta desenvolvimentista e nacionalista está relacionada na proposta de criar uma estatal para explorar o petróleo e a produção de energia elétrica sendo a Petrobras e a Eletrobras no qual apenas a Petrobras teve sua fundação em clima de mobilização nacional. A tensão social tendo como reflexo a crise econômica que se instalava no país, sendo o aumento do custo de vida, resultando na Marcha das Panelas Vazias e a Greve dos 300 mil, ambas ocorreram em março de 1953. Em 1954, a crise econômica permanecia, com a insatisfação dos trabalhadores e da população havendo a

Quadro 2: Políticas implementadas pelo Presidente Getúlio Vargas. Aspectos conjunturais do período 1948 - 1954 e políticas cepalinas

(conclusão)

	<p>tentativa de impeachment, porém não sendo aprovada no congresso.</p> <p>Conforme (Silva, 2024), em 23 de agosto, o vice-presidente Café Filho, rompeu com Getúlio Vargas. em 24 de agosto de 1954 os militares realizaram um manifesto por meio de documento denominado “Manifesto à Nação” sendo um ultimato ao presidente Vargas.</p> <p>Ainda no dia 24 de agosto, Vargas cometeu suicídio no Palácio do Catete, Rio de Janeiro.</p>
--	--

Fonte: Silva, 2024.

Quadro 3: O Governo de Juscelino Kubitschek - 1956 – 1966.

(continuação...)

<p>1956</p>	<p>Juscelino Kubitschek de Oliveira, no ato de sua posse presidencial com mais de 400 mil votos em 1956 pelo Partido Socialista Democrático (PSD), anunciou que em seu governo realizaria “cinquenta anos em cinco” (Silva, 2024).</p>
<p>1956</p>	<p>Tentativa de golpe de Estado pelo então presidente Café Filho no qual não ocorreu devido a intervenção do ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott sendo uma figura central na política brasileira [...] p. 4.</p>
<p>1960</p>	<p>Fundação da nova Capital Brasília, em 21 de abril de 1960 sendo uma das promessas de campanha de JK, sendo responsáveis pelo projeto Oscar Niemeyer e Lucio Costa.</p> <p>Retomada da industrialização do país, com a participação ativa do Estado, com planejamento e comando das decisões relevantes para que se concretize este objetivo [...] p. 5.</p>

Quadro 3: O Governo de Juscelino Kubitschek - 1956 – 1966.

(conclusão)

1964	Golpe militar, sendo instituída a ditadura no Brasil, houve a cassação de vários direitos políticos e repressão á várias áreas sendo educação, cultura, trabalhadores, jornalistas e demais pessoas que se voltavam contra o regime militar. Houve a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek por 10 anos. Neste contexto, JK mudou-se para a Europa [...] p. 5.
1967	Retorno de JK ao Brasil, ainda sendo intensamente monitorado pelo movimento da ditadura. Posse do Presidente Costa e Silva (Arena) no qual houve o aumento da repressão policial e militar a vários grupos eliminando o que restava de liberdade e democracia. [...] p. 5.
1968	J.K se afasta definitivamente da política, inicia atuação no ramo empresarial. Em 22 de agosto de 1976 sofre acidente automóvel em seu carro na via Dutra encerrando seu ciclo na vida pública,
	porém deixa registrado na história do Brasil sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Fonte: Silva, 2024.

Portanto, a análise sobre o Governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, suas características e as mudanças necessárias realizadas nas governanças, conforme a época, refletem mudanças no âmbito econômico no Brasil, considerando ainda o advento do Regime Militar.

Carvalho apresenta uma análise do que se chamou à época de “milagre” econômico:

A complexidade do período militar não para por aí. Vimos que após a fase da bonança de Kubitschek a taxa de crescimento econômico caiu fortemente. O ano de 1963 foi o ponto mais baixo, com aumento do Produto Interno Bruto de apenas 1,5%. Em termos per capita, era decréscimo. Após o golpe, a taxa de crescimento manteve-se baixa até 1967. Mas a partir de 1968, exatamente o ano em que a repressão se tornou mais violenta, ela subiu rapidamente e ultrapassou a do período de Kubitschek, mantendo-se em torno de 10% até 1976, com um máximo de 13,6% em 1973, em pleno governo Médici. Foi a época em que se falou no “milagre” econômico brasileiro (Carvalho, 2004, p. 167-168).

A industrialização foi símbolo do desenvolvimento econômico, com um grande mercado potencial dotado de adequados recursos naturais. Além de representar em si um estágio econômico evoluído, ela permitiu a substituição de importações e a diversificação dos artigos

de exportação. Porém ainda determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias-primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão de obra que se formam no meio rural (Ianni, 1977). Este fato resultou na migração para os grandes polos industriais, a exemplo de São Paulo.

Assim, nossa “questão social” tem seu “lugar” na divisão internacional do trabalho capitalista e seu reflexo nas condições periféricas do capitalismo. Neste contexto, a “questão social” também tem como base a categoria “formação social” e o “modo de produção” capitalista e sua expressão referente ao processo histórico no qual se desenvolveu ao longo dos anos no Brasil (Silva, 2023).

Nesse sentido, Silva (2023) se refere à relação entre a urbanização e o capitalismo periférico ocasionado pelas grandes potências econômicas a partir dos anos 30 do século XX. Citando ainda Kowarick (1993), considera que em um contexto de modernização conservadora e excludente, o crescimento da força de trabalho ocorreu por meio da subsistência e espoliação territorial. Singer (1977) realiza uma análise sobre os reflexos na atuação do Estado sobre a classe dominante.

Ora, o Estado na sociedade colonial reflete os interesses da classe dominante e, no conjunto daqueles, sobressaem os do grupo ligado ao Setor de Mercado Externo. Toda política governamental se encaminha no sentido de promover o Setor do Mercado Externo, que como dissemos, é o que lidera a economia global (Singer, 1977, p. 15).

Singer (1977) diz que o processo de urbanização do Brasil realiza uma divisão na economia nacional, no setor de mercado interno, externo e no setor de subsistência. Sendo assim, a economia se movimenta entre o externo e interno. As atividades que movimentam o setor econômico e ampliam a circulação no meio urbano, contribuindo com o crescimento das cidades e dos serviços urbanos.

Segundo Carlos (2021), a urbanização e a industrialização são fenômenos mundiais. A universalização das trocas aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho, dentro de uma relação de dependência entre territórios nacionais dentro de uma relação econômica e social capitalista.

Com o desenvolvimento urbano, as forças produtivas geram mudanças constantes, e com isto, reflete no processo de expansão espacial e urbana. Ao mesmo tempo, avaliamos que o processo histórico produz um debate entre o homem e a natureza.

Carlos (2021), afirma ainda que

O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico social. É na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema que tal configuração será definida (Carlos, 1992, p. 29).

Neste cenário, a população é a principal protagonista, atuando como o mediador na troca entre o mercado de trabalho, consumo e o desenvolvimento urbano que se expande conforme a circulação de bens e serviços. Santos (2005) considera que a urbanização a partir do século XVIII teve o deslocamento da população de elite rural para as cidades como central. No início, as cidades brasileiras eram apenas aglomeradas: “Em 1900, havia quatro cidades com mais de cem mil vizinhos e uma beirava essa cifra” (Santos, 2005, p. 23).

Na urbanização no Brasil, algumas áreas ocorreram de maneira desordenada, resultando na pobreza, falta de infraestrutura, saneamento básico e políticas públicas para garantir o acesso às oportunidades que contribuam para o bem-estar social e condições econômicas da população, tendo acesso a emprego, saúde, transporte, educação, moradia e lazer. Santos (2012), em sua obra intitulada *Questão Social – Particularidades no Brasil*, realiza uma análise na ótica marxista sobre a “Questão Social” que permeia a exploração do trabalho pelo capital, de um lado, e, do outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados, tendo como eixo central a produção e reprodução do capitalismo industrial.

A autora tem como prioridade analisar algumas pautas que possibilitem a discussão sobre a “Questão Social” na ótica das tendências, na qual o capitalismo apresenta como eixo:

1. Desemprego e a pobreza, vinculadas à máxima da “Questão Social”;
2. O acirramento do debate sobre a questão social sendo a extrema vulnerabilidade, tendo como indicadores sociais, a falta de acesso à saneamento básico, habitação, educação, saúde e outros fatores que estão vinculados neste processo;
3. Particularidades da “Questão Social” no Brasil, tendo como foco o desemprego;
4. O contexto social considerando suas particularidades no capitalismo mundial;
5. A pobreza como foco, a partir da incapacidade da “reprodução social”.

Assim, a questão social toca diretamente a vida dos trabalhadores formais e/ou informais inseridos no processo de pauperização e precariedade das condições de trabalho. Para a autora, a constituição do “mercado de trabalho” e do “regime de trabalho” (incluindo os mecanismos de proteção social e regulação do trabalho no Brasil) evidencia a exploração do trabalho e das

lutas das “classes sociais” refletidas no Estado, a legislação é promulgada para regular as relações entre capital e trabalho e para proteger ambas as partes” (Santos, 2012, p. 135).

Para Santos, “o grau de flexibilidade estrutural e da precariedade das ocupações resultaram numa alta rotatividade dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho” (Santos, 2012, p. 136-137). Sendo assim, a autora considera que essas particularidades fazem parte do regime de trabalho do Brasil e tem como consequência as “particularidades” da questão social.

O que nos chama a atenção é que, passadas décadas, ainda temos em vários campos de trabalho uma rotatividade em relação à exploração da mão de obra, com baixos salários, subempregos e/ou profissionais que, para manter as despesas básicas para si e sua família, têm mais de um emprego, trabalhado mais de doze horas diárias.

A flexibilidade e precariedade no regime de trabalho brasileiro e suas conexões com o desemprego podem ser vistas como expressão da “questão social”. Josiane Santos (2012) realiza uma reflexão sobre a caracterização do “desemprego”, as particularidades do capitalismo brasileiro e como se constitui o mercado e o regime de trabalho. Dentre os autores que realizam o estudo referente ao desemprego e seu reflexo no capitalismo, à exploração da mão de obra e sua expressão na “questão social” (Costa, 2002), ela pontua a diferença entre desemprego e “privação de trabalho”:

Para ser desempregado o não trabalho deve ser resultado da não concretização do ato de venda e compra da força de trabalho em uma sociedade capitalista, na qual há uma progressiva generalização das relações capitalistas de trabalho e destruição de formas de produção e trabalho não capitalistas, o que vai ocorrer com mais nitidez após a I e II Revolução Industrial (Costa, 2002, p. 9).

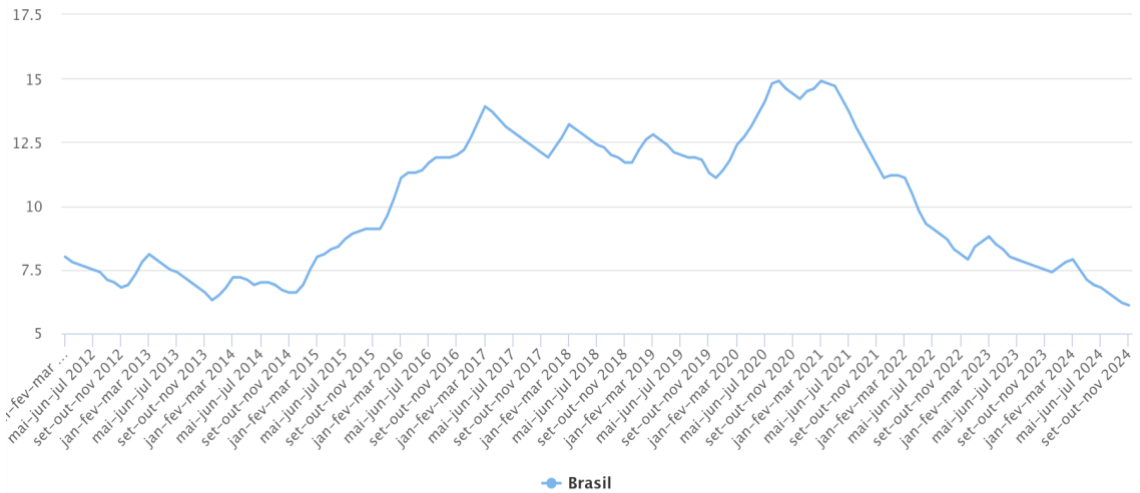
E então, no Brasil, observa-se a seguinte configuração no mercado de trabalho entre 2012 e 2024⁶: uma ampla oscilação da taxa de desocupação entre 5% e 15%, vide gráfico 1 a seguir

⁶ Série Histórica Taxa de desemprego no Brasil: Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-conti-nua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 28 jan. 2025.

Gráfico 1: Taxa de desocupação (2012 - 2024) no Brasil

Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 – set-out-nov 2024



Fonte: "IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal"

"1 – Para "Situação da Variação em relação a três trimestres móveis anteriores (...)" e "Situação da Variação em relação ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (...)"
 'Z' indica significância estatística considerando 95% de confiança;
 'A' indica ausência de significância estatística considerando 95% de confiança.

2 – A partir de abril de 2016, um aspecto do conceito de desocupação foi alterado de forma a se adequar inteiramente à 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho – CIET, realizada em outubro de 2013, sendo o questionário ajustado. Com a alteração desse aspecto, passam a ser considerados desocupados aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência e que iriam começar a trabalhar em até 3 meses; os demais, isto é, aqueles que conseguiram proposta para começar a trabalhar após 3 meses da semana de referência, passam a ser contabilizados na população fora da força de trabalho. Anteriormente, eram considerados entre os desocupados todos aqueles que conseguiram proposta de trabalho para começar após a semana de referência, independentemente do tempo em que iniciariam o trabalho que conseguiriam."

Fonte: IBGE, 2024.

Conforme citado anteriormente, há uma precarização no mercado de trabalho, no qual as várias categorias, sendo a Educação, Saúde, Indústria, Comércio, Serviço e afins, todas inseridas nesse contexto de fragilização. Josiane Santos (2012), ainda sobre a “Questão Social”, realiza uma análise sobre a flexibilidade estrutural do trabalho no Brasil e nos países capitalistas centrais, considerando que na década de 1970 iniciou o “desmantelamento” dos benefícios sociais que estavam assegurados no *Welfare State*, ampliando o desemprego e a Europa Ocidental e a precariedade no mercado de trabalho nos EUA.

[...] No caso do Brasil, em virtude de particularidades sócio-históricas, o novo nível de ofensiva do capital na produção, que se desenvolve a partir do novo complexo de reestruturação produtiva, sob a era neoliberal, **encontrou um mercado de trabalho flexível, ou pelo menos com um tipo de flexibilidade perversa, baseado na precarização do emprego e do salário**[...] (Santos, 2012, p. 233 – grifos nossos).

Sendo assim, consideramos que; em se tratando da categoria na área da *Educação Social*, em algumas instituições também perpassa o trabalho que ainda requer um alinhamento

referente à sua atuação com os atendidos e à valorização do profissional, conforme assegura Cunha (2011),

No Brasil, apesar do educador social ter conquistado inúmeros espaços (abrigos, centros educacionais, projetos sociais de modo geral), há um descompasso entre a utilização de sua força de trabalho e o seu reconhecimento profissional, o que pode ser identificado pelos baixos salários e a indefinição de seu papel no ambiente institucional, muitas vezes desconhecido pelo próprio profissional, nos remetendo a ideia de exploração do trabalho, por um menor custo. Bem como colocando à prova a imprescindibilidade de sua atuação no âmbito das políticas públicas, podendo se configurar um rearranjo do capital, ou seja, é mais cômodo para o Estado ou qualquer outro empregador pagar mais barato por um profissional que não tem definida a sua atuação e que, sendo explorado, pode desenvolver as mais variadas atividades (Cunha, 2011, p. 7).

Consideramos importante reavaliar a prática profissional como uma formação continuada, uma oportunidade para se manter atualizado com a realidade contemporânea e com as legislações vigentes. Além disso, amplia o conhecimento referente às políticas públicas para que se tenha condições de desempenhar sua função com qualidade e garante seu desenvolvimento e permanência no emprego asseguradas na legislação trabalhista desta categoria.

2.2 Um breve histórico da População em situação de rua no mundo

Ao longo da história, o significado social de “morador de rua” apresentou várias mudanças. Melo (2018) destaca que:

[...] há registros da situação de rua na Grécia Antiga, com a organização das polis (cidade-estado), ocasião em que o aumento do número de pessoas em pobreza extrema pelas ruas, buscando condições mínimas de sobrevivência por meio de esmolas para o sustento e manutenção da vida, atualmente reconhecidas por mendigos ou pedintes, se deu com as desapropriações de terras para o crescimento das cidades (Melo, 2018, p. 15).

A situação dos moradores de rua nas cidades passa a ser considerada como uma oposição à ordem, pois a vida das pessoas empobrecidas eram alvo de preconceito e marginalização. É importante ressaltar que as mudanças ocorridas, seja no âmbito econômico ou cultural, a partir do século XVIII na Inglaterra, elevou as condições precárias da classe trabalhadora. A exploração da mão de obra, de criança, adulto ou idoso, contribui de maneira perversa com o acirramento da pobreza, aumento de doenças, falta de moradia. Os que não estavam inseridos

na indústria e estavam pela cidade, em praças, buscando outros meios de sobrevivência, como pela mendicância, eram considerados marginalizados e criminosos.

Engels (2010), no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, esclarece-nos, por meio da citação do jornal *The Times*, que

Os pobres estão em toda parte. Por toda a parte, a indigência avança e insere-se, com toda a sua monstruosidade, no coração de uma grande e florescente cidade. Nos milhares de becos e vielas de uma populosa metrópole sempre haverá – dói dizê-lo – muita miséria que fere o olhar e muita que nunca será vista (Engels, 2010, p. 75).

Neste processo de conflitos entre a classe trabalhadora e o empresariado, as instituições políticas de atendimento aos vulneráveis nascerão desse contexto. O debate dos direitos da classe trabalhadora data deste período com a formação das organizações sindicais que pressionaram o Estado que, numa visão marxista, está comprometido com a burguesia e vê na resolução da Questão Social a diminuição dos conflitos que deterioram o mercado. No entanto, a população em situação de rua continuou a existir nas margens do processo de desenvolvimento capitalista em todo o século XX. Com o advento do neoliberalismo (1970), no qual o Estado pouco intervém para a melhoria das condições econômicas da população, a crise apenas se aprofundou nas cidades.

Com base nos dados publicados pelo G20 sobre a população em situação de rua no mundo temos – até 2022.

Tabela 1: População em Situação de rua no mundo em 2022

(continua...)

País	População em Situação de rua	Total da população
Estados Unidos	580.466	333,287,557
China	2.579.000	1,412,360,000
Japão	4,977	125,681,593

Tabela 1: População em Situação de rua no mundo em 2022

(continuação...)

Alemanha	262,600	83,280,000
Índia	1,770,000	1,438,069,596
Reino Unido	227.000	68,350
França	300.000	68,287,487
Itália	96.197	58,993,475
Brasil	281.000	211,140,729
Canadá	235.000	40,097,761
Rússia	11.285	143,826,130
Austrália	122.494	26,658,948
Coréia do Sul	11.000	51,712,619
México	40.911	129,739,759
Indonésia	122.000	281,190,067
Turquia	70.000	85,325,965

Tabela 1: População em Situação de rua no mundo em 2022

		(conclusão)
Argentina	63.000	45,538,401
África do Sul	55.719	63,212,384
Árabe Saudita	Não há dados comparáveis.	33,264,292

Fonte: G20 – Elaboração por Lidiane Maciel a partir dos dados do Participa + do Governo Federal⁷ e <https://datacommons.org/> (2024).

Esses números totalizam cerca de 6.821.364 pessoas em situação de rua nos países do bloco do G20. No entanto, como a situação é instável e não há um registro seguro, o número pode ser ainda maior, dada a natureza da questão. Em 2025, os Estados Unidos já apresentavam uma população em situação de rua superior a 800 mil pessoas. O trabalho de Maciel (2024) tem evidenciado o drama que se desenvolve em cidades como Paris, onde muitos refugiados também se encontram nessa situação – esse quadro demonstra o agravamento da violação dos direitos fundamentais.

No caso brasileiro, o acesso às políticas públicas, assegurado pela Constituição Federal (1988) e demais legislações vigentes, ainda não contempla todas as pessoas em situação de rua, que continuam à margem da exclusão social, "invisíveis" aos "olhos" da sociedade e do Estado, especialmente no que diz respeito à ampliação de políticas públicas que garantam o acesso à rede socioassistencial.

2.3 População em situação de rua no contexto da sociedade brasileira e a questão histórica legal

No Brasil ainda imperial, com a advento da Lei Áurea (1888), vários libertos, não tendo referência de moradia nem mercado de trabalho, ocupavam vários locais marginais das cidades, em vias de urbanização; eles também compuseram o contingente populacional marginalizado

⁷ Disponível em:

no Brasil. Com o processo de modernização, após a Proclamação da República do Brasil, foram criadas práticas de conduta social.

O contexto histórico, no que se refere ao tratamento dado à população em situação de rua pelo Estado brasileiro, é marcado pela repressão e invisibilização desse segmento.

Conforme Natalino (2023, p. 5), “Uma semana após a abolição da escravatura, o Ministério da justiça enviou um projeto de repressão à ociosidade, buscando reprimir a circulação dos outrora escravizados pelo espaço urbano”.

Chalhoub (1983, p. 55), descreve:

Esse projeto foi votado quase que unanimemente pela Câmara, sendo saudado como “de salvação pública (...) exatamente porque tinha como objeto principal a população nacional, ou seja, o liberto”. Tanto o código criminal de 1830 quanto o Código Penal de 1890 e a Lei de Contravenções Penais de 1941 estipulam penas para a “vadiagem”. Embora essa legislação possa parecer distante no tempo, na verdade, o artigo da Lei de Contravenções Penais de 1941 que trata da mendicância “por ociosidade ou cupidez” só foi revogada em 2009.

Leis municipais com normas sobre o uso de vestimenta foram criadas, o que destaca a população e sua origem; locais nos quais as pessoas poderiam ficar nas ruas também foram definidos; regras para habitação e higiene também estavam presentes.

Neste cenário, havia represálias para os que não estavam adequados a essa legislação. Neste início do século XX, havia poucos dados sobre a pop rua.

A partir de 1930, com a gestão do governo Getúlio Vargas, mudanças sociais significativas, com direitos ao trabalhador, foram implementadas, como a previdência social, a criação dos sindicatos, do salário-mínimo, a jornada de oito horas, o voto secreto, proteção contra o trabalho infantil e a cesta básica.

Algumas análises apontam que os benefícios citados estavam atrelados a um governo de controle aos trabalhadores, que servia a interesses políticos, no qual não havia autonomia partidária, liberdade de imprensa e outros. Nos anos de 1930, o contingente de pessoas em situação de rua, dentre homens mulheres, brancos negros, em situação de pobreza à margem dos direitos sociais aumentava. Mais uma vez, a ausência de dados sobre a quantidade dessa população na década de 1940 dificulta a análise, mas foi nesse período que é criada a lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41), configurando delito a “vadiagem”, o que diz muito sobre a Questão Social do período (Brasil, 1941).

3 DAS CONTRAÇÕES RELATIVAS À POLÍCIA DE COSTUMES

- Vadiagem Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.
- Mendicância Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses. Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada:
 - a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de 18 (dezoito) anos.
- Importunação ofensiva ao pudor Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor: Pena – multa (Brasil, 1941).

Algumas formas de assistência social também se apresentaram nesse período histórico, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), via a ação da Damas, que atuou fortemente no acolhimento dos marginalizados. Porém, foi somente a partir de 1988, com a Constituição Federal, que foram estabelecidas Políticas Públicas verdadeiramente assistenciais, vinculadas aos direitos sociais conquistados para toda a população, a quem dela precisar. Nesse âmbito, os movimentos sociais se ampliam em vários estados, dando visibilidade às questões sociais, “várias legislações vigentes contribuem para que seja efetivado o atendimento e acesso às políticas públicas citadas” (Melo, 2018, p. 23).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (Brasil, 1993), no qual destacamos que em 2005 o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), por meio da Secretaria Nacional da Assistência Social, realizou o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua com o intuito de desenvolver diretrizes para uma política nacional. Resultando na Lei nº.11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera o artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), incluindo programas específicos para atendimento das pessoas que vivem em situação de rua.

Melo (2018) discorre ainda que a discriminação e preconceito marginalizam e torna difícil a caracterização da população em situação de rua, invisível para a sociedade, mas atribui-se vários nomes pejorativos, como “mendigos”, “vagabundos”, “desocupados”, “maloqueiros”, “vadios”, “loucos”, “pedintes” – essas atribuições, que marginalizam ainda mais esses sujeitos, retiram-lhes todos seus direitos. Consideramos que os locais ocupados pela população de rua (calçada, praças, marquises, parques) acirram o “olhar” preconceituoso, pois de alguma maneira

estão em um “espaço” frequentado por pessoas que não estão em situação de rua e que se sentem incomodadas com a presença deles. Nesses locais, eles mantêm uma identidade de pertencimento, interação com outros frequentadores, mas é sempre comum a solicitação para que se faça algo para que estes não frequentem mais os locais, realizando a “limpeza” do espaço, por exemplo.

A população em situação de rua não tem qualquer lugar nas cidades. Santos (2012) analisa que o lugar toma forma a partir do cotidiano, compartilhado entre as pessoas, sendo que é “quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas” (Santos, 2012, p. 322). Sendo assim, na visão da sociedade a rua não deve ser tomada como *locus* para a construção de atividades referente a um espaço particular.

Graciani (2001) realiza uma reflexão sociológica com enfoque na estrutura social, valores, hierarquia, aos níveis de conduta e diferentes análises de valores e normas da sociedade que com o decorrer do tempo a realidade e o processo de transformação da sociedade é necessário se adequar a um modelo de controle social de acordo com a característica do local e seu ambiente.

O enfoque não privilegia a estrutura social nem as formas do ordenamento da sociedade na estratificação social como geradoras de condutas divergentes. A sociedade, por sua parte, defende-se das condutas divergentes por meio do controle social e seus mecanismos de persuasão, dissuasão e repressão (Graciani, 2001, p. 109).

Nesse contexto, no Brasil os movimentos sociais em prol dos direitos humanos, cidadania e igualdade social exercem função fundamental de extrema importância, pois “deram voz aos excluídos e marginalizados”.

Quadro 4 - A Trajetória da Expansão Econômica, Política e Movimentos Sociais

(continuação...)

<p>1965</p>	<p>O período da ditadura militar tendo como marca o chamado “Milagre Econômico”, fase em que são expandidas as políticas sociais iniciadas na “Era Vargas”, com características tecnocrática e conservadora, e a “questão social” tem seu enfrentamento em meio à “assistência” e “repressão”</p>
--------------------	---

Quadro 4 - A Trajetória da Expansão Econômica, Política e Movimentos Sociais

(conclusão)

1970 - 1980	Conforme Gohn (2011), os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, surgiram em oposição ao regime militar no final da década de 1970 e meados de 1980. No movimento de base cristão surge a Teoria da Libertação, que realiza uma análise crítica da realidade social buscando intervir para a população pobre e excluída de várias mazelas. A autora ressalta ainda que as manifestações em prol da justiça e cidadania social contribuíram para que por meio das reivindicações culminou com a conquistas de vários direitos sociais, sendo instituídos na nova Constituição Federal de 1988.
1990	[...] Fórum nacional de luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular etc. A participação e fortalecimento dos fóruns com participação da sociedade civil e poder público impulsiona a instituição de políticas estatais tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, bolsa escola, assim como a criação de uma Central dos Movimentos populares, a luta pela moradia, realizando uma articulação entre diferentes movimentos populares.
2000	Surge o paradigma do novo desenvolvimento (Amaral; Mota; Peruzzo, 2010), que surge como uma iniciativa do governo de centro-esquerda, e se caracteriza pela construção de políticas sociais baseado na transferência de renda e nos mínimos sociais, numa associação entre “crescimento econômico e desenvolvimento social”. Para Mota, Amaral e Peluzzo (2010) o novo desenvolvimento trata-se de uma “repolitização regressiva” da política baseada na reforma social não pela via da redistribuição de renda, mas baseada no modelo do capital-nacionalista.

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

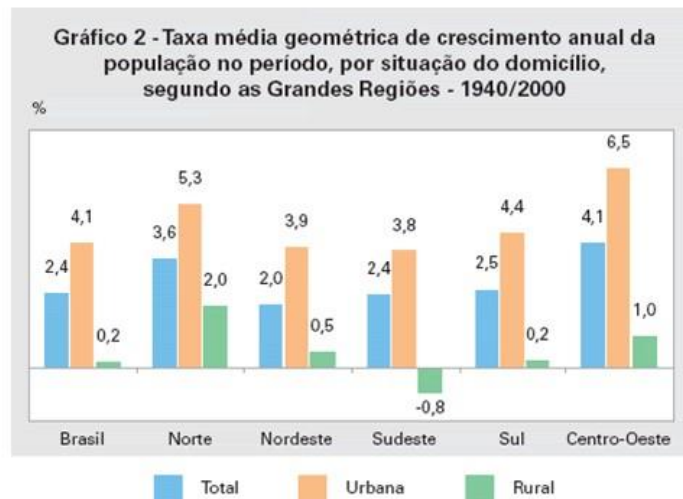
Gohn (2011) discute ainda sobre a relação entre os movimentos sociais e “questão social”, realizando uma análise sobre a conjuntura sociopolítico e econômico, na qual apresenta várias “identidades”, que estão em constante processo de transformação, porém com a “essência” que foi sua instituição e objetivos para se fortalecer neste processo capitalista e neoliberal.

Há um novo cenário neste milênio: novos tipos de movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. Proliferam movimentos multi e pluriclassistas. Surgiram movimentos que ultrapassam fronteiras da nação, são transnacionais, como o já citado movimento alternativo ou

antiglobalização. Mas também emergiram com força no novo milênio movimento com demandas seculares como a terra, para produzir (MST) ou para viver seu modo de vida (indígenas). Movimentos identitários, reivindicatórios de direitos culturais que lutam pelas diferenças: étnicas, culturais, religiosas, nacionalidades etc. (Gohn, 2011, p. 11).

A “Questão Social” no decorrer de vários anos trouxe um significado para vários segmentos. No Brasil e no mundo, com o início do neoliberalismo, ocorreram mudanças na sociedade, das quais enfatizamos a flexibilização da economia, a linha de produção tendo como consequência o papel do Estado e dos instrumentos legais sendo conquistados pelos movimentos sociais. No gráfico abaixo é possível verificar a taxa de crescimento da população de 1940-2000, e a Taxa de População Urbano e Rural, por estado⁸.

Gráfico 2: Taxa de média geométrica de crescimento anual da população, por domicílio segundo grandes regiões de 1940-2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

Fonte: Agência IBGE, 2007.

Com o crescimento das cidades a rede de atendimento e enfrentamento da Questão social no Brasil somente conseguiria alcançar, com êxito, todo território nacional com a participação dos três níveis do governo (União, Estados e Municípios). Além dessas três esferas, existem outros agentes políticos sociais, que advêm dos movimentos sociais das várias Organizações da Sociedade Civil (OSCS) e de Organizações não Governamentais (ONGS) e da participação de empresas do terceiro setor. Esses órgãos atuam como colaboradores da ação do

⁸ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-e-studo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=05%2F2007%2007h01-,Entre%20os%20Censos%20de%201940%20e%202000%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,%25%20para%2061%2C8%25> Acesso em: 12 fev. 2025.

Estado, para amenizar as mazelas da pobreza e a exclusão social, mas o Estado permanece com seu papel perante as políticas públicas conforme a legislação vigente.

Para Behring e Boschetti (2011), a questão social se expressa em suas refrações (Paulo Netto, 1996) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir, num determinado momento histórico, como vimos, a constituição das relações sociais capitalistas, que tem continuidade na esfera da reprodução (Behring; Boschetti, 2011, p. 51-52). Sendo assim, conforme o contexto histórico apresentado, como aspectos da realidade no século XXI, avaliamos a necessidade de uma reflexão sobre as formas de enfrentamento das demandas complexas e urgentes que se apresentam na vida diária da população, além de refletir sobre as formas de suprir as necessidades com base na garantia dos direitos, cidadania, justiça social e democracia.

No importante Infográfico a seguir, produzido por Observatório dos direitos humanos do Ministério da Cidadania em 2023 (Queiroz, 2024), podemos acompanhar a evolução da população em situação de rua no Brasil.

Tabela 2: Os 10 Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022.

(continuação...)

Região	UF	Município	População Total 2022	PSR Cad. Único	% do total de PSR do País
Sudeste	SP	São Paulo	11.451.245	53.853	22,8
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	6.211.423	13.566	5,7
Sudeste	MG	Belo Horizonte	2.315.560	11.826	5,0
Centro Oeste	DF	Brasília	2.817.068	7.924	3,4

Tabela 2: Os 10 Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022.

(continuação...)

Nordeste	BA	Salvador	2.418.005	7.909	3,3
Nordeste	CE	Fortaleza	2.428.678	6.334	2,7
Sul	PR	Curitiba	1.773.733	3.477	1,5
Sul	RS	Porto Alegre	1.332.570	3.189	1,3
Sudeste	SP	Campinas	1.338.309	2.547	1,1
Sul	SC	Florianópolis	537.213	2.020	0,9
Total 10 Municípios			32.423.804	112.645	47,7%

Fonte: Brasil, 2023a, Censo Demográfico 2022 (IBGE).

Figura 1: Pessoas em situação de rua na Av. Cruzeiro do sul/SP

Pessoas em situação de rua na av. Cruzeiro do Sul, próximo à estação Santana do metrô, na zona norte de São Paulo



Foto a) População de rua Imagem: Rubens Cavallari - 14.jul.2023 /Folhapress...

Pessoas dormindo sob viaduto de São Paulo



Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/sao-paulo-concentra-quase-metade-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-pais-aponta-pesquisa/>. 2024.



Pessoas em situação de rua debaixo do Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão, no Centro de São Paulo — Foto: NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO (2024).

Fonte: São Paulo...2023.

A pesquisa recente realizada pelo IBGE nos mostra as regiões, nas quais estão concentradas a população em situação de rua, conforme a inserção no Cad. Único. Porém boa parte desta população ainda não tem acesso a esse serviço devido à falta de documentos, ou porque estão em trânsito, ou seja, se deslocando entre uma cidade e outra, estando em processo migratório. Tudo isso dificulta a realização do cadastro e o acesso aos benefícios assegurados pela Constituição Federal (1988) e pela Política Nacional para atendimento à População em Situação de Rua (Brasil, 2009a).

O Jornal eletrônico – UOL (Universo *online*) divulgou uma pesquisa realizada em 2024 pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/Polos – UFMG), com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), que atende os beneficiários de políticas públicas do Bolsa Família e Benefício da Prestação Continuada. A região Sudeste conta com 63% de pessoas em situação de rua no país, com 204.714 pessoas; região Nordeste com 47.419 pessoas, sendo 14% no estado de São Paulo – representa 43% do total da população em situação de rua no país, tendo um aumento de 106.857 em dezembro de 2023 para 139.799 pessoas em dezembro de 2024.

Dentre as capitais citadas na referida pesquisa, o município de São Paulo visa a amenizar os impactos nas estatísticas sobre a população de rua no Brasil e seu reflexo no âmbito da

“Questão Social”, sendo desemprego, falta de moradia, baixa escolaridade e outras situações, já apresentadas neste estudo. O governo federal instituiu a Lei Federal nº 14.821 de 16 de janeiro de 2024 (Brasil, 2024b), que se destina à promoção dos direitos humanos de pessoas em situação de rua, como direito ao trabalho, à renda, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade, conforme estabelece o art. 11.

Art. 11. A PNTC PopRua deverá criar mecanismos para ofertar permanentemente cursos para a população em situação de rua com o objetivo de promover gradativamente o direito dos trabalhadores em situação de rua à capacitação, à profissionalização e à qualificação e requalificação profissional.

§ 1º Os cursos referidos no *caput* deste artigo deverão observar:

- I - o trabalho como princípio educativo;
- II - os saberes acumulados na vida e no trabalho exercidos nas ruas;
- III - a efetividade social e a qualidade pedagógica das suas ações;
- IV - a integração com políticas de emprego, de trabalho, de renda, de educação, de ciência e tecnologia, de saúde mental, de juventude, de inclusão social e de desenvolvimento, entre outras (Brasil, 2024b).

As políticas públicas de enfrentamento às questões referente à população em situação de rua na esfera Federal, Estadual e municipal são elaboradas com intuito de estabelecer um atendimento que possa tornar esse indivíduo “visível” aos olhos do poder público e da sociedade. Porém, ainda há muito o que se fazer e, neste contexto, está o trabalho do Educador Social que atua com a população de rua. Mesmo que eles(as) atuam em diferentes cidades e realidades, todos(as) têm em sua base a mesma oferta de serviço e a habilidade profissional, a fim de criar condições de “se fazer ouvir”, pois é por meio desse profissional que se estabelece a via entre a rua e os direitos sociais.

Sendo assim, apresentamos a Norma Técnica nº 11/SMADS/2024 (São Paulo, 2024) sobre o atendimento da População em situação de rua no município de São Paulo/SP por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, tendo o Serviço de Abordagem Social às pessoas em situação de rua - (SEAS) (Modalidade Adulto) realiza atendimento em conformidade com

O Serviço Especializado de Abordagem Social, modalidade misto e modalidade adulto, são serviços inseridos na Proteção Social Especial de Média Complexidade. Seu trabalho é realizado por meio de busca ativa, identificação, mapeamento de vulnerabilidades, atendimento,

acompanhamento e intervenções diretamente no território, com o foco nas pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e em situação de rua. A abordagem social busca garantir a efetivação dos direitos básicos das pessoas em situação de rua, por meio de uma proteção social proativa. Isso implica que os profissionais atuem ativamente nos espaços públicos, identificando as demandas locais, mapeando e realizando diagnósticos das principais necessidades da população. O SEAS deve assegurar, por meio da atuação do Poder Público, o acesso da população usuária aos direitos e serviços socioassistenciais, além de promover o acesso a outras políticas públicas. A atuação deve ser prioritária, sempre respeitando a dignidade e a autonomia das pessoas, e, sempre que possível, fomentando a convivência familiar, comunitária e social (São Paulo, 2024, p. 4-5).

No contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) (Brasil, 2004) e a Norma Operacional Básica (NOBSUAS/2005), houve a implantação implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de universalizar e garantir os direitos de todos os cidadãos em situação de risco social e vulnerabilidade, será atendido, independentemente de sua localização, condição social, não havendo discriminação, tendo o acesso ao serviço e benefícios da assistência social.

A NOBSUAS, 2005 prevê ainda:

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p. 33).

O SUAS tem como elemento fundamental em sua execução da política de assistência social no qual permite a normalização dos serviços executados na rede socioassistencial, os eixos estruturantes e as modalidades desse serviço que estão pautadas nas políticas públicas conforme descrito abaixo:

- Matricialidade Sociofamiliar;
- Descentralização político - administrativa e Territorialização;
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
- Financiamento ;
- Controle Social;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos;
- A informação, o monitoramento e a Avaliação (Brasil, 2004, p. 39).

Para garantir o acesso às políticas públicas, os recursos humanos são um dos pilares fundamentais para a efetividade e qualidade da assistência social. A gestão de recursos humanos deve ser estratégica, considerando não apenas o número de profissionais, mas também a qualificação, formação contínua e a vinculação desses profissionais com as necessidades da população atendida. Isso porque a qualidade do serviço prestado depende diretamente da competência, da formação e da motivação das equipes de profissionais que atuam nas unidades de serviço.

Quadro 5 - Recursos Humanos - Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS/SP.

Função	Escolaridade	Carga Horária Semanal
Gerente de Serviço	No contexto do SUAS, os recursos humanos são um dos pilares fundamentais para a efetividade e qualidade da assistência social. A gestão de recursos humanos deve ser estratégica, considerando não apenas o número de	40 hs
	profissionais, mas também a qualificação, formação contínua e a vinculação desses profissionais com as necessidades da população atendida. Isso porque a qualidade do serviço prestado depende diretamente da competência, da formação e da motivação das equipes de profissionais que atuam nas unidades de serviço.	
Auxiliar administrativo	Nível médio, com conhecimento de informática, dentro das especificidades constantes na NOB/RH/SUAS. Agente operacional Ensino Fundamental I	40 hs
Orientador socioeducativo	Nível médio, preferencialmente com experiência no atendimento à população em situação de rua.	40 hs

Fonte: São Paulo (2024).

No município de São Paulo, a equipe responsável pela Abordagem Social à população em situação de rua atua em conformidade com a Norma Técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (São Paulo, 2024, p. 22). Este documento regulamenta as ações desses profissionais e estabelece que o atendimento pode ocorrer de forma distrital, regional ou macrorregional, conforme a necessidade de intervenção. O público-alvo abrange adultos, famílias, crianças e adolescentes; o serviço é prestado em ruas, praças e locais de grande circulação pública.

De acordo com a Norma Técnica (São Paulo, 2024, p. 23), o acesso ao serviço é realizado pela própria população em situação de rua. No contexto dessa política pública, o atendimento é efetivado por:

- **Busca Ativa:** Realizada pela equipe de Abordagem Social, utilizando como estratégia de intervenção no atendimento, como identificar, cadastrar e acompanhar o indivíduo e as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social;
- **Demanda Espontânea:** A procura pelo serviço é realizada pela pessoa em situação de rua, que comparece ao Serviço ofertado pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), seja para uma emergência, acompanhamento, encaminhamento para a rede Socioassistencial. Desse modo, assegura-se o trabalho realizado com escuta qualificada, de acordo com as particularidades de cada pessoa atendida e seu contexto seja no âmbito familiar, social, cultural. O profissional que atua nesse trabalho juntamente com a rede de atendimento à população em situação de rua, visando garantir o acesso aos direitos sociais, desenvolvimento das potencialidades e construção de projeto de vida (São Paulo, 2024, p. 31).

Destarte, observa-se que, mediante às diretrizes do documento para as atuações e prestação desse serviço em São Paulo, considera-se que o aumento das pessoas em situação de rua nas referidas regiões se deve pela “Questão Social”, reflexo de processo histórico desigual desde a colonização do país. As consequências foram que ao longo dos anos, o desemprego, falta de habitação, baixa escolaridade para o acesso às condições de trabalho, baixos básicos desencadearam uma desigualdade na camada populacional, que se refletiu na população em situação de rua. Nesse caminho das disparidades sociais, nota-se consequências no âmbito da Saúde Pública, como dependência química, que atualmente está na pauta das discussões das políticas públicas, não somente da população em situação de rua, mas na esfera da saúde mental, na qual não iremos nos aprofundar por não ser tema desta pesquisa neste momento.

Conforme o Censo Demográfico do (IBGE, 2022), a população de São José dos Campos é de 697.054, dentre elas está a população em situação de rua, com 331 pessoas, sendo 296 homens e 35 mulheres, conforme consta no site da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (2015), realizada por uma empresa privada contratada por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS)⁹ – até o momento não consta dados quantitativos atualizados sobre a população em situação de rua em São José dos Campos/SP.

Consideramos que, desde então, em se tratando do trabalho realizado para a população em situação de rua, houve uma evolução no serviço prestado no tocante a estrutura no trabalho,

⁹ Fonte: www.sjc.gov.br: Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos, Secretaria de Desenvolvimento Social: Censo Indica redução de Pessoas em situação de Rua. 2015. https://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=23549. Acesso em: 5 fev. 2025.

tais como o aumento do número de profissionais para atender a referida demanda e o aumento no número de veículos. Com o avanço da tecnologia, o registro de atendimento à população em situação de rua, que antes era realizado em um caderno, hoje é feito em um telefone móvel, assim como as solicitações de atendimento e denúncia via 156 por meio do Centro de Inteligência e Segurança (CSI) têm sua base no Parque Tecnológico.

Porém, em relação à política pública, é necessário ações mais efetivas para a garantir os direitos sociais dessa população, conforme apresentaremos mais adiante no decorrer deste estudo, na seção que considera o Educador(a) como os(as) protagonistas no palco do Planejamento Urbano, devido à sua atuação nos espaços e territórios do Município de São José dos Campos/SP. Contudo, em pesquisa desenvolvida pela TV Band Vale em janeiro de 2024, houve um aumento da população em situação de rua em algumas cidades do Vale do Paraíba, conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Pesquisa do Observatório Nacional dos Direitos Humanos baseia-se no número de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de 2022 e 2023.¹⁰

São José dos Campos lidera em número de pessoas em situação de rua na RM Vale 2022 e 2023. *			
Município	População	2022	2023
São José dos Campos		800	839
Taubaté	População	2022	2023
		402	427
Pindamonhangaba	População	2022	2023
		132	147
Jacareí	População	2022	2023
		257	205

Fonte: Adaptado de Band Vale (2024).

¹⁰ **Nota explicativa:** A pesquisa leva em consideração o número de pessoas em situação de rua inscritas no CadÚnico. Porém, o acesso ao Cadastro Único é um direito universal e toda pessoa que passa pelo município pode fazê-lo, mas isso não significa que ela permanece na cidade. O cadastro deve ser atualizado a cada dois anos ou sempre que houver mudança na localidade. Portanto, São José dos Campos possuía, em 2023, aproximadamente 172 pessoas em situação de rua, segundo informações dos Educadores Sociais. A contagem é feita pela equipe do serviço de abordagem social do município, uma vez por semana, sempre aos domingos. São dez equipes de abordagem social, que contam ainda com 10 Kombis e 3 veículos de apoio, atuando todos os dias da semana, inclusive nos sábados, domingos e feriados, 24 horas por dia. As equipes da Abordagem Social são formadas por 62 educadores sociais e 4 assistentes sociais.

Os veículos da imprensa com o intuito de atualizar os dados e divulgar o trabalho realizado com a população em situação de rua, apresentam a situação atual sobre o atendimento para a população em situação de rua no Vale do Paraíba que estão inscritas no Cadastro Único, dentre elas a Band Vale (2024).

Consta que a partir do atendimento, são oferecidos às pessoas os serviços da rede socioassistencial do município, como acolhimento em abrigo, encaminhamento para a rede de saúde, tratamento para a dependência química e até mesmo recambio para a cidade de origem.

Os abrigos municipais divulgam que estão preparados para acolher todas as pessoas em situação de rua moradores. Ao todo são 17 abrigos para vários públicos, sendo 3 masculinos adultos, 1 abrigo masculino para pessoas com limitações para atividades de vida diária, 1 abrigo feminino/LGBT, 1 abrigo famílias e indivíduos, 4 unidades para idosos (Instituições de Longa Permanência para Idosos), 6 unidades protegidas (infantil, crianças feminina, crianças masculinas, adolescentes femininas, adolescentes masculinos e de pessoas com deficiência, adultos, crianças e adolescentes), além de 1 unidade protegida e sigilosa feminino (Band Vale, 2024).

4 A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP E A QUESTÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO

A ocupação territorial do Vale do Paraíba data ainda do período colonial, pertencente ao estado de São Paulo e Rio de Janeiro. No tempo presente, o desenvolvimento industrial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais trouxeram de forma gradativa transformações territoriais à São José dos Campos, conforme destaca Melo (2021). A cidade reconhecida pelos serviços hospitalares, a partir da década de 1950 vivenciou uma modificação em sua estrutura produtiva, com a industrialização e a chegada de novos moradores. A construção do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) 1947 e da via Dutra em 1951, progressivamente, tornaram São José dos Campos um dos principais polos produtivos no estado de São Paulo.

Neste contexto de desenvolvimento industrial e crescimento do município, o desemprego de uma parcela da população se fez presente e contribuiu para o aumento da desigualdade, exclusão social no território e a população em situação de rua se faz presente. Conforme Oliveira (2017, p. 209), em São José dos Campos, o trabalho com a população em situação de rua iniciou na década de 1930 com profissionais da Prefeitura.

O autor destaca ainda que

As primeiras ações relativas à assistência aos pobres no município de São José dos Campos, deram-se pela criação da Liga de Assistência e Combate à Tuberculose (Laset), que, a princípio, visava atender prioritariamente os “tuberculosos indigentes”, pôr o do abrigo e/ou “repatriações” para suas cidades de destino – posteriormente, ampliando suas ações aos pobres residentes na cidade. Para responder às questões que se colocaram como um problema urbano que a Liga foi estruturada na chave da assistência aos pobres na perspectiva filantrópica/benemerente, inaugurando, em (1936), as primeiras ações relativas à assistência aos pobres articuladas a um mecanismo que visava proteger a cidade na relação que se engendra entre pobreza-ajuda-repressão (Oliveira, 2017, p. 209).

Nas décadas seguintes, com o aumento das demandas provenientes da pobreza, risco e vulnerabilidade no município, outras iniciativas são observadas, principalmente no que se refere à gestão pública. Sendo assim, Oliveira (2017) destaca que foi no ano de 1965, que se institucionalizou a assistência social na gestão da prefeitura municipal de São José dos Campos, por meio do estabelecimento do Departamento Municipal do Bem-Estar Social (DEMBS). Antes as ações eram realizadas pela primeira-Dama¹¹.

¹¹ O autor destaca que a chegada do Assistente Social Carlos modificou o cenário da política no município.

Sendo assim, a implantação do trabalho no Departamento da Assistência iniciou com um formato tendo um projeto coordenado por profissionais de serviço social. Geraldo Vilhena de Almeida Paiva, formado em Serviço Social em 1963, pela Faculdade de Serviço Social de Minas Gerais, vindo para São José dos Campos, teve um papel de suma importância na institucionalização da assistência social deste município durante a gestão do prefeito Elmano Ferreira Veloso.

Na gestão deste Prefeito, também houve a criação do Dembes, por meio da Lei Municipal n.º 1.408, de 13 de novembro de 1967 (São José dos Campos), sendo constituída com 14 artigos, destacando o artigo 1º citado que conforme Barros (2011, p. 87) dispõe conforme segue:

Art. 1º Cita o Departamento Municipal de Bem-estar Social como órgão técnico-científico de Serviço, supervisionado tecnicamente por um Assistente Social, devidamente registrado no Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), sem ônus para os cofres públicos e de livre escolha do Prefeito Municipal.

Barros (2011) descreve que

Vilhena assumiu a direção do Dembes, ficando até o ano de 1970, quando sob a ditadura militar, o referido departamento foi extinto pela Lei municipal 1.537/1970, de 3 de março, sancionada pelo prefeito Sergio Sobral de Oliveira. Em relação a esse fato, cabe registrar que Vilhena era um profissional visado, devido à sua militância política (chegou a pedir exílio no Chile, o que não ocorreu e foi detido algumas vezes:

[...] Eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite. De vez em quando, só parava porque ia preso... (entrevista com Geraldo Vilhena, SJC, 24/5/2011).

Diante do panorama atual no qual se encontrava o período da ditadura, tornou-se difícil manter Vilhena na Direção do Dembes, ocorrendo a extinção do departamento e a gestão da assistência social.

Barros (2011) apresenta um breve histórico sobre a trajetória das ações realizadas pela assistência social, sendo retomadas em 1973, quando houve a criação de uma comissão de Promoção Social vinculada ao Departamento de Educação. Sendo assim, o foco do trabalho estava destinado às crianças e adolescentes que estavam nas ruas e nas “Comunidades Periféricas” na região central da cidade.

Em 1978, Geraldo Vilhena retornou à pasta da Assistência Social, sendo agora denominado Promoção Humana. Em 1980, houve a ampliação referente ao número de funcionários – assistentes sociais – designados para atuarem nas entidades sociais; em 1986, foi

aprovada na estrutura administrativa municipal da Secretaria do Desenvolvimento Social (1986-2017).

Ainda na década de 1980 houve a ampliação do trabalho com crianças e adolescentes nomeados como meninos de rua. Neste período ocorreu a ampliação descentralizando os serviços e a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, (CMAS) tendo como objetivo o controle e avaliação da política de assistência social no município. A proposta de uma nova gestão está vinculada às diretrizes da LOAS (1993), no qual o município realiza as ações na área da assistência social enquanto política pública e garantia de direitos.

No final da década de 1990, por seu turno, percebe-se a preocupação em normatizar as ações e serviços voltados ao atendimento ao “migrante” no município, por meio da Lei nº 5.316, de 11 de junho de 1999 (São José dos Campos, 1999). Esta Lei situa os atendimentos e orientações sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio do Registro Informativo do Movimento Migratório (RIMM), que tinha como objetivo fornecer informações e estatísticas que subsidiavam os programas, os órgãos públicos e as entidades parceiras, definidas no texto como obras sociais.

No segundo parágrafo, orientava-se para a criação de espaços de atendimento em todos os acessos à cidade, onde deveriam contar com a presença de assistentes sociais e auxiliares, assim como disponibilizar informações e orientações que permitissem aos “migrantes” que desejassem retornar aos lugares de destino.

Art. 3º Aos migrantes que desejarem permanecer no município será disponibilizado acompanhamento social, orientação e integração em programas de atendimento para curta permanência, de forma a evitar que os mesmos, diante da desorientação, fiquem perambulando pelas vias e logradouros públicos. Parágrafo único. Aos migrantes nas condições previstas neste artigo será devidamente informado que não será permitida a exploração da caridade nos passeios públicos, sob pena de recolhimento no albergue municipal (São José dos Campos, 1999).

No Artigo 4º, caberia à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), via recursos próprios ou em convênio com as “obras sociais”, a manutenção das equipes permanentes de vigilância em todos os locais de incidência de mendicância “com o objetivo de orientar, recolher e abrigar os migrantes que se encontrem na situação prevista no artigo anterior” (São José dos Campos, 1999).

Por meio da Lei citada, percebe-se o momento da regulamentação do programa de atendimento ao “migrante”, a questão da existência de pessoas vivendo nas ruas da cidade ou que passavam pelo município, que foram

compreendidos sob a chave da migração. Por meio dessa compreensão que a Lei regularizou e justificou os serviços já existentes como o Centro de Orientação ao Migrante (COM) no terminal rodoviário, o Abrigo Municipal com pernoite de no máximo três dias para os “migrantes” (“integração em programas de atendimento para curta permanência”), o atendimento visa à concessão de passagens rodoviárias, à possibilidade de parceria com as “obras sociais” para a abordagem de rua, assimilando esse trabalho como a “vigilância contra a mendicância” por meio da orientação e recolhimento dos “migrantes”. Foi por meio da Lei 5.316 de 11 de junho de 1999, que se preparou e justificou normativamente uma série de mudanças que ocorreram no programa de atendimento à população em situação de rua no início dos anos 2000. Através dessa Lei que se reconfigurou a rede de atenção institucional existente.

Para atender esta demanda, houve a necessidade de ter profissionais para atuação no atendimento à população em situação de rua no município, Oliveira (2017, p. 218) pontua sobre o processo de atuação desses profissionais na primeira década de 1990, na gestão da então Prefeita Ângela Guadagnin (1993-1996). O Abrigo Municipal na época era situado na Rua Guararapes, n. 30, Monte Castelo e tornou-se a principal instituição para atender os moradores de rua (termo utilizado pelos operadores que atuaram no período).

Os migrantes eram encaminhados para o Abrigo por meio do Centro de Orientação ao Migrante (COM), que realizava os atendimentos no Terminal Rodoviário “Frederico Ozanan”. Aos “migrantes” que estavam de passagem pelo município era concedido pernoite e passagem para outra cidade ou retorno para a cidade de origem.

Na década de 1990, o crescimento da população no município é em decorrência do fluxo constante no eixo Rio - São Paulo, à procura por melhores condições no mercado de trabalho, que às vezes não se efetivavam, levando ao desemprego e, em consequência, à situação de rua. A partir de 1993, organizou-se uma equipe para realizar a “ronda social” nas ruas da cidade, o que foi um importante momento para a verificação do controle do território, agora por meio de trabalhadores sociais no campo.

Conforme cita Oliveira (2017):

Denominada **de ronda social** pelos orientadores, consistia na presença desses profissionais para atender as denúncias da população sobre a presença de moradores de rua nos espaços públicos da cidade ou nas proximidades de ruas residenciais, assim como iniciar uma ação que garantisse a presença dos orientadores nas ruas por mais tempo. (...) além das atividades como orientadores sociais na instituição, ficaram responsáveis pela proposta a ser desenvolvida nas ruas da cidade. E sem nenhum treinamento, baseados nas suas experiências anteriores, lançaram-se no trabalho das ruas, nas palavras de Luiz, “aprendia ou aprendia”. Quando iniciaram as rondas pelas ruas, a prioridade consistia no atendimento das denúncias. Dessa forma, quando foram transferidos para o abrigo, existia um serviço de denúncias vinculado à

instituição. Era por meio de contato telefônico, divulgado na imprensa da cidade, que os munícipes informavam sobre a presença de pessoas “caídas” no espaço público ou deitadas em frente às suas residências. As denúncias se concentravam majoritariamente para a retirada das pessoas desses locais. Ao se depararem com as situações que encontravam nas ruas, especificamente “aqueles que ficavam jogados”, perceberam que essas situações não recebiam atendimento, só eram atendidos mediante a denúncia (Oliveira, 2017, p. 218-219, **grifos nossos**).

Por meio dessas atuações é que se iniciou a organização da abordagem nas ruas realizada pelos orientadores sociais, que também realizavam seu trabalho nos abrigos. É importante ressaltar que, na época, conforme Oliveira (2017), o veículo existente no abrigo era utilizado para atender as denúncias da população e os orientadores se organizavam para realizar a “ronda” que tinha como objetivo convencer os moradores sobre o acesso ao abrigo.

Os “migrantes” e os “munícipes” (população de rua da cidade) eram atendidos no Abrigo Municipal, sendo concedido pernoite e jantar. O Centro de Orientação ao Migrante (COM) manteve o funcionamento no terminal rodoviário “Frederico Ozanam” (rodoviária Velha).

Com o decorrer do tempo, os fluxos migratórios para São José e a falta de estrutura da cidade para receber esses trabalhadores aprofundou a “Questão Social”. No capitalismo, as vulnerabilidades faziam com que as pessoas seguissem no “Trecho”. No caso do município estudado, a via Dutra, no eixo Rio - São Paulo, facilita o acesso e o deslocamento.

As diversas questões referentes à inserção no mercado de trabalho para os “munícipes” e “migrantes” aprofundam as desigualdades dos dois grupos, alguns sujeitos permaneceram no município em situação de rua, vulnerabilidade e risco social. Para Valim (2001), o fenômeno não envolve somente aspectos políticos e econômicos, mas também pessoais e sociais, acabando por constituir um fator de desagregação e exclusão social.

Na década de 1990, iniciou o processo de normatização das ações e serviços direcionados para o atendimento ao “migrante” no município e, por meio da Lei nº 5316, de 11 de junho de 1999 (São José dos Campos, 1999), direciona os atendimentos e orientações à população sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio do Registro Informativo do Movimento Migratório (RIMM). O referido documento tinha como objetivo apresentar informações e estatísticas para subsidiar os programas, os órgãos públicos e entidades parceiras definidas como obras sociais. A lei foi revogada em 2003.

Mas percebe-se a postura sólida de controle do território.

Art. 1º Fica instituído na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) o Registro Informativo do Movimento Migratório do Município de São José dos Campos.

Parágrafo Único. O RIMM tem por objetivo fornecer informações e estatísticas que subsidiem os programas sócios-econômicos e as políticas públicas dos órgãos públicos e de entidades associadas.

Art. 2º O Registro Informativo do Movimento Migratório manterá em todos os locais de **acesso ao Município postos fixos ou volantes**, integrados por assistentes sociais e auxiliares, com a finalidade de disponibilizar informações e orientações que visem permitir aos migrantes **que desejarem o retorno aos seus lugares de origem ou o prosseguimento de sua viagem a outro destino.**

Art. 3º Aos migrantes que desejarem permanecer no Município será disponibilizado ao acompanhamento social, orientação e integração em programas de atendimento para curta permanência, **de forma a evitar que os mesmos, diante da desorientação, fiquem perambulando pelas vias e logradouros públicos.**

Parágrafo Único. Aos migrantes nas condições previstas neste artigo será devidamente informado que **não será permitida a exploração da caridade nos passeios públicos**, sob pena de recolhimento no albergue municipal.

Art. 4º A Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), por conta própria ou mediante convênio com obras sociais, manterá equipes permanentes de vigilância em todos os locais de incidência de mendicância com o objetivo de orientar, recolher e abrigar os migrantes que se encontrem na situação prevista no artigo anterior. (São José dos Campos, 1999 – grifos nosso).

A Lei municipal nº 6.428 de 20 de novembro de 2003 (São José dos Campos, 2003), que em seu artigo primeiro ressalta que consolida a legislação municipal relativa à assistência social, sem prejuízo da vigência da legislação, tem o objetivo de viabilizar a “nova” proposta para o atendimento aos “migrantes” e “munícipes” no município de São José dos Campos, estabelecendo-se a parceria entre a Organização Social vinculada a uma igreja evangélica e a Secretaria de Desenvolvimento Social, que viabilizou a contratação de assistentes sociais e orientadores para atuarem no novo direcionamento dado pela gestão da política de assistência social no município.

Oliveira (2017) descreve as atividades realizadas por essa Organização Social desde sua fundação e a ampliação dos atendimentos realizados desde que estabeleceu convênio para executar os serviços na área da assistência social. Muitas dessas entidades, ainda em 1991, eram vinculadas à igreja evangélica, influenciando diretamente a política municipal. Dentre essas ações, o autor indica a criação do Plantão Social (1992-2015), destaca-se que em 2011 houve o fortalecimento do Serviço Especializado em Abordagem Social e Acolhimento Institucional (Abrigos e Repúblicas) e o Centro Pop.

Em 2015 ampliou-se o convênio com a Secretaria do Desenvolvimento Social fortalecendo o projeto Acolher; ainda, a partir de 2017, com a nova gestão municipal, a Secretaria de Desenvolvimento Social passou a chamar de Secretaria de Apoio Social ao Cidadão que, segundo Oliveira (2017, p. 207), marca “a característica benemerente da gestão dos pobres nessa cidade”. Segundo o Plano de Trabalho (São José dos Campos, 2016) da entidade social conveniada com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, na época em que se iniciou o serviço de Abordagem Social, com 27 orientadores sociais, sendo constituídos de 06 equipes, trabalhando com carga horária de 12x36, os profissionais realizavam atendimentos individuais, com acolhida, “escuta qualificada”, estudo social e viabilização de informações que contribuam para a garantia dos direitos sociais de cada indivíduo.

Nas abordagens de rua, priorizavam o acesso ao documento pessoal, serviço ofertado para acolhida nos abrigos e atendimento conforme a demanda apresentada para o serviço na rede socioassistencial, como área da saúde e encaminhamentos para tratamento da dependência química. A abordagem social realizava os atendimentos por meio de busca ativa das situações de risco social e vulnerabilidade, resgate nos hospitais com retorno para acolhimento no Abrigo, com denúncias registradas no Centro de Operações Integradas (COI).

Neste cenário, o contato e vínculo entre o profissional e a pessoa em situação de rua é um processo que se estabelece nas calçadas, bancos de praças, viadutos, marquises etc.

Figura 2: Educadores Sociais em atendimento com a população em situação de rua



Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Paulo Freire (1989), sinaliza os vários desafios enfrentados pelo profissional que atua com o Pop de Rua:

O educador de rua precisa estar consciente de suas próprias limitações e dos riscos e dos desafios impostos e presentes na rua e na sociedade. O importante, porém, é perceber e reconhecer as forças existentes neste conflito e discernir sobre a impossibilidade de agir em alguma circunstância de forma adequada. Recuar não significa insucesso e sim aguardar o momento de poder avançar para conquistar espaço. Este processo é inerente a todo trabalho educativo aqui proposto (Freire, 1989, p. 14).

Consideramos que o trabalho do educador social em meio ao espaço urbano possibilita à pessoa em situação de rua o acesso a várias políticas públicas, sendo um processo facilitador para que se atenda esta demanda visando a saída das ruas, dando voz aos sujeitos que são marginalizados e em exclusão social. As equipes percorrem as várias regiões de São José dos Campos, sendo Centro, Norte, Sul, Leste, Sudeste, Oeste e São Francisco Xavier (Sub Distrito do município).

Segundo Silva (2023), em São José dos Campos,

Neste período os serviços destinados ao atendimento da população em situação de rua não eram separados dos demais serviços de assistência, portanto, os dados disponíveis contavam com atendimentos aos munícipes e migrantes. O município contava somente com o centro de triagem, na ocasião, situado ao lado da rodoviária interestadual no bairro Monte Castelo, que identificava os indivíduos e os encaminhava para possíveis acolhimentos. Somente no ano de 2012, foram implantados os serviços destinados especificamente à população em situação de rua, diante do Decreto n.º 7.053 de 2009 (BRASIL, 2009), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Silva, 2023, p. 71).

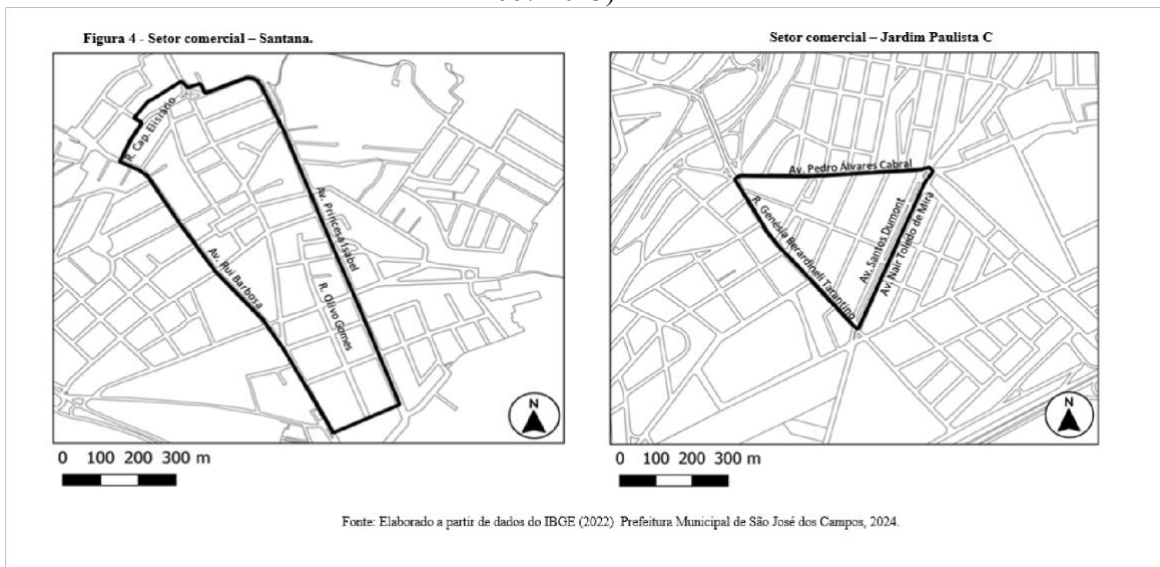
É importante considerar também o total das pessoas em situação de rua abordadas e aquelas identificadas usuárias de álcool, drogas e com transtornos mentais. Em 2015, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos pela Secretaria de Social (SDS) realizou um censo com objetivo de aprimorar os serviços existentes para a pop rua no qual identificou um total de 331 pessoa, sendo 296 homens e 35 mulheres, entretanto, não houve outra pesquisa para atualizar estes dados.

Na atualidade, o município de São José dos Campos, tendo a Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC), dentre os serviços da área da assistência social, contempla o serviço do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e

Abordagem Social, conforme a lei de Política Nacional para a População em situação de Rua (PNPR), Decreto Lei Federal nº 7.053 de 2009, que também estabelece:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar em logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas, galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Melo, 2021, p. 28).

Figura 3: Setores Comerciais Jardim Paulista e Santana (incluído pela Lei Complementar n. 667/2023)



Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

As cartografias apresentam os mapas da região do Centro Pop e são importantes porque destacam os lugares em que, à noite, há uma maior concentração de pessoas em situação de rua. É nesse contexto que atuam os voluntários com entrega de alimentos, roupa etc. na Rua Carmine Rocco (ao lado da rodoviária nova).

Figura 4: Centro Pop São José dos Campos



Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Nas “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para a População em situação de rua consta”

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (Brasil, 2011).

Figura 5: Rodoviária “Frederico Ozanan” 2024.



Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

No nível municipal, o Centro Pop é a garantia de acesso às políticas públicas para essa demanda na rede socioassistencial. Inaugurado em 25 de junho de 2012, situado na rua Itororó,353 – Vila Piratininga, ao lado do Terminal Rodoviário Frederico Ozanam, na região leste, é uma referência técnica da proteção social especial de média complexidade, sendo um equipamento importante para efetivar o acesso da população em situação de rua, que chegam espontaneamente ou encaminhados pela rede de atendimento da abordagem social.

A política tem como objetivo o fortalecimento de vínculo com a equipe, visando a superação da situação de rua; contribuir com a autoestima; o despertar do desenvolvimento de consciência crítica com a relação à cidadania, direitos e deveres; e o acompanhamento do usuário a partir das demandas apresentadas (Brasil, 2011).

O local é de fácil acesso para embarque e desembarque de munícipes e migrantes, sendo também a região com maior concentração de Pop de rua. No espaço frequentado por pessoas em situação de rua, em 2023 contava com a equipe técnica, sendo 01 Coordenação (Assistente Social, contratada pela empresa prestadora de serviço para a Prefeitura Municipal), 01 Coordenador (poder público- SASC) e 04 assistentes sociais. Em dezembro de 2024, houve uma reestruturação do quadro de funcionários sendo contratadas 02 psicólogas pela empresa conveniada e prestadora de serviço para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, sendo

realizado atendimento social, oferta de alimento, banho, encaminhamento para a rede de serviço socioassistencial, saúde, segurança pública, conforme legislação vigente (Brasil, 2009).

Realiza recâmbio para os usuários que manifestam interesse em retornar para cidade de origem, acolhimento nos equipamentos conveniados com a prefeitura municipal por meio das entidades sendo da Organização da Sociedade Civil (OSC), que estão localizados nos territórios e regiões do município de São José dos Campos. O território apresenta vários significados, mas em nosso caso ele é utilizado pelo Pop de rua e suas manifestações como mendicância e até mesmo uso de drogas, mas sua função é ser espaço para acolhimento de munícipes e migrantes. As equipes do Apoio Social utilizam o veículo da Abordagem Social para conduzir aos equipamentos os usuários que solicitam o serviço de acolhimento. A entrada nos abrigos se dá com a presença da equipe de Educador (a) Social, visando a garantir um atendimento de sociabilidade e fortalecimento.

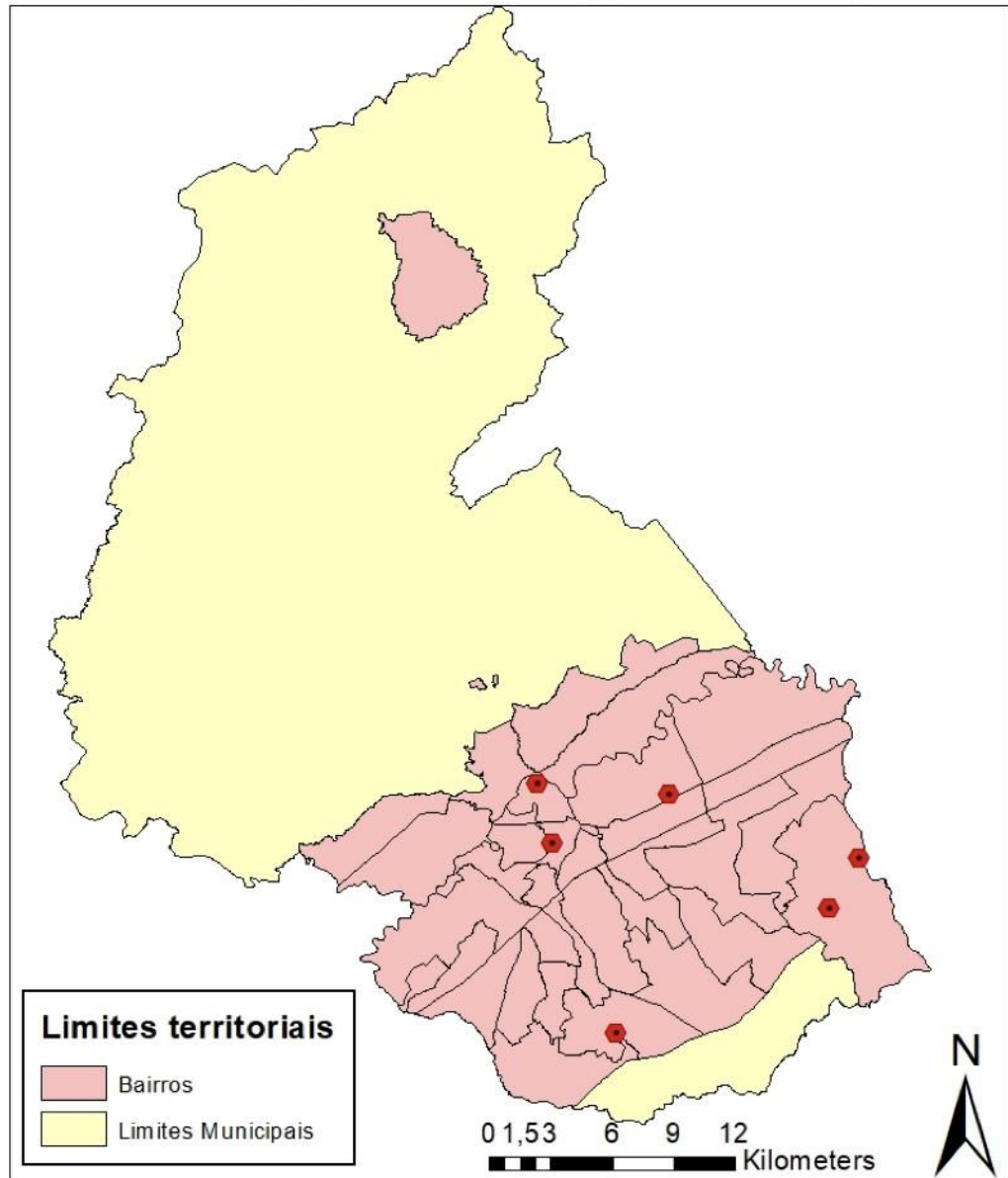
Quadro 7 - Demonstrativo das Unidades de Acolhimento – Abrigos

Abrigo	Capacidade	Região
Feminino LGBTQIA+	30	Norte
Unidade Sul	78	Sul
Abrigo Vida Diária	25	Centro
Comunidade Terapêutica Boas Novas	90	Leste
Abrigo Família e Indivíduo	30	Leste
Casa da Benção Missionária	60	Leste

Fonte: Elaborado pela Autora.

Figura 6: Localização dos abrigos municipais

Localização dos Abrigos Municipais



ABRIGO	REGIÃO
Abrigo Feminino LGBTQI+	NORTE
Comunidade Terapêutica Boas Novas	LESTE
Casa Da Bênção Missionária	NORTE
Comunidade Terapêutica Nova Esperança	SUL
Abrigo Vida Diária	CENTRO
Abrigo Família e Indivíduo	LESTE

Projeção Universal de Transversor-UTM
 Datum: SIRGAS 2000, Zona SS2
 Fonte de Dados: IBGE (2022) / PMSJC
 Elaborado por Nanci Barroso

Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

Os serviços de acolhimento, conforme apresentado no Quadro 7, estão localizados nas regiões do município, sendo a Casa de Acolhimento Feminino LGBTQIA+, localizada na Av. Princesa Isabel, 1235 - Bairro Santana. Conveniada com a Prefeitura de São José dos Campos

por meio de termo de colaboração, conforme o plano de trabalho, ela realiza atendimento 24 horas de acolhida ao público feminino e LGBTQIA+, acima de 18 anos. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicólogo, Educador Social e Cuidadora Social. A casa está localizada na região norte e possui uma rede de atendimento composta pela Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) Norte, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde na avenida principal de Santana, feira livre, agência bancária, comércio e serviços disponíveis para a população.

Já a Comunidade Terapêutica Nova Esperança - Unidade Sul está na Estrada Bezerra de Menezes, nº 2.500 - Bairro Torrão de Ouro. É uma unidade de acolhimento masculina para pessoas acima de 18 anos, com atendimento 24 horas. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicólogo, Educador Social, Cuidador Social. Localizada na região Sul, sua área de abrangência inclui CRAS, escolas, Unidade Básica de Saúde do Jd. Interlagos, supermercados, lotérica e comércio em geral. Para atendimentos de saúde emergenciais, a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) Campo dos Alemães é utilizada.

No centro, encontra-se a Comunidade Terapêutica Comunidade Nova Esperança - Abrigo Vida Diária, na Rua Major Antônio Domingues, 227. O Atendimento 24 horas, direcionado ao público masculino, acima de 18 anos, que apresentam limitações na vida diária relacionadas à saúde ou outras situações que exigem acompanhamento técnico. O objetivo é promover melhorias nas condições de saúde, autonomia e reintegração social. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicóloga, Educador Social, Cuidador e Oficineiro de Artes. O acesso à saúde é realizado através da Unidade Básica de Saúde Centro, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Norte e Hospital Municipal. A área do Abrigo Vida Diária conta com CRAS, comércio, serviços, bancos, universidade (UNESP) e um corredor de ônibus que oferece acesso às regiões Sul, Norte, Leste, Oeste e Sudeste.

Na Leste se localiza a Comunidade Terapêutica Boas Novas (Rua Dois, 599 - Bairro Majestic - Leste), cujo atendimento é de 24 horas voltado para o público masculino, acima de 18 anos. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicóloga, Educador Social e Cuidador Social. Situada na região Leste, a unidade oferece serviços do CRAS, Unidade Básica de Saúde e acesso a comércio, serviços e hospitais. A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Novo Horizonte fica distante da unidade de acolhimento, assim como as linhas de ônibus, o que dificulta o acesso e a locomoção para outras regiões de São José dos Campos.

Por fim, a Casa da Bênção Missionária (na Rua Marialva, 12 - Bom Retiro). Atendimento 24 horas para o público masculino, acima de 18 anos. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicóloga, Educador Social e Cuidador Social. Localizada em zona rural, o acesso à saúde é realizado através da Unidade Básica de Saúde Jd. Novo Horizonte e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Novo Horizonte. O acesso a outros serviços é dificultado pela distância de outros bairros, e o transporte urbano circula do terminal central para o bairro.

O Abrigo Família e Indivíduo fica na Rua José Luiz Cembranelli, 40 - Vila Tesouro. Região Leste. O atendimento é 24 horas para famílias com direitos violados ou em situações de extrema vulnerabilidade e risco social, como em casos de calamidade pública (alagamento, enchente, incêndio, moradia interditada pela Defesa Civil), vítimas de violência doméstica ou em situação de rua. A equipe é composta por Coordenação, Assistente Social, Psicóloga, Educador Social e Cuidador Social. O acesso aos serviços na região está facilitado pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Eugenio de Melo, Unidade Básica de Saúde Vila Tesouro, Escola Municipal, Centro de Educação Infantil (CEDIN) Armelinda Locatelli de Macedo, supermercados e linha de ônibus que circula pelas regiões Centro, Norte e Sul.

No acesso da População em Situação de Rua é importante ressaltar que para acolhimento nos equipamentos acima mencionados ocorre por meio do transporte da Abordagem Social 24 horas. Cada equipamento possui um veículo para atender às demandas dos acolhidos, como consultas médicas, exames, providenciamento de documentação e outros atendimentos na rede socioassistencial conforme a necessidade de cada pessoa em acolhimento.

O Quadro 8 e Figura 7 mostram as unidades de acolhimento para a população em situação de rua conveniadas com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

Quadro 8 – Empresas conveniadas com a PMSJC para o atendimento à população de rua.

(continuação...)

Nome da entidade Organização da Sociedade Civil - OSC	Convênio com o poder público/Tempo	Finalidade do Convênio
Abrigo Feminino LGBTQIA+	OSC Conveniada com a PMSJC/Ano 2020	atendimento de acolhida ao público feminino e LGBT.

Quadro 8 - Empresas conveniadas com a PMSJC para o atendimento à população de rua.

(continuação...)

Casa da Bênção Missionária ¹²	OSC conveniada com a PMSJC/Ano 2024	Atendimento de acolhida ao público masculino
Comunidade Terapêutica Nova Esperança ¹³	OSC conveniada com a PMSJC/Ano 2017	Atendimento de acolhida ao público masculino
Abrigo Vida Diária ¹⁴	OSC conveniada com a PMSJC/2018	Atendimento de acolhida ao público masculino

¹² **Nota Técnica:** A “**Casa da Bênção Missionária** além de oferecer estrutura necessária, possui equipe capacitada para acolher pessoas do sexo masculino de imediato e emergencial, com profissionais preparados para o acolhimento, sendo um serviço tipificado que justifica a celebração da parceria pelo período de (vinte e quatro) meses, com a finalidade de atender a demanda do município e que se faz tão necessário.” Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/196110/casa-da-bencao-missionaria-recusro.pdf> Acesso em 04 fev. 2025.

¹³ *****Nota técnica - Comunidade Terapêutica Nova Esperança** “Descrição da ação ofertada - Serviço de acolhimento voluntário de caráter transitório para pessoas com problemas decorrentes do uso nocivo de dependência de substâncias psicoativas. Serviço de acolhimento que tem por função oferta de um ambiente protegido técnica e eticamente orientado, conforme legislação vigente, que forneça suporte e acolhimento aos acolhidos de substância psicoativa, durante o período estabelecido de acordo com o programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso. É um lugar cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pares. Oferece uma rede de apoio no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania e a autonomia, e buscando encontrar novas possibilidades de reinserção social”. Disponível em: <http://comunidadenovaesperanca.com/wp-content/uploads/2021,p.15/08/PLANO-DE-TRABALHO-ASSINADO-CT1.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

¹⁴ **** **Nota Técnica - Abrigo Vida Diária** - “Pretende-se alcançar o cumprimento da garantia do direito socioassistencial, de acordo com a Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), implementado no Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade de abrigo institucional. Desta forma o acolhimento destinado a pessoas adultas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono; indivíduos e famílias protegidas; construção da autonomia; indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades; rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar”. Disponível em: <http://comunidadenovaesperanca.com/wp-content/uploads/2018/07/65-18-Plano-de-Servi%C3%A7o-de-Acolhimento-Institucional-para-adultos-AVD-na-modalidade-Abrigo-Institucional-Prote%C3%A7%C3%A3o-Social-Especial-de-Alta-Complexidade..pdf>. Acesso em: 05 fev. 2025.

Quadro 8 - Empresas conveniadas com a PMSJC para o atendimento à população de rua.

(conclusão)

Abrigo Família e Indivíduo ¹⁵	OSC conveniada com a PMSJC/Ano 2018	Atendimento de acolhida às famílias.
Comunidade Terapêutica Boas Novas ¹⁶	OSC conveniada com a PMSJC/Ano 2022	Atendimento de acolhida ao público masculino

Fonte: Pesquisa de Campo.

Segundo os Educadores, análise sobre as unidades de acolhimento e as políticas públicas para a população em situação de rua:

ES 12 “Os Pops têm bons equipamentos, assim como o outro pop garante a eles o direito de alimentação, roupa, passagem, 2ª via de Rg, etc. os abrigos também têm uma boa estrutura no quesito dignidade, está saindo os auxílios alugueis que é o 1º passo inicial para o cidadão ter um conforto e dignidade”.

ES 13 “Analisando a política aplicada no município acho muito boa, pois tem uma série de benefícios para pelo menos dar um mínimo de dignidade e direcionamento aos Pops que realmente deseja a mudança de vida”.

ES 14 “Não tenho muito conhecimento. Porém tentamos mostrar para essas pessoas que eles são capazes de retornar para a família, ter acesso a saúde, fazer documentos pois a maioria não tem, isso é uma forma de trazer cidadania para muitos. Garantir os direitos deles quanto ao cras, muitos recorrem ao órgão em busca de benefícios, como bolsa família entre outros”.

ES 15 “Acho que em tudo podemos melhorar, mas acredito que a política pública tem dado as garantias do direito à cidadania sim, o que às vezes desagrada as população em situação de rua e seguir regras, mas por isso o

¹⁵ ***** **Nota Técnica - Abrigo Família e Indivíduo** - “Acolher provisoriamente e garantir proteção integral às famílias rompido as fragilidades por meio de serviços programas, projetos e benefícios dirigidos às famílias e indivíduos em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social - PNAS/SUAS em conformidade com a Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, proporcionando meios para reconstrução de sua história com objetivo emancipatório. Disponível em: <http://comunidadenovaesperanca.com/arquivos/colaboracao/39/3-plano.pdf> p.10, 2018. Acesso em: 05 fev. 2025

¹⁶ *******Nota Técnica - Comunidade Terapêutica Boas Novas** - Acolher e garantir, provisoriamente, proteção integral para homem, maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, população em situação de rua, e dependentes de substância psicoativa, por meio de serviços programas, projetos e benefícios dirigidos às famílias e indivíduos em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Política Nacional de Assistência Social - PNAS - SUAS, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, catalisando progressiva aquisição de autonomia e protagonismo, para o processo de emancipação do sujeito. Disponível em:

<https://www.ctboasnovas.com.br/files/Plano%20de%20Trabalho%20Comunidade%20Terap%C3%A9utica%20Boas%20Novas%20TC23.2022%20-%2008.07.2022.pdf>, 2022, p.14. Acesso em: 05 fev. 2025.

trabalho do Apoio Social está presente, para garantir, insistir e lutar por cada cidadão que está em situação de rua a não desistir dos seus direitos e dar forças para que sigam as regras corretas, sem oscilações no caminho”.

A presente análise realizada pelos Educadores(as) Sociais apresenta a reflexão e conhecimento que as equipes têm sobre as políticas públicas, direitos e o principal função das equipes da Abordagem Social e sua importância neste processo para garantir o acesso à várias políticas públicas não somente do município, mas também nas demais legislações vigentes.

5 OS AGENTES DO CONTROLE SOCIOTERRITORIAL FRENTE ÀS DEMANDAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A sobrevivência em um mundo globalizado e financeirizado trouxe novos desafios no que toca ao acesso aos direitos sociais. Devido a esse processo, todos os espaços passaram a ser ocupados pela força econômica e pelas “leis” do mercado competitivo. A princípio, esse processo deveria aproximar e interligar as pessoas, mas o que se vê, de modo geral, é cada vez mais pessoas deslocando-se, sendo excluídas de seus direitos e recursos disponíveis, recursos mínimos que deveriam ser acessíveis a todos.

A injusta distribuição de renda e o crescente processo de exclusão social ou inclusão marginal, como afirmado pelo sociólogo José de Souza Martins, gerou um modelo socioeconômico que obriga o indivíduo e famílias inteiras a buscarem melhores condições de vida, novas oportunidades de emprego, salário etc. No entanto, muitas pessoas têm encontrado a rua como única possibilidade de vida.

A origem da população em situação de rua se remete justamente aos processos de desenvolvimento capitalista no Brasil e a estrutura frágil de acesso à direitos. O serviço especializado para trabalhar com a questão social será um serviço vinculado ao controle estatal de uma maneira ampla. Desta forma, o trabalho da(o) Assistente Social foi elevado ao status de Política Pública e está fundamentado no Código de Ética do Assistente Social (Conselho Federal de Serviço Social [CFESS], 1993). Atuação no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública ou privada, com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas à abordagem com a população em situação de rua, considerando que a complexidade do trabalho realizado, que não está somente na rua, mas no contexto social, familiar, cultural, saúde, jurídico e demais situações apresentadas advindas da questão social.

Na equipe técnica da Abordagem Social, constam pelo menos quatro assistentes sociais que realizam atendimento juntamente com os/as Educadores/as Sociais, o trabalho visa oferecer serviços para a população de rua por meio de atendimentos, orientações, acolhimentos, entrevistas, visita domiciliar, atividades em grupos encaminhamentos para a rede de apoio socioassistencial (Brasil, 2009).

Nos atendimentos realizados pelo serviço social com a equipe de Abordagem Social, é possível constatar que, para os usuários, em determinadas situações o “estar” na rua os expõe ao uso de drogas lícitas e ilícitas, muitos ainda mantém o vínculo familiar mesmo que frágil, há uma predominância de história de violência, marginalização. Em São José dos Campos,

observa-se que a população em situação de rua circula nos territórios tendo a maior concentração na região central e região leste, tendo como referência para embarque e desembarque o Terminal Rodoviário Intermunicipal Frederico Ozanam; nas regiões constam usuários de álcool, drogas e com transtornos mentais.

Em se tratando do trabalho realizado pelos/as Educadores/as Sociais com a população em situação de rua que circula nos territórios de São José dos Campos\SP, a cada abordagem realizada com o intuito de proporcionar condições de atendimento com base nas políticas públicas já citadas neste estudo, os educadores adquirem um conhecimento profundo dessa população.

Nas intervenções do Estado, observa-se o “Controle Social” nos moldes das discussões foucaultiana; avaliamos também que a “invisibilidade” está de ambos os lados, sendo ora por parte da sociedade, que ainda torna a população em situação de rua “invisível”, ora por parte da população em situação de rua que ignora a oferta de serviços apresentadas pelo(a) Educador(a) Social por inúmeras razões. Há relações de micropoderes postos no jogo das relações entre educadores/as sociais e população em situação de rua. Segundo Foucault (2008), a mais sutil forma de poder\controle consiste na adoção de discursos repletos de persuasão, o que resulta na gradativa adoção pelas pessoas ou grupos como se fossem próprios.

Neste contexto, as possibilidades de vínculo, mesmo na lógica do controle social, está na relação gradativa que se manifesta entre o Educador/a Social e a pessoa atendida. A oferta de serviço tendo como objetivo o processo de saída da rua, avalia-se no atendimento a origem, a história antes e atual em situação de rua, e com isto torna-se possível a construção do vínculo, no contato diário. Em algumas situações ocorrem abordagens mais de uma vez para a mesma pessoa, sendo com o mesmo Educador/a Social. E neste processo possibilita desenvolver as intervenções necessárias para o fortalecimento de sua autonomia, construção de um projeto de vida com base na garantia de direitos e equidade social.

Nesse contexto, o sujeito da pesquisa para que se possa aprofundar o estudo referente à situação apresentada, será o/a educador/a social, que realiza trabalho de abordagem social por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a Organização da Sociedade Civil (OSC) Nova Esperança, convênio este firmado em 27/10/17 – entidade tem como objetivo a prestação de serviços para dependentes químicos. Atualmente a equipe é composta por uma Coordenação do poder público, sendo da Secretaria de Apoio Social ao

Cidadão (SASC), uma Coordenação da Comunidade Terapêutica Nova Esperança, 59 educadores, sendo 47 homens e 12 mulheres.

A Faixa etária é entre 26 e 60 anos, trabalho com registro em carteira, 12x36, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O espaço físico no qual está a equipe e sua estrutura é situado na Rua Saigiro Nakamura, 50 - Vila Industrial - São José dos Campos/SP.

Desde maio de 2024 houve a contratação de Educadores e Educadoras Sociais que se dividem por equipe conforme quadros abaixo:

Quadro 9 – Equipe Par Educadores.

	Educador (a) Social	Horário	Total
Equipe Par	Masculino:15	06:00 às 18:00:	15
	Feminino: 05	06:00 às 18:00	04
	Masculino:01*	07:00 às 19:00	01
	Masculino: 04	11:30 às 23:30	04
	Masculino: 04	18:00 às 06:00	04
	Feminino: 01*	19:00 às 07:00	01

**Educador(a) Social do Centro de Segurança e Inteligência (CSI – Parque Tecnológico)

Fonte: Escala – Educadores Abordagem Social (agosto 2024).

Quadro 10 – Equipe Ímpar Educadores

	Educador (a) Social	Horário	Total
Equipe Ímpar	Masculino:12	06:00 às 18:00:	12
	Feminino: 05	06:00 às 18:00	04
	Masculino: 01*	07:00 às 19:00	01
	Masculino: 04	11:30 às 23:30	04
	Masculino: 04	18:00 às 06:00	04
	Feminino: 01*	19:00 às 07:00	01

**Educador (a) Social do Centro de Segurança e Inteligência (CSI - Parque Tecnológico)

Fonte: Autora (2024) Escala - Educadores Abordagem Social¹⁷.

Quando, nas entrevistas, perguntou-se qual análise o educador fazia da política pública na garantia do direito ao acesso à cidadania, obteve-se as seguintes respostas:

¹⁷ Escala enviada mensalmente pela coordenação da Abordagem Social de São José dos Campos.

ES 1 “Vejo que a garantia tem grande acesso para a população de rua, como atendimento no centro pop, Assistente Social, acolhimentos, clínica de recuperação, encaminhamentos para ter documentos, Auxílio Moradia. Essa cidadania tem um grande valor em nossa cidade”.

ES 3 “Excelente, pois só depende da pessoa aceitar ajuda. Através do caps III o cidadão passa por atendimento e pega medicamentos por atendimento psiquiátrico que irão ajudá-lo a controlar sua abstinência. No Centro Pop conduz o cidadão em situação de rua para um abrigo ou passagem para retornar a sua família. Fora os demais atendimentos em creas, cras que também ajuda as pessoas mais humildes. Então o sistema é excelente, porém depende das pessoas aceitarem ajuda”.

ES 6 “A pessoa em situação de rua, por vezes, rotulada como preguiçosos, criminosos, ou desocupados, essas pessoas são frequentemente alvos de discriminação e hostilidade, tornando ainda mais difícil para eles escapar do ciclo da exclusão social. Pessoas em situação de rua, são pessoas em situação de vulnerabilidade e acabam se tornando “invisíveis” aos olhos da sociedade, está vulnerável significa que essa pessoa se encontra em uma situação frágil e incapaz de se manter ou se defender. Eu entendo que o direito à cidadania é papel do Estado em garantir o acesso das pessoas em situação de rua a toda condição básica com o objetivo de garantir dignidade de forma humanizada. Seria necessária uma atenção por parte de todas as regiões na busca de soluções para essa demanda’, a fim de amenizar a complexidade desse público. Acredito que essa mudança de estratégia pode ter a colaboração de toda a sociedade”.

ES 8 “Muito boa. Todos têm a oportunidade de acessar os abrigos e poderem se reerguer para retornar a cidadania”.

ES 9 “Na minha opinião a cidade fornece toda a estrutura necessária para garantir os direitos de quem se encontra em situação de rua. Porém falta divulgar mais para os municípios e empresas que todos tem seus direitos mesmo estando em situação de rua”.

O espaço urbano, no qual está inserida a população em situação de rua, permite às equipes de abordagem percorrer os territórios das regiões do município de São José dos Campos, procurando formas de garantir o processo de saída das ruas da pop rua. Com base nas políticas públicas, conforme as legislações vigentes citadas pela autora, os trabalhos realizados visam a garantir o processo de saída das ruas, “Redução de danos” referente à dependência química, fortalecimento de vínculo familiar, ressocialização com a comunidade, autonomia, cidadania e justiça social.

O protagonismo dos/as educadores/as sociais nas abordagens diárias para a população em situação de rua consiste em estabelecer várias formas de atendimento, que reflete na formação de vínculos que vão se fortalecendo de maneira gradativa. É importante ressaltar que

é grande a necessidade de qualificação profissional diante da demanda apresentada pelas diversas situações da Pop de Rua, ou seja, é necessário também que o(a) Educador(a) esteja em constante aperfeiçoamento e que contribua para realizar seu trabalho com eficácia e eficiência, assim, conseqüentemente desenvolvendo suas habilidades profissionais.

Melo (2018) apresenta algumas competências necessárias, sendo um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades intelectuais dos(as) Educadores(as) Sociais, conforme estabelece a Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo (2009), que apresenta um conjunto de métodos que consideram fundamentais na atuação deste profissional:

Intervir - o educador social deve intervir com habilidade diante das situações, sem hesitar, baseado na intuição e na comunicação não verbal e também utilizando seus conhecimentos teóricos

Avaliar - devem planejar, organizar e refletir as suas ações e intervenções futuras utilizando conhecimentos teóricos e práticos, revendo e refletindo sobre sua própria prática;

Refletir - O educador junto aos outros colegas e profissionais devem propor reflexões sobre seu contexto de trabalho, para melhor entendê-lo e possibilitar seu aperfeiçoamento; utilizar ferramentas dialógicas, lúdicas, com finalidade de criação e fortalecimento de vínculos de confiança com os usuários (Melo, 2018, p. 114).

Competências Centrais

Relacionais e pessoais - A competência de saber se relacionar com outras é fundamental nesta profissão, requer um compromisso pessoal, moral, e ético com o ser humano. O educador deve ser capaz de se relacionar com qualquer usuário e este não tem a obrigação de se relacionar com o educador. Deve promover a inclusão e não a exclusão, compreender as necessidades de cada pessoa, respeitar a privacidade e saber separar as relações profissionais das pessoas. Exige compreensão, compromisso e responsabilidade com o outro (Melo, 2018, p. 114-115).

Sociais e Comunicativas - a competência de se relacionar com grupos, pois. Este é um trabalho que depende da colaboração entre as pessoas. Deve buscar a colaboração construtiva em situações de tensão e conflito, assim, deve ter a capacidade de gerenciar conflitos de dialogar com diferentes opiniões, ter a habilidade de trabalhar com diferentes profissionais e profissões e comunicar o seu saber e experiência. [...] (2018, p. 115, *AEESP*)

Organizativas - a competência organizativa de organizar suas ações com um objetivo: educar, desenvolver, proporcionar cultura; valorizar e incentivar o

projeto dos usuários. Deve planejar e realizar suas atividades, documentando e avaliando sua prática educativa.

Sistema - a competência de planejar o seu trabalho de acordo com a legislação e normas; conhecer a organização e administração pública e privada na qual o seu trabalho se insere; atuar considerando o trabalho da educação social como um bem público e o seu impacto na comunidade.

Aprendizagem e desenvolvimento - a competência de buscar e adquirir novos conhecimentos e habilidades e saber colocá-los em prática. Deve registrar seu trabalho e ser capaz de utilizar essas informações para reflexão de sua prática educativa, desenvolvendo um aprendizado baseado na experiência.

Culturais - a competência de conhecer e considerar diferentes opiniões e crenças e como estas diferenças quando reconhecidas podem influenciar no relacionamento com os usuários (Melo, 2018, p. 115, apud *AEESP*).

Diante de tais considerações, o presente trabalho apresenta uma análise sobre o trabalho do(a) Educador(a) Social e a relação com a população em situação de rua, em extrema vulnerabilidade e exclusão social. O foco da análise está no processo de ocupação do espaço pela Pop de Rua, no controle do território e no cotidiano do(a) Educador(a) Social: temos como proposta avaliar sua atuação, objetivos, perspectivas, conflitos, desafios e transformação social apresentada pelo Pop de rua.

O mapeamento social será utilizado para identificar o deslocamento dos educadores nos territórios para realizar atendimento à população em situação de rua. O Serviço Especializado em Abordagem Social ressalta a importância da atividade *in loco*, visando a garantir a efetividade do trabalho realizado para identificar o público-alvo e sua vivência (Brasil, 2013, p. 14).

Dessa forma, conhecer os territórios de atuação e a relação que as pessoas mantêm com esses espaços é condição para se aproximar dos sujeitos que lá estão e iniciar o trabalho social inerente ao serviço. Identificar e mapear a localização, a permanência, os fluxos e os pontos de referência significativos para as dinâmicas dos locais de atuação representa uma ação estruturante desse serviço.

5.1 Os agentes do controle social: trajetória dos educadores

Para apresentar o trabalho do/a Educador/a Social com a população em situação de rua do município de São José dos Campos/SP, os desafios angústias e superação com a referida demanda, utilizamos uma pesquisa quanti-qualitativa e cartografia social. Com base nas

referidas pesquisas, é possível obter dados que apresentem o profissional e sua vivência com a população em situação de rua, assim como o contexto e realidade no qual ambos estão inseridos.

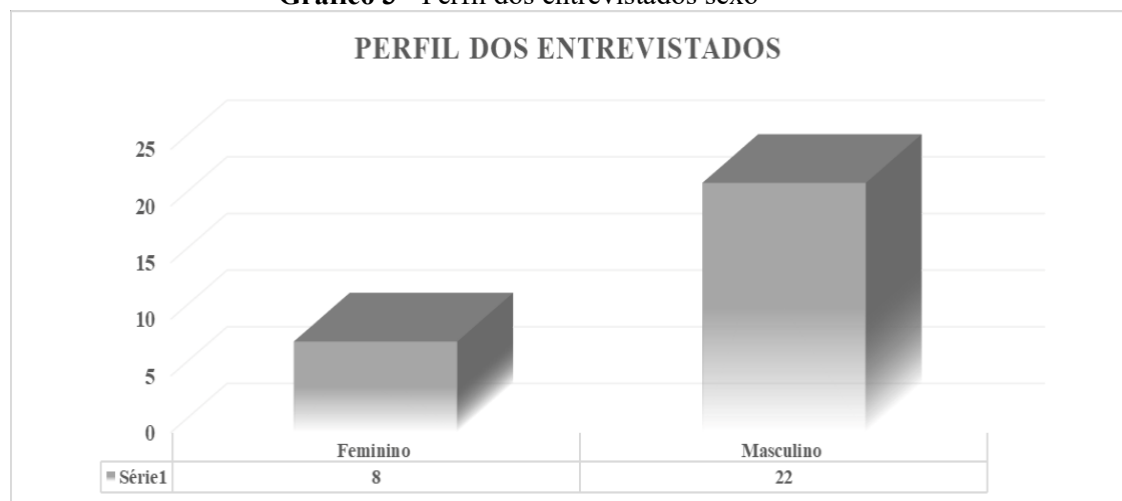
Conforme Mascarello, Santos e Barbosa (2018, p. 126), “[...] a cartografia social se apresenta como um instrumento de luta que busca fortalecer os processos de resistências nos territórios”. Consideramos que, para o(a) Educador(a) Social, o fato de relatar suas experiências permite uma reflexão sobre seu trabalho e aprender os vários significados referentes à sua profissão e à transformação dos indivíduos. Consideramos também que o roteiro de entrevistas com questões referentes ao exercício da profissão permite dar “voz” às questões respondidas pelos educadores, respostas estas que também colaboram para uma análise de seu trabalho, sendo também possibilidade de propostas para as questões apresentadas no roteiro de entrevista.

Souza (2021) acrescenta que

Esta transformação acontece, quando o sujeito toma consciência de si mesmo, encarando sua trajetória de vida, os investimentos, os objetivos, as experiências formadoras, os grupos de convívio, os valores, os comportamentos, as atitudes, as formas de sentir e viver, os encontros e desencontros. Por meio dessa conscientização ele vai criando e entendendo os sentidos e significados da sua vida (Souza, 2021, p. 32).

As características sociais dos Educadores são as seguintes:

Gráfico 3 - Perfil dos entrevistados sexo



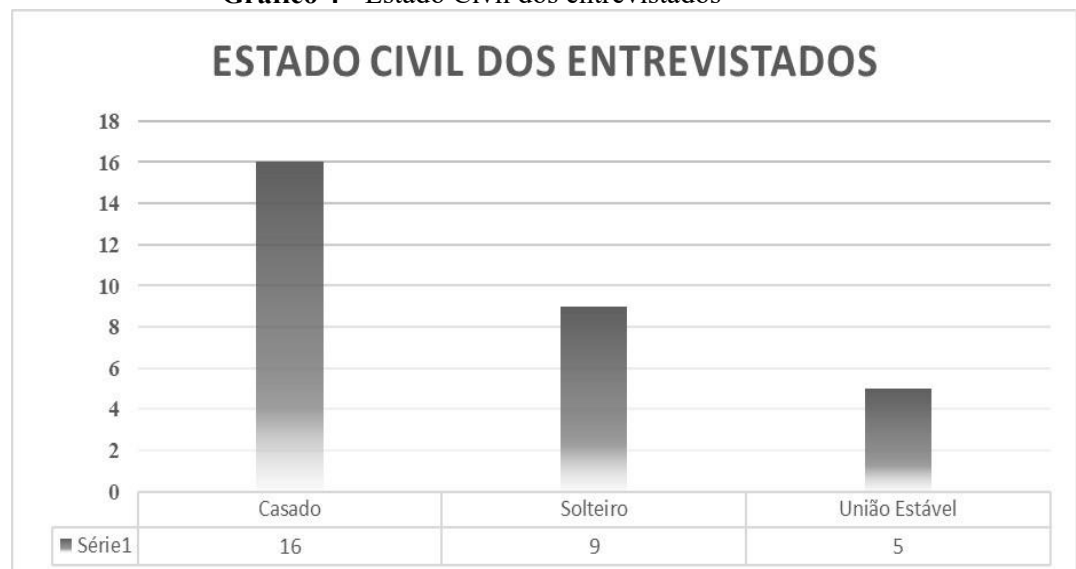
Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Em São José dos Campos, a pesquisa indicou o seguinte cenário: a maior parte dos educadores sociais é do sexo masculino, devido à maior procura por profissionais masculinos e ao fato de que a maioria da população em situação de rua é composta por homens. Observou-se também que, embora as profissionais do sexo feminino sejam a minoria, elas possuem mais

tempo de serviço e experiência, o que contribui significativamente para a qualidade do atendimento e para o alinhamento com as equipes da Abordagem Social.

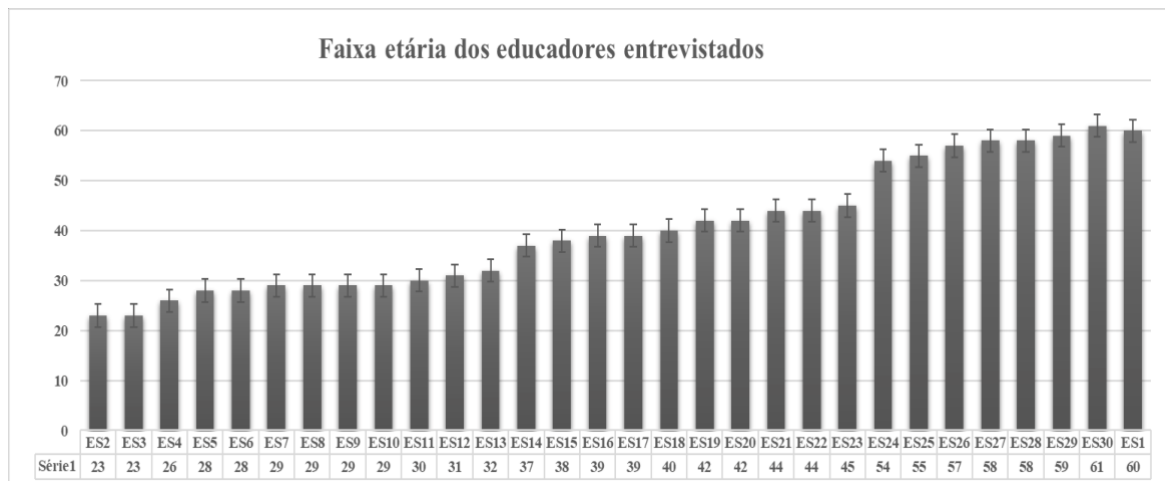
Observa-se que no quesito gênero, a equipe é composta em sua maioria por homens, devido à baixa procura do sexo feminino pelo trabalho com a população em situação de rua. O Estado Civil sendo 53,3% casado, a profissão sendo a maioria Educador Social; dizem conhecer a Política Nacional para a pessoa em situação de rua, Decreto Lei Federal nº 7.053 de 2009 (Brasil, 2009a). Nenhum possuía experiência precedente com o trabalho com a Pop rua e também não se sentiam preparados para atuação na área. Tempo de experiência no trabalho: 66,7% têm de 04 a 10 anos de tempo de trabalho como Educador Social.

Gráfico 4 - Estado Civil dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

Gráfico 5 - Faixa Etária dos educadores entrevistados

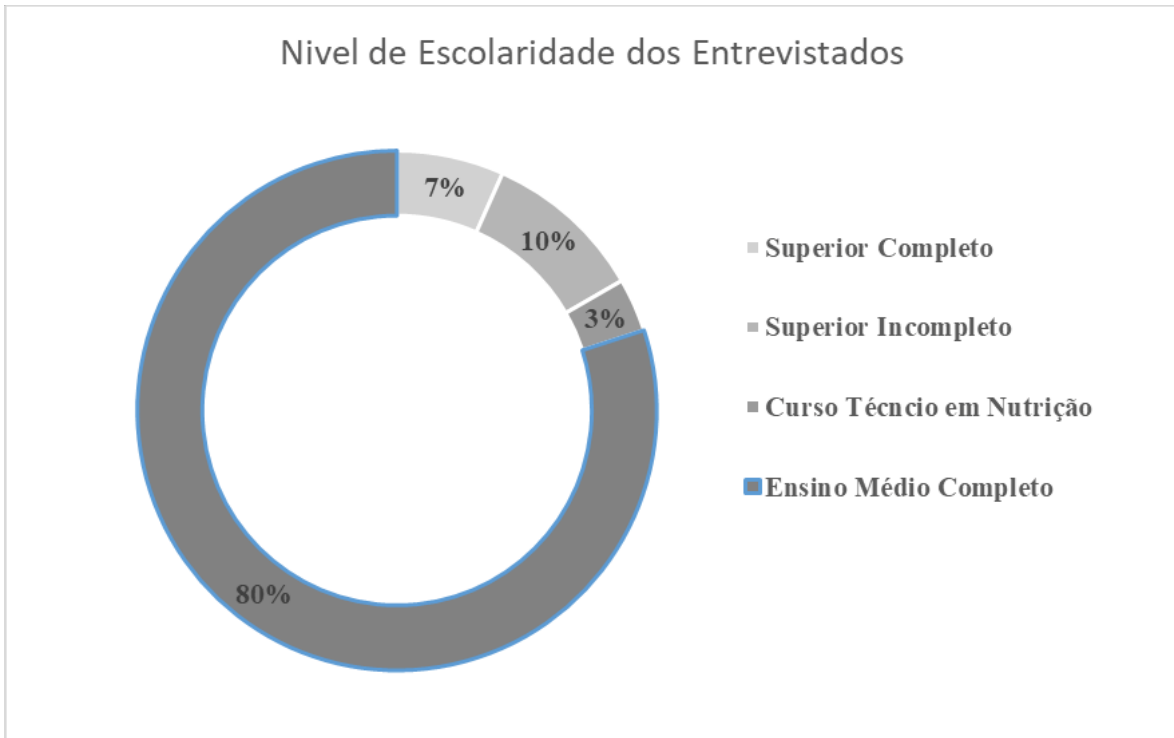


Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

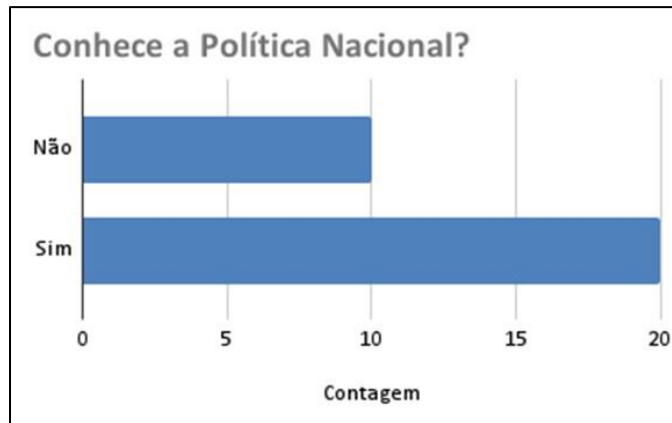
Identificamos também que 53% da equipe de educadores sociais é casada. A partir dessa informação, avaliamos a questão do trabalho como meio de sobrevivência, para atender às necessidades básicas, considerando o impacto do capitalismo nesse contexto.

Josiane Santos (2012, p. 136-137) pontua sobre as particularidades da “questão social” no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, que deixaram suas marcas no mercado de trabalho brasileiro por meio da “reforma trabalhista sendo”. O grau de flexibilidade estrutural e da precariedade das ocupações resultaram numa alta rotatividade dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho.

Observa-se que o(a) Educador(a) Social, que trabalha com a população em situação de rua, atua com situações de extrema vulnerabilidade, pois tem em suas mãos diariamente o conhecimento do território utilizado pela pop rua, vivenciando inúmeros conflitos; é uma atuação profissional que exige muitas habilidades e que não é “qualquer” qualificação técnica que supre tal demanda. Em contrapartida, conforme anúncio de vagas em 2024, exigindo experiência, apenas a disponibilidade de trabalhar em uma escala 12x36, com salário em média de R\$2.000,00. (2024).

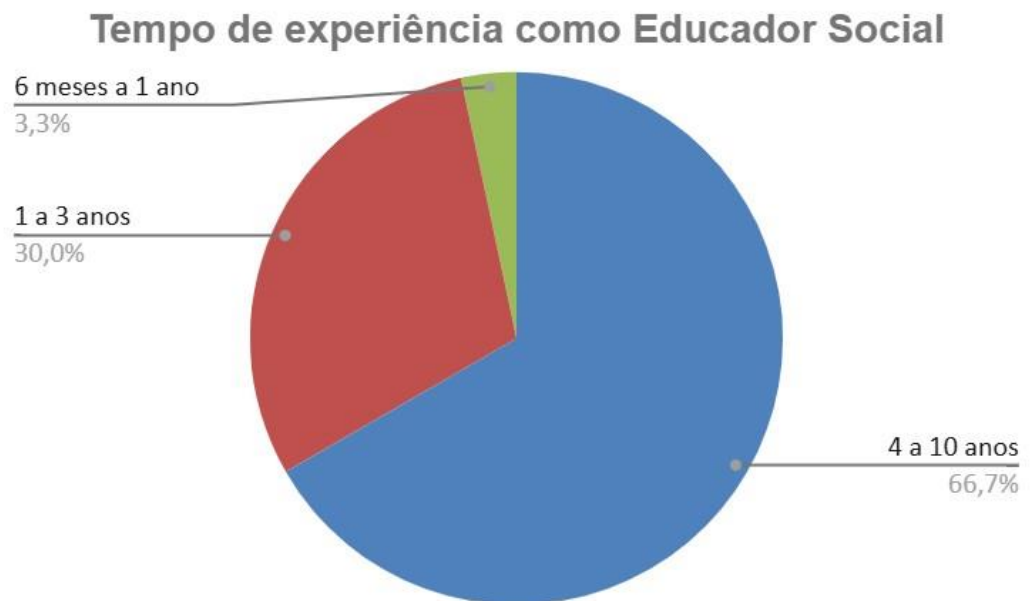
Gráfico 6 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados/as.

Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

Gráfico 7 - Sobre se conhece a Política Nacional

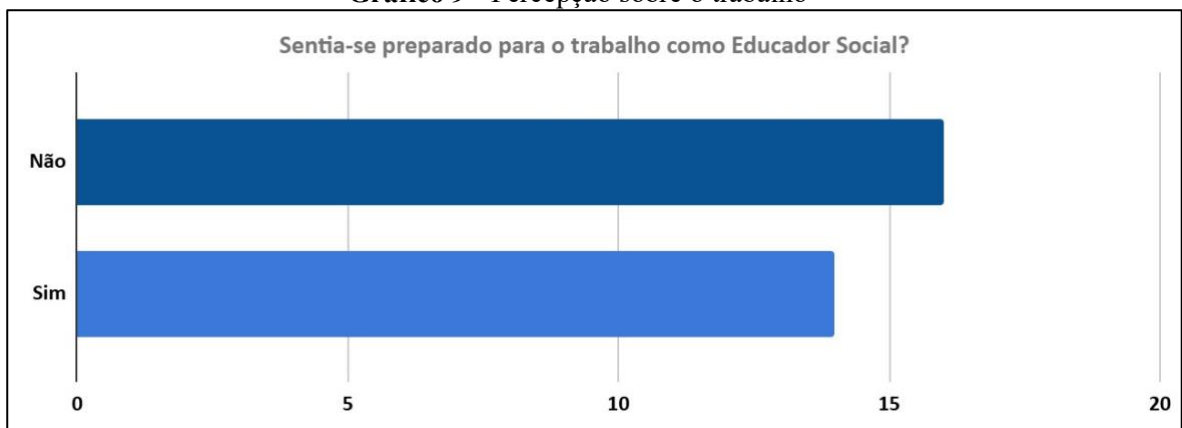
Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009a) é a legislação que norteia todo o trabalho realizado com esse segmento, juntamente com as demais legislações vigentes. Conforme demonstra o gráfico acima, os educadores sociais demonstram conhecimento sobre a Lei Decreto 7.053/2009, o que contribui para a compreensão do serviço prestado como uma política pública e auxilia nas orientações voltadas para essa demanda (pop rua) e para as demais pessoas interessadas em conhecer o trabalho realizado pela equipe da Abordagem Social.

Gráfico 8 - Tempo de Experiência

Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

Dos entrevistados, 15% afirmaram não ter experiência no trabalho com a população em situação de rua. Assim, nas semanas iniciais de trabalho, esses profissionais ficam acompanhados por um educador com mais tempo de serviço e experiência. Destacamos também que a falta de experiência reflete na rotatividade dos educadores, que, por não se adaptarem ao serviço, acabam solicitando demissão. Além disso, a Coordenação realiza reuniões mensais para orientar e alinhar o serviço prestado à pop rua. A capacitação trimestral é realizada por um profissional da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC).

Gráfico 9 - Percepção sobre o trabalho

Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

O trabalho com a população, devido à sua complexidade, envolvendo risco, vulnerabilidade, dependência química, violência, abandono e outras demandas, muitas vezes não se encontra os profissionais plenamente preparados para lidar com essa realidade. No entanto, conforme as narrativas das entrevistas realizadas, que serão apresentadas no próximo item deste estudo, os educadores, à medida que desenvolvem o trabalho, ganham experiência por meio do contato direto com os usuários, além de aprenderem com orientações e diálogos com os demais educadores e a equipe técnica.

Esse processo fortalece o aprendizado sobre o trabalho realizado e, principalmente, oferece a oportunidade de conhecer de maneira mais ampla quem são as pessoas atendidas e suas necessidades, possibilitando o direcionamento para os serviços adequados e contribuindo para a garantia de seus direitos sociais. Cunha (2011) ressalta que a atuação do Educador Social está vinculada aos objetivos e atividades que lhe são destinadas, sendo em organizações e ou instituições que integram equipes de trabalho.

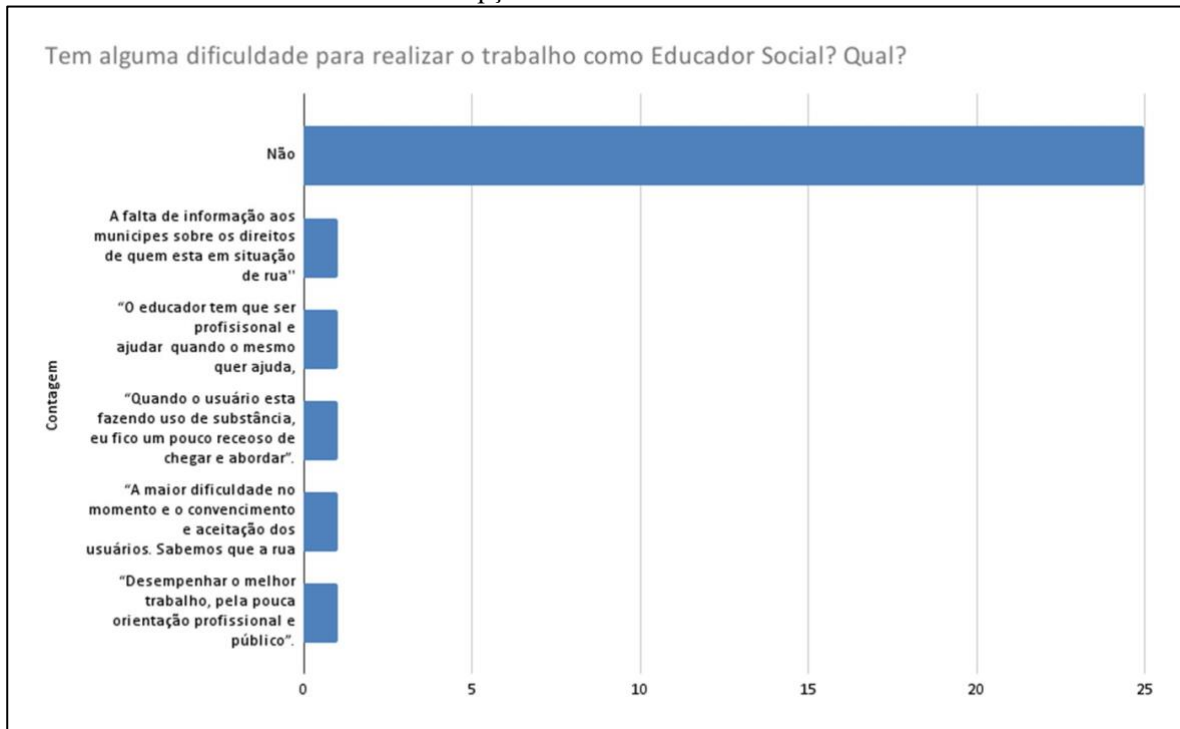
Buscando definir as funções e competências do educador social, Romans (2003) nos afirma que o educador social é o profissional da educação social que deve traduzir em objetivos educativos a incumbência que a organização lhes confere; que seus usuários podem ser pessoas, grupos e instituições; que têm definido um marco de atuação; que pode estar integrado em equipes de trabalho; que dispõe de recursos institucionais públicos ou privados e que requer uma formação contínua para otimizar o seu desenvolvimento pessoal e melhorar no exercício de sua profissão (Cunha, 2011, p. 6).

Gráfico 10 - Experiência com a população em situação de rua



Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

Gráfico 11 - Percepção do trabalho e suas dificuldades



Fonte: Pesquisa de campo - Autora.

Conforme citado no quadro 8, o fato de não ter experiência em trabalhos anteriores pode refletir também de início na realização do trabalho com a população de rua. Ressaltamos ainda que dentre os participantes da pesquisa consta àqueles que antes trabalhavam em abrigos de São José dos campos/SP, tendo sua segunda experiência "*in loco*" com a população em situação de rua, considerando que ambos os campos de atuação têm suas particularidades.

Das 05 respostas abertas, destacamos a questão referente ao receio em realizar a abordagem quando estão sob uso ou efeito de substância química; também o intuito de realizar o trabalho que possa corresponder a sua atuação profissional com a população em situação de rua. A entrevista do *ES 14* é bastante significativa, pois demonstra esse receio "*Quando o usuário está fazendo uso de substância, eu fico um pouco receoso de chegar e abordar*". Outro educador social expõe que "*O educador tem que ser profissional e ajudar quando o mesmo quer ajuda, tentar toda vez que for preciso*" (E. S. 11).

Observa-se que os entrevistados têm conhecimento sobre a política de atendimento no município para a pop rua. Considera-se que o trabalho realizado em equipe contribui muito com a formação profissional do Educador e Educadora Social. Ao realizarmos a transcrição das entrevistas, observamos que referente ao controle do território no qual é realizada a abordagem, eles apresentam conhecimento, mesmo em meio aos desafios, aprendizado e demais vivências

do cotidiano. E, assim, desenvolvem suas habilidades, competências, que permitem realizar as atividades profissionais que evidenciam seu potencial, conforme analisam Romans, Petrus, Trilla (2003): “Emprega-se o termo mais frequentemente em relação ao potencial inato da pessoa, usando-se o termo habilidade ou destreza quando a possibilidade de executar uma ação deriva de uma aprendizagem ou treinamento prévio”.

Avaliamos ainda que, conforme o tempo de trabalho e experiência como Educador(a) Social denota um conhecimento maior sobre o processo de circulação no território; sabem o nome, perfil, necessidades da pessoa atendida, assim como de que maneira realizar a abordagem para se fortalecer o vínculo com ela. Ao mesmo tempo consideramos que os(as) Educadores(as) com menos tempo de trabalho buscam aprimorar seu trabalho por meio da vivência busca fortalecer o vínculo com a população em situação de rua em seu cotidiano.

Nas questões abertas apresentadas, avaliamos que ainda se tem o “cunho” do assistencialismo e “benesse” quando referem o termo “ajuda” em algumas questões. As reuniões mensais com os Educadores realizadas juntamente com a Coordenação, assistentes sociais tem como objetivo aprimorar os atendimentos com orientações referente ao serviço e dúvidas apresentadas pelas equipes conforme situações vivenciadas no cotidiano do trabalho. Neste contexto, ainda não há um treinamento e ou capacitação específica para tratar de temas referente à legislação para a população em situação de rua e da rede socioassistencial, à qual diariamente as equipes têm acesso quando conduzem os referidos para atendimentos.

Sendo assim, avaliamos que para contribuir com a eficácia do trabalho do Educador Social é necessário que se tenha uma formação continuada e capacitação visando discorrer de temas pertinentes a execução do trabalho realizado. Romans, Petrus, Trilla (2003) apresentam tópicos sobre as Competências do Educador Social que contribuem com a formação no exercício de sua profissão sendo:

- Conhecimento geral e/ou específico das disciplinas básicas que se considerem necessárias para o desempenho de seu trabalho e que servirão de plataforma a uma formação contínua, que permitirá ir adequando os conhecimentos às novas necessidades que irão surgir devido às mudanças sociais (Romans, Petrus, Trilla, 2003, p. 125);
- Conhecimento do meio. Precisar conhecer o tipo de população, níveis culturais, socioeconômicos, profissionais e as necessidades sociais que deles se derivam; a dinâmica associativa, os recursos dos quais pode dispor e da rede social suscetível de colaborar na criação e na prestação de novos serviços. (Romans, Petrus, Trilla, 2003, p.125);

- Conhecimento de metodologias e de um “saber fazer” para intervir com as que sejam mais apropriadas para o setor da população a que se dirigem e para as problemáticas de cada caso, adotando aquelas estratégias e dinâmicas que lhe acercam das coletividades que necessitam de intervenções diferentes (Romans, Petrus, Trilla, 2003, p.126);
- Conhecimento de suas funções para intervir com conhecimento de causa nas tarefas que lhe são próprias, trabalhando em equipe com profissionais de outras áreas e colaborando na elaboração de respostas adequadas e integrais para pessoas ou coletividades que delas necessitam (Romans, Petrus, Trilla, 2003, p.126);
- Conhecimento de suas capacidades e limitações no desempenho de seu trabalho e dos mecanismos metodológicos a que recorrem para fazer frente a situações pessoais, tanto individuais como coletivas, que permitam também uma vontade de superação que otimize o “saber fazer” em sua prática diária (Romans, Petrus, Trilla, 2003, p. 126).

Sendo assim, avaliamos a importância de formação continuada a nível técnico, que irá contribuir de maneira significativa na intervenção do seu trabalho com a população em situação de rua. Destacamos também que neste processo está inserida as condições de trabalho, políticas públicas para garantia e permanência no trabalho, com salário e condições adequadas para este profissional.

Conforme dito anteriormente, há pouca produção bibliográfica (dissertação, tese, artigos) sobre o presente estudo apresentado, o que para esta autora dificultou identificar dados referente ao trabalho do Educador Social com a população em situação de rua para que possamos obter mais informações sobre sua atuação com esta demanda.

5.2 O que dizem os Educadores Sociais: Uma análise dos resultados das entrevistas de campo

Para análise das entrevistas, realizaremos uma discussão a partir de 04 eixos temáticos identificados na leitura flutuante (Bardin, 1979), sendo:

1. Visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para a População em situação de rua;
2. Visão dos educadores sobre assistencialismo “ajuda”;
3. Visão dos Educadores sobre a violência sofrida no atendimento à População em situação de rua;
4. Visão dos Educadores sobre atendimento humanizado e empatia:

Figura 7- Nuvem de palavra elaborada a partir das entrevistas e discussões da dissertação



Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Observa-se que, quando se trata da temática da população em situação de rua, as palavras vulnerabilidade, violência e atendimento público se sobressaem nos debates, o que veremos a seguir nas falas dos educadores quando estão inseridos no território.

5.2.1 - Visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua

Destacamos neste Quadro 11, que apresenta a fala dos educadores quanto à ideia dos direitos fundamentais da população em situação de rua.

Quadro 11 - Descrição das entrevistas visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua

(continuação...)

Direitos fundamentais	Falas dos educadores
ES 14	<i>No começo foi identificar a pessoa em situação de rua, saber para onde conduzir, saúde, centro pop, abrigo, chegar na abordagem e como iniciar a conversa”.</i>
ES 15	<i>Os maiores desafios que tive, foram no começo para entender a dinâmica do trabalho dentro do centro pop, quais eram os direitos que o morador de rua tem.</i>

Quadro 11 - Descrição das entrevistas visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua

(continuação...)

ES 16	<i>“Resgatar o propósito para não desanimar . O serviço prestado não é compreendido pela comunidade. A resistência dos pop em aderir o serviço. As faltas de vagas e algumas restrições impostas ao pop como bloqueio no abrigo e dificultar o acesso de migrantes”.</i>
ES 3	<i>“Que diminua cada vez mais o número de pessoas em situação de rua e que estas consigam retornar para sua família e ter uma vida digna”.</i>
ES 5	<i>“A minha expectativa é de que o pop tem condição de mudar sua história, basta que aceite o suporte oferecido”.</i>
ES 7	<i>“Fornecer informações úteis, espero ser uma ferramenta eficaz levando o conhecimento de direitos aos pops de rua e promover a dignidade a inclusão e bem estar das pessoas em situação de rua, seja através de suporte técnico ou emocional”.</i> ”
ES 8	<i>A minha expectativa é fazer o máximo para que a população de rua seja reconhecida e respeitada como um igual”.</i> ”.
ES 6	<i>“A demanda da pessoa em situação de rua para mim enquanto educador social é buscar juntamente com os demais profissionais da área como dever garantir prioridade na análise dos processos das pessoas em situação de rua, bem como facilitar o acesso dessa população na garantia de seus direitos, à convivência familiar, buscar maneiras de reintegrá-los à comunidade e reinserção no mercado de trabalho”.</i>
ES 10	<i>Combater as injustiças e garantir que a população tenha acesso aos seus direitos.</i>

Quadro 11 - Descrição das entrevistas visão dos Educadores sobre os direitos fundamentais para Pop de rua

(conclusão)

ES17	<i>A maior expectativa quanto a essa pessoa demanda a melhoria de vida de cada pessoa que se encontra em vulnerabilidade e a principal a redução de danos quanto ao uso</i>
ES19	<i>Conseguir atender o maior número de pessoas possível com a realização dos seus direitos , e mostrando a eles que com o que nos deixa felizes conseguimos o respeito deles por nós e pelo nosso trabalho e respeitamos também os direitos deles”.</i>
ES 12	<i>“Espero que o trabalho surta efeito assim como vem acontecendo, que o trabalho com os pops na internação continue trazendo bons resultados e assim diminuindo a quantidade de pessoas em vulnerabilidade e possam viver com no mínimo dignidade”.</i>
ES 21	<i>Minha maior expectativa nesse trabalho, seria, quando eu chegasse no local onde se encontra a pop de rua, ele não visse somente “Apoio Social, porém que o mesmo enxergasse que a oportunidade, esperança e o momento da mudança chegou para o referido”.</i>
ES24	<i>Garantir direitos e dignificar o pop de rua</i>
ES 30	<i>Levar ao convívio familiar, sair das drogas, voltar a estudar, ter dignidade.</i>

Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Observa-se que a questão dos direitos fundamentais é uma preocupação na avaliação dos educadores(as) sociais, que consideram que essa população deveria receber um atendimento mais abrangente, especialmente no que se refere às políticas públicas. Embora muitos desses profissionais não possuam conhecimento técnico aprofundado sobre os direitos fundamentais e as legislações vigentes para o atendimento à população em situação de rua, os relatos ainda destacam a importância de priorizar os atendimentos, orientações e direcionamentos nos

serviços prestados, de acordo com as demandas e necessidades apresentadas pelas pessoas atendidas.

5.2.2 - Visão dos educadores sobre assistencialismo “ajuda”

Quadro 12 - Descrição das entrevistas sobre a visão assistencialista.

(continuação...)

ES1	<i>“Pessoas em situação de rua, recusam ajuda”</i>
ES3	<i>“Conseguir convencer a pessoa que está morando na rua a aceitar ajuda”</i>
ES8	<i>“O maior desafio é lidar com as pessoas que muitas das vezes estão desanimadas de viver. Por conta disso muitas vezes se recusam a aceitar ajuda”.</i>
ES9	<i>“Sabe diferenciar quem realmente está precisando de ajuda e entender que nem tudo conseguimos resolver”</i>
ES11	<i>“Bom, o meu maior desafio na profissão é ajudar as pessoas em situação de rua porque não tinha experiência como lidar com aquela situação, mas com o tempo foi adaptando”</i>
ES21	<i>“Um dos maiores desafios quando iniciei nesta profissão, foi aceitar que, as pessoas que estão em situação de rua, tem várias oportunidades de sair da condição em que se encontram, porém, não aceitam ajuda que lhe é de direito e disponibilizado no momento”.</i>
ES28	<i>“ Realizar meu trabalho pra ajudar o próximo, mesmo quando ele não aceita”</i>
ES1	<i>“Estar todos os dias, ajudando, levando o trabalho o que tem de benefício, para aqueles que querem ajudar, tratamento para uma mudança de vida.</i>

Quadro 12 - Descrição das entrevistas sobre a visão assistencialista.

(conclusão)

ES 9	<i>“Levar um pouco de dignidade e ajuda a ter acesso aos seus direitos”.</i>
ES 14	<i>“É realmente ajudar de alguma forma, com internação, retorno para a família, ver eles saindo dessa situação temporária, ver eles bem”</i>
ES1	<i>“Pessoas em situação de rua, recusam ajuda”</i>
ES 22	<i>“Ajudar o maior número de pessoas possível nessa situação, é lógico aprender cada dia mais com o morador de rua, eles têm muitas vivências de vida”.</i>
ES 27	<i>“Eu acredito que cada pessoa possa melhorar com a nossa ajuda e o trabalho que realizamos com elas”.</i>

Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Devido a contextos históricos de pobreza, miséria, exclusão social e desigualdades econômicas que marcaram os países ao longo dos séculos, as ações de "benesse" e assistencialismo foram realizadas para atender pessoas em condições de vulnerabilidade e risco social. Dentre os autores que discutem o trabalho social, destacamos Simões Neto (2005), que aborda a "ajuda social", entendida como uma “[...] forma verticalizada de utilização do poder profissional, para a correção das injustiças sociais” (Simões Neto, 2005, p. 102).

Cunha (2011) também contribui com essa reflexão, ao apresentar as práticas assistenciais no Brasil, associadas à atuação da Igreja Católica. Segundo Cunha (2011, p. 3), “inicia-se aí os primórdios dos trabalhos sociais, atrelados à Igreja e preocupados com o controle social e a salvação das almas caridosas, disseminando a imagem do trabalho vocacionado, com o objetivo de ajudar aos pobres”.

Essa “cultura” da ajuda ainda se mantém no imaginário de muitos profissionais, incluindo os educadores sociais. Esses profissionais, conforme analisamos, entendem seu trabalho como um atendimento com caráter profissional, realizado no cotidiano e na vivência

com a população em situação de rua. Contudo, ao longo de sua trajetória profissional, o que inicialmente era visto como "ajuda" nos atendimentos vai se transformando em um componente essencial para garantir as políticas públicas voltadas a essa população em situação de vulnerabilidade e risco social.

5.3 Análise de cartografia social - Circulação e Controle do território

5.3.1. Visão dos Educadores sobre a violência sofrida no atendimento ao Pop de Rua

Quadro 13 - Visão dos Educadores sobre a violência sofrida no atendimento à Pop rua

ES 12	<i>“As abordagens com pessoas agressivas por conta do uso de entorpecentes”</i>
ES 19	<i>“O maior desafio foi com a população em situação de rua que a maioria das vezes ficavam agressivos, por não me conhecerem, mais com o passar dos dias, aceitaram e até pediram desculpas”.</i>
ES 22	<i>“Meus maiores desafios foi enfrentar os medos, os moradores de rua nem todos são boas pessoas então meu maior desafio foi o medo de não conseguir me adaptar”.</i>
ES 23	<i>“Aceitar não retrucar à altura as ofensas e agressões”.</i>
ES 26	<i>“No início de minhas atividades, desconhecia o trabalho que estava desenvolvendo, mas fui me adaptando, com a comunicação com a base usada no rádio. E o desafio foi lidar com os pop de rua, que na época, era um serviço novo. Desta forma, eram mais violentos, mas percebe-se que hoje há uma aceitação de nosso trabalho como educador”.</i>
ES 30	<i>“Medo da reação do morador de rua”.</i>
ES 15	<i>”Cada história que ouço nas ruas, me faz refletir sobre a vida, consigo lidar com as pessoas que às vezes ficam agressivas, e tento contornar a situação, mostrando que estamos aqui para ajudar e não julgar”.</i>

Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Nesta análise, fica explícito o receio e a preocupação que o educador social enfrenta ao realizar atendimentos, dada a complexidade que a população em situação de rua apresenta em seu cotidiano. As péssimas condições de vida nas ruas, a dependência química, a dificuldade de compreensão sobre o trabalho da equipe de Abordagem Social e a resistência ao aceite para ser encaminhado aos serviços da rede socioassistencial tornam o processo de atendimento desafiador. Durante as abordagens realizadas "in loco" nas ruas, o educador social manifesta receio, especialmente quando os atendidos estão sob o efeito de substâncias químicas, o que dificulta o atendimento adequado.

Nessas situações, muitas vezes é necessário retornar em outro momento para garantir que o diálogo ocorra em condições mais favoráveis. Lira (2003) ressalta que, inicialmente, o educador social precisará se ajustar a esse processo, pois

Ele é o estranho, o invasor, o de fora, aquele que vai alterar um determinado ritmo das coisas e trazer à tona, num aberto quadro de enfrentamento, questões que outros preferiram não ver, quanto mais enfrentar. O Educador Social contribuirá para deflagrar um processo que é ao mesmo tempo diferente, complexo e profundamente transformador (Lira, 2003, p. 209-210).

Sendo assim, é por meio dessas condições que, aos poucos, o que inicialmente se apresenta como receio ou até mesmo dificuldade em realizar as abordagens no cotidiano pode se transformar em um vínculo capaz de mudar as circunstâncias do atendimento de forma muito significativa.

5.3.2 Visão dos Educadores sobre atendimento humanizado e empatia

Quadro 14 - Visão dos educadores sobre atendimento humanizado

ES 2	<i>“ O meu maior desafio sempre foi ter a certeza que o pop de rua se sentisse humanizado com o meu atendimento ”</i>
ES 6	<i>“A população de rua em geral, possui ocupações temporárias, variadas e irregulares. Muitas vezes em condições de insalubridade e de risco. Essa realidade vivida por essas pessoas me fazia questionar a mim mesma diante da minha limitação enquanto educador social. Aprendi a respeitar e compreender o desejo do indivíduo em se manter nas ruas, porém essa dificuldade de compreender essa condição eu aprendi dia após dia.”</i>
ES 16	<i>“Levar esperança”.</i>
ES 26	<i>“Digo que a expectativa sob o olhar do Educador Social com o pop de rua, seja uma interação com o pop de rua, às vezes. Obteremos sucesso no objetivo de conscientizá-los sobre a oportunidade de uma vida melhor, e às vezes não. É tentar com um diálogo de novo”.</i>
ES 28	<i>“Compreender a situação de cada pessoa, e contribuir com sua melhora, sendo ela a saída da rua”.</i>

Fonte: Pesquisa de Campo - Autora.

Nos relatos dos educadores sociais, fica evidente que eles têm uma compreensão profunda sobre o trabalho com a população em situação de rua, demonstrando conhecimento sobre os serviços prestados a essa demanda. O fortalecimento do vínculo com os atendidos se dá por meio da empatia e da sensibilidade, reconhecendo o que cada pessoa representa para o profissional, que passa a conhecer sua história, vivências e necessidades.

Mais do que isso, os educadores sociais se dedicam ao atendimento com o objetivo de garantir a justiça social. Romans, Petrus e Trilla (2003) destacam que, ao desenvolverem suas habilidades e capacidades, esses profissionais não apenas atendem à população em situação de rua, mas também trazem à tona aspectos subjetivos, ampliando seu potencial por meio da interação com esse público.

Lembremos que o exercício profissional do educador social se baseia na orientação, na melhoria, no enriquecimento e nas contribuições para os processos educativos dos demais, quer dizer, fundamentalmente sua atividade profissional repousa nas suas interações com os usuários e usuárias dos serviços, aspectos que requerem não apenas o conhecimento de técnicas, recursos e métodos, como também, e principalmente, a capacidade de empatia, escuta e resposta em sua relação profissional (Roman; Petrus; Trilla, 2003, p. 128).

Sendo assim, o trabalho que é realizado para garantir a inserção em políticas públicas pertinentes à população em situação de rua, também está vinculado a tornar esta demanda “Visível” e protagonistas de sua própria história.

5.3.3 Relação com a Territorialidade e a população em situação de rua

Nesta subseção, encontra-se uma dimensão bastante importante para essa dissertação, a que diz respeito ao território. A pergunta orientadora foi: Quais as regiões de atendimento da população em situação de rua? Seguem as respostas, que foram divididas em territórios institucionais e territórios de conflito político-econômico.

Quadro 15 – Territórios Institucionais.

(continuação...)

<i>ES1</i>	<i>“Todas as regiões”</i>
<i>ES 3</i>	<i>“Todas as regiões tem pessoas em situação de rua e nós atendemos a cidade</i>
<i>ES 17</i>	<i>“A maior concentração de usuários em situação de rua ou vulnerabilidade são: Centro, Região Sul. Norte, Região leste”.</i>
<i>ES 21</i>	<i>“Nossa principal região de atendimento, seria no centro de São José dos</i>
<i>ES 24</i>	<i>“Todas as regiões do município tem bons atendimentos a Pop de rua, além dos</i>

Quadro 15 – Territórios Institucionais.

(conclusão)

ES 25	<i>“Todas as regiões têm atendimento para a população em situação de rua. Mas a principal é o centro Pop, onde fazemos os direcionamentos das pessoas para os acolhimentos e as demais necessidades”.</i>
ES 3	<i>Normal, pois eles estão distribuídos por toda a cidade em diversos pontos diferentes”.</i>
ES 14	<i>“ Todas as regiões têm acesso ao Cras, Creas, Upas, porém quem esta pelo centro tem mais acessibilidade desses serviços o Centro Pop também fica mais acessível”.</i>
ES 1	<i>“As estruturas são boas, as concentrações da população de rua, estão mais concentradas nas áreas central, onde tem mais circulação de pessoas”.</i>

Fonte: Pesquisa de Campo – Autora.

Quadro 16 – Territórios de conflitos Político e Econômico.

(continuação...)

ES 2	<i>“Região Centro/Oeste e Região Sul”</i>
ES 4	<i>“Centro/Sul”.</i>
ES 5	<i>“Região Central”</i>
ES 6	<i>“A região central é onde existe uma maior concentração dessa demanda, diante de 104 números pontos comercial e a maior concentração e transição de pessoas. Sendo uma região de maior facilidade para que essas pessoas em situação de rua se concentram a fim de praticar a mendicância”.</i>
ES 7	<i>“Zona Central”</i>
ES 8	<i>“Temos uma grande maioria concentrada na região central da cidade”</i>

Quadro 16 – Territórios de conflitos Político e Econômico.

(continuação...)

ES 9	<i>“Centro e Leste”</i>
ES 10	<i>“Zona Central”</i>
ES 11	<i>“Bem, não todas as regiões mas, o maior atendimento está na Praça Padre João, na Cesar Leite”.</i>
ES 12	<i>Norte</i>
ES 13	<i>“Leste, Norte, Centro e Sul”.</i>
ES 14	<i>“Atendemos todas as regiões, porém o centro tem mais demandas”.</i>
ES 15	<i>“Região Centro onde se concentra a maior parte dos Pops de rua, devido a facilidade de conseguir as coisas de forma rápida. Região Sul também tem Pops de rua em uma quantidade significativa”.</i>
ES 16	<i>“Centro, Sul, Norte”.</i>
ES 18	<i>“Zona Sul, Zona Central, Zona Leste, Oeste, Zona Norte, Zona Sudeste. O foco maior é a região Central”.</i>
ES 19	<i>“ todas as regiões, porém no centro atendemos o maior fluxo de pessoas em situação de rua”.</i>
ES 20	<i>“Região central e Sul de São José dos campos”</i>
ES 22	<i>“Praça Matriz”</i>
ES 23	<i>“Centro da cidade de São José dos Campos”</i>

Quadro 16 – Territórios de conflitos Político e Econômico.

(continuação...)

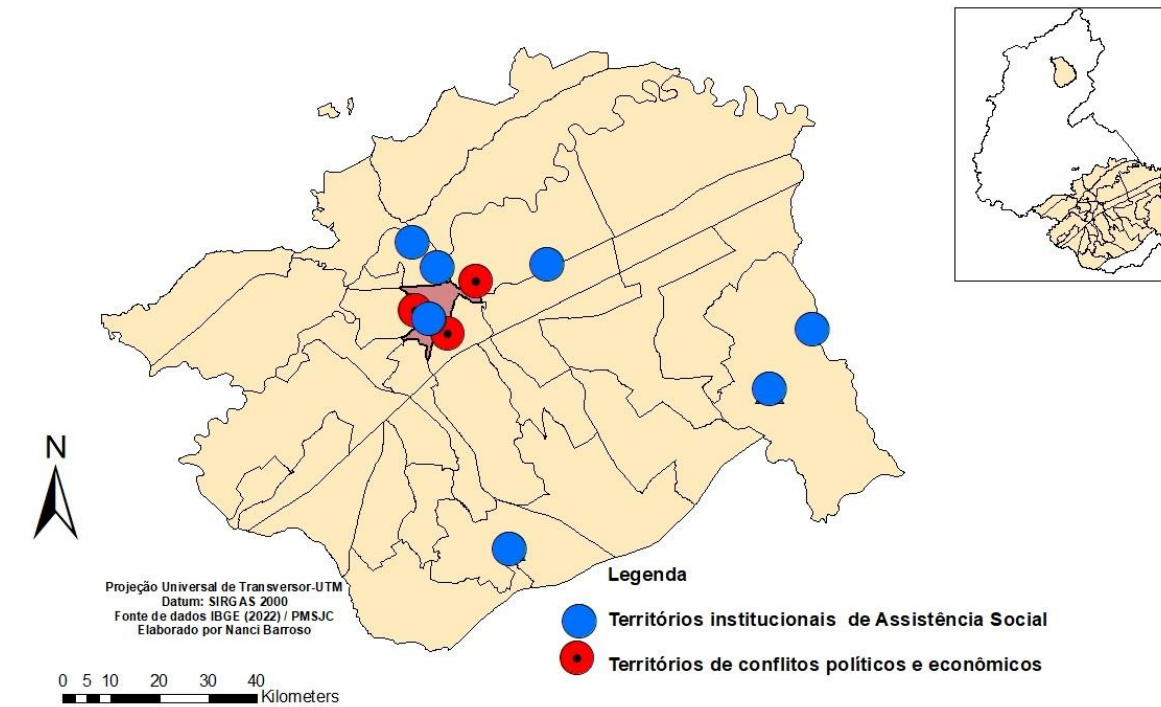
ES 26	<i>Percebo que a principal região desta cidade, que salta aos olhos do Educador Social, creio que é pela localização é o centro da cidade”.</i>
ES 27	<i>“Região central e leste”</i>
ES 28	<i>“Região Central”.</i>
ES 29	<i>“Leste, sul e centro”.</i>

ES 1	<i>“As estruturas são boas, as concentrações da população em situação de rua estão mais concentradas nas áreas central, onde tem mais circulação de pessoas”.</i>
ES 12	<i>“No centro da cidade e o lugar onde mais se encontram pois ali tem uma concentração muito grande de munícipes e assim fica mais fácil de pedir dinheiro”</i>
ES 13	<i>“São regiões bem estruturadas, mas há algum tempo tem aumentado o número de pessoas principalmente região central</i>
ES 16	<i>“ Eles ficam em pontos específicos nas regiões onde terão facilidade no acesso a drogas e alimentação, e com isso contribui para estadia deles na rua. A prefeitura dispõe de apenas um equipamento na região central para atendimento, e o melhor seria ter um em cada região assim como o Cras”.</i>
ES 26	<i>“A estrutura do centro é ótima, mas a população de rua se acomodou no local devido aos benefícios que conseguem obter com os munícipes. Essa população de rua é bem assistida pelos educadores”</i>

Fonte: Pesquisa de Campo – Autora.

Figura 8 – Cartografia do controle socioterritorial em São José dos Campos/SP

CARTOGRAFIA DO CONTROLE SOCIOTERRITORIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP



Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

De acordo com as narrativas das entrevistas realizadas com os(as) Educadores(as) Sociais apresentam os locais de maior circulação nos territórios para conduzir a população em situação de rua, sendo as unidades de acolhimento (Abrigos), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps III. Rua Pituba, 100 - Jd. Satélite. Consideramos que a referida análise faz parte da estrutura das regiões e condições para atender a população de rua e suas necessidades, que ressaltam a “invisibilidade” entre a população em situação de rua e a sociedade, melhorias no acesso à saúde, orientação a grupos de voluntários que realizam doações no qual dificulta a saída da rua pela população em situação de rua, conforme apresentamos na entrevista de:

***ES 3** “Excelente, pois só depende da pessoa aceitar ajuda. Através do Caps III o cidadão passa por atendimento e pega medicamentos, atendimento psiquiátrico que irão ajudá-lo a controlar sua abstinência. No Centro Pop conduz o cidadão em situação de rua para um abrigo ou passagem para retornar a sua família. Fora os demais atendimentos em creas, cras, que também ajuda as pessoas mais humildes. Então o sistema é excelente porém depende das pessoas aceitarem”.*

ES 18 *“Muitas vezes a população de rua não é vista”*

ES 19 *“Em relação à estrutura, pelo meu ver, precisam de melhorias no atendimento à saúde e demais portas de acesso. E também de meios para conscientizar a sociedade sobre as doações que eles fazem para os pop, pois isso atrapalha nosso trabalho”.*

Consideramos de suma importância as narrativas apresentadas, pois demonstram que o(a) Educador(a) Social possui conhecimento sobre o território no qual realiza seu trabalho assim como a necessidade de uma política pública mais efetiva que possa ampliar o atendimento não somente nas áreas citadas, assim como no que tange a uma maior divulgação em rede pela prefeitura municipal de São José dos Campos pelo trabalho realizado.

Ainda sobre a divulgação em rede, ressaltamos que, em 2023, o poder público iniciou a divulgação do trabalho realizado e estrutura de atendimento para a população em situação de rua por meio de Banners e flyers, sendo distribuídos pelas equipes da “Abordagem Social” em pontos de comércio, feira livre, instituições públicas, visando a orientar a população sobre não dar esmola, apresentando o Centro Pop, equipamentos de acolhimento. Devido ao período eleitoral do pleito de 2024, houve a suspensão do material de divulgação seguindo a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.610 que consta:

Também está vedado ao agente público o uso de materiais ou serviços, custeados por governos ou casas legislativas, que ultrapassem as prerrogativas fixadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram. Publicidade (Brasil, 2024c).

Sendo assim, avaliamos que as equipes da Abordagem Social seguem realizando seu trabalho na perspectiva de atender a referida demanda, porém, conforme sinalizam nas entrevistas realizadas com avaliação da necessidade de se efetivar programas sociais, há ainda a compreensão de que o “Estado” é responsável pela gestão de políticas públicas com acesso à direitos, cidadania, visando garantir dignidade de forma humanizada. Por outro lado, conforme análise das pesquisa em se tratando de territorialidade e constante fixação da população em situação de rua para realizar mendicância, uso de drogas, prostituição e demais atividades que favoreçam a permanência na rua, haja vista a Praça Padre João (Centro), (1) Comunidade Nova Esperança (Banhado), (2) Comunidade Santa Cruz I e (3) Vila Guarani.

Consideramos que esses três pontos da região central são de tensão no fluxo circulatório devido a estarem em uma parte de controle mercadológico em que existe a disputa pelo espaço, que está no entorno do comércio, com clientes que frequentam instituições e prédios públicos,

local ideal para a população em situação de rua que realiza a mendicância, exigindo uma maior atuação dos(as) Educadores(as) Sociais, por meio de denúncias via 156 e ou monitoramento diário, que realizam nos locais que são próximos aos três bairros citados acima.

Avaliamos também que esse fluxo circulatório da população em situação de rua ocorre de acordo com sua necessidade de “ir e vir” em busca da mendicância ou para uso de drogas. Sendo assim, transitam nesses locais e, na maioria das vezes, retornam para a Praça Padre João, sendo ali sua referência para permanecer no local que “elegeu” ser de seu pertencimento. Por isso, apontado nas entrevistas pelos(as) Educadores(as) Sociais como o local de maior fluxo de atendimento à população em situação de rua.

Carlos (2021) pontua sobre o espaço geográfico sendo um produto que em determinado momento é do estado da sociedade e sua relação com a sociedade se apresenta em diferentes graus de desenvolvimento.

O homem, nesse contexto, é um ser social agente da vida econômica e da produção do espaço, que tendo por base as relações sociais, realiza profundas modificações no quadro econômico-político-social. O espaço é, pois, uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmos (Carlos, 2021, p. 32).

As narrativas dos(as) Educadores(as) Sociais apresentam conhecimento em relação ao seu trabalho no controle do território, assim como as condições favoráveis para que alguns não tenham interesse em utilizar o serviço prestado conforme cita na pesquisa o

ES 21 - *Nossa principal região de atendimento, seria no centro de São José dos Campos, onde se concentram o maior número de pop rua, maior número de mendicância, pois a facilidade de conseguirem dinheiro e utilizarem para suprir seus vícios em drogas, álcool e tabaco são grandes. Então vamos até esses locais com o intuito de oferecer ajuda e tentar inibir o consumo para que possam aceitar nossa ajuda.*

Consideramos ainda que assim como os homens, mulheres, crianças valorizam o espaço no qual está inserido, pois ali está seu protagonismo e trajetória de vida, ao mesmo tempo que o(a) Educador(a) Social também o valoriza, pois sua atuação está relacionada a proporcionar à população em situação de rua atendida condições de ser inserida nas políticas públicas, enquanto direito social e proteção.

Figura 9 - Trajeto de atendimento de uma pessoa em situação de rua em São José dos Campos



Fonte: Elaborado por Nanci Barroso e Autora (2024).

Apresentamos o mapa para elucidar o atendimento do Educador (a) Social e o percurso realizado em sua atividade diária com a população de rua. Tendo como exemplo iniciando na Praça Padre João, no qual realizam abordagem para um migrante, verifica-se que a pessoa atendida apresenta queixa sobre questão de saúde, devido a referência na região, conduzido para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Norte no qual o Educadora (a) acompanhar o atendimento, após liberação, conduzido para atendimento no Centro Pop com assistente social, no qual o migrante solicita pernoite e assegura que no dia seguinte irá seguir pela viagem. Conduzido para acolhimento no Abrigo Nova Esperança, sendo orientado que deverá retornar no dia seguinte para atendimento no Centro Pop para avaliação e possível atendimento com passagem.

Nas narrativas da entrevista realizada com os/as Educadores/as Sociais, observa-se que avaliam como positivo o fato de ter atendimento para a população em situação de rua nas regiões do município, porém consideram o Centro Pop como fundamental para efetivar a garantia de direitos conforme a necessidade apresentada pela pessoa atendida demonstra a pesquisa:

ES 25 – “Todas as regiões têm atendimento para a população em situação de rua. Mas a principal é o centro Pop, onde fazemos os

direcionamentos das pessoas para os acolhimentos e as demais necessidades”.

Consideramos que este exemplo de atendimento está fundamentado no trabalho realizado pelas equipes de “Abordagem Social” no cotidiano, a sua vivência também se depara com situações complexas, que servem de aprendizado e fortalecimento para sua atuação profissional enquanto percorre os espaços e territórios do município de São José dos Campos/SP.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, estudou-se o vínculo do/a Educador/a Social e a população de rua, percorrendo os territórios de circulação. Apesar de ser “visível” para o profissional que trabalha com a Kombi do Apoio Social, esta população ainda é “invisível” para os que circulam pelos espaços e territórios seja para trabalho, lazer, residência ou outras questões. A necessidade de efetivar Políticas Públicas que atenda não somente com acolhimento, como também o profissional ter acesso a legislação vigente que atende a população em situação de rua para que tenham condições de ampliar os conhecimentos que está para além da capacitação. Assegurar que o atendimento, conforme apresentamos na análise das entrevistas atualmente está embasada em uma política pública, no qual consideramos de suma importância promover de maneira ampla para que tenham não somente o conhecimento teórico, mas as diretrizes que norteiam o trabalho do Educador (a) Social com a população em situação de rua. Os Educadores/as Sociais são agentes importantes no controle da circulação dessa população, além de sua importância também no estabelecimento de vínculos para a eficácia do atendimento.

Porém, ainda sobre o controle social Teixeira (1997) apresenta um outro aspecto relevante, sendo “a possibilidade de o debate exceder interesses particulares das classes dominantes, considerando também as demandas de grupos socialmente mais vulneráveis” (Teixeira, 1997, p. 209). Sendo assim, existe a complexidade na ação do controle social, pois atende não somente a sociedade civil na efetivação das garantias de direitos, mas também na busca por atender os interesses de ordem pública visando mudança de comportamento e ou conduta, quanto à ocupação do espaço urbano pela população em situação de rua.

Destacamos ainda que a legislação que norteia a profissão do/a Educador/a Social, [...] Decreto Lei Federal nº 5.346-9 de 2009, estabelece o exercício da Profissão com “relevância no cenário profissional brasileiro e tem sido os parceiros mais importantes de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos e advogados, dentre outros profissionais” (Brasil, 2009b, p. 5).

A compreensão da história de cada pessoa em situação de rua, assim como a percepção sobre desigualdade, exclusão social, marginalização, conflito e abandono, demonstra o protagonismo do educador social enquanto profissional. Seu objetivo é amenizar as injustiças sociais e contribuir para o processo de “saída da rua” da pessoa atendida, promovendo a possível transformação nas suas condições de vida. Importante destacar ainda que o/a Educador/a Social possui características de atuação, sendo necessário também, por meio do trabalho realizado, o

fortalecimento de sua identidade enquanto profissional que atua de maneira constante e analisa a sociedade no qual estão inseridos.

Neste universo é importante ressaltar a contribuição do Planejamento Urbano enquanto um campo de saber interdisciplinar contribui para o desenvolvimento territorial e espacial. Carlos (2021) pontua sobre como a concentração de pessoas que utilizam o espaço para realizar atividades diversas e sua relação entre capital e trabalho quando existe a manifestação de diferentes formas de utilização do espaço. A mesma relação está fundamentada na apropriação privada do solo é que se manifesta o uso diferenciado de várias categorias de indivíduos e sua especificidade.

São os diversos modos de apropriação de espaço que vão pressupor as diferenças de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios e, portanto, sem luta. Por todos os lados vê-se a disparidade entre o “rico” e o “pobre” e entre este e o “miserável absoluto” que mora embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infraestrutura, na roupa e nos rostos (na rudeza ou suavidade de traços). “Cidades arruinadas pelo progresso e mutiladas pela civilização atual”, como escreveu Lorca em *Impressões e Paisagens* (Carlos, 2021, p. 42).

O contexto desta dissertação apresentada de maneira empírica, metodológica e revela que o educador e o(a) Educador(a) Social tem plena consciência de seu “papel” enquanto representantes do “Estado” ao realizar seu trabalho, especialmente enquanto circulam com as “Kombis” ou “Doblos” pelos espaços e territórios do município de São José dos Campos/SP. Isso amplia as oportunidades para o conhecimento do território e suas características, como a região, sua estrutura e as condições de atendimento para a população em situação de rua. Essa experiência também reflete não apenas a evolução profissional, mas também o crescimento pessoal dos educadores, que, por meio do trabalho, estão inseridos em uma política pública.

Embora os profissionais mencionam que têm conhecimento sobre o trabalho que realizam, destacam que é necessário expandir esse “leque” para questões como a capacitação continuada, para que possam obter mais conhecimento e reflexão sobre sua profissão e sobre como seus direitos estão garantidos. É importante ressaltar que, no contexto da atuação do educador social com a população em situação de rua, há uma escassez de referência bibliográfica. Por isso, é fundamental destacar que essa demanda, devido à sua complexidade, exige conhecimentos que vão além dos aspectos discutidos nesta dissertação.

Assim, a capacitação permanente é essencial para um maior aprofundamento sobre o trabalho dos educadores sociais, além de orientações atualizadas conforme o contexto atual em que esses profissionais se encontram. Sendo assim, Melo (2018) destaca atividades realizadas com o objetivo de valorizar a profissão do Educador e Educadora Social que ocorreram no Brasil sendo:

Encontros Estaduais, nacionais e mundiais de Educação Social: o Encontro Nacional de Educação Social (ENES) chegou a sua sétima edição em 2017 e no mesmo ano foi realizado o XIX Congresso Mundial de Educadores e Educadoras Sociais, sediado no Brasil. A criação de associações e sindicatos da categoria, cursos de extensão e especialização em Educação Social, pesquisas científicas e publicação de livros sobre educação social e pedagogia social. Em 2017, a Lei Federal nº 13.580/17 instituiu o dia 19 de setembro como o dia nacional do Educador Social, reafirmando assim a importância deste profissional (Melo, 2018, p. 112).

O presente estudo apresentado nesta dissertação não se esgota por aqui e tem por finalidade trazer conhecimentos que produzam uma construção reflexiva no subjetivo de cada Educador e Educadora Social, compreensão da sua própria história individual e na sua relação com o território e espaço urbano. Sempre em busca de conhecimento e desenvolvimento pessoal, garantia dos direitos, cidadania e justiça social.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país. **Agência Brasil**, 2007. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=05%2F2007%2007h01-,Entre%20os%20Ce%20nsos%20de%201940%20e%202000%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira,%25%20para%202061%2C8%25>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- ALVES, V. Y.; AZEVEDO, A. M. A Biopolítica de Michel Foucault: Controle do indivíduo e da sociedade. **Inter-legere**. v. 4, n. 30, 2021.
- AMARAL, A.; MOTA, A. E. M.; PERUZZO, J. F. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. *In*: MOTA, A. E. (Org). **As Ideologias da Contrarreformas e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BARROS, A. L. de S. **A relação com as entidades sociais na assistência social na cidade de São José dos Campos**: uma experiência em análise. 2011. 186 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BAND Vale. Vale São José dos Campos lidera em número de pessoas em situação de rua na RM Vale. **Pesquisa do Observatório Nacional dos Direitos Humanos baseia-se no número de pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. Disponível em: <https://www.band.com.br/band-vale/noticias/sao-jose-dos-campos-lidera-em-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-rm-vale-16662506>. Acesso em: 07 jan. 2025.
- BAPTISTA, N. J. A globalização perversa e o acirramento das fronteiras. **Espaço em transformação**, 2016. Disponível em: <https://espacoemtransformacao.com/2016/03/12/a-globalizacao-perversa-e-o-acirramento-das-fronteiras/>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROS, A. L. de S. **A relação com as entidades sociais na assistência social na cidade de São José dos Campos**: uma experiência em análise. 2011. p.186. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BECKER, B. K. Brasil: uma nova potência regional na economia – Mundo. *In*: BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. Egler. **Brasil: uma nova potência regional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BEHRING, E. R.; BOCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Decreto lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 7613, 07 jun. 1993. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A9BLICA%20Fa%3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%3%A9BLICA%20Fa%3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.) Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**: PNAS/2004 e Normal Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília: [s.n.], 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Federal nº 5.346-C, de 03 de junho de 2009**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Brasília, 2009b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1602478&filena me=Avulso. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: centro de referência especializado para população em situação de rua – Centro Pop. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e respostas**: serviço especializado em abordagem social. Brasília, DF: SUAS e população em situação de rua. 2013. v. IV. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024e.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC. **População em situação de Rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024a. Disponível em:

<https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/515305-educador-social>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.821, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14821-16-janeiro-2024-795258-publicacaooriginal-170865-pl.html>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Resolução nº 23.732, de 7 de fevereiro de 2024. Altera a Res.-TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, dispondo sobre a propaganda eleitoral. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 2024c. Disponível: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-732-de-27-de-fevereiro-de-2024>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CENTRO DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA. **Demonstrativo atendimento da equipe de abordagem social**. [2023]. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/protecao-ao-cidadao/csi/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888." **Estudos Ibero-Americanos**, v. 9, n. 1, p. 55, 1983.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL -CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

COSTA, L. de S. **O desemprego e seus indicadores**. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CUNHA, R. de C. O educador social e sua inserção nas políticas públicas: Imprevisibilidade ou arranjo do capital? **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v.3, n.2, p. 3-6, 2011.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, M. O. O Conceito de território: Reflexões conceituais e os enfoques na geografia contemporânea. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 29, n. 2, p.137-152, 2012.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978 - 1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, P. **Educadores de rua: uma abordagem crítica - alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Bogotá: Unicef, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 4 ed. São Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire, 2001.

HAFFNER, J. A. H. **Comissão Econômica para a América latina - A Cepal e a industrialização Brasileira (1950-1961)**. Pelotas: EDIPUCRS, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 33.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-conti-nua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=des+emprego. Acesso em: 20 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **R. B. Estudos urbanos e regionais** [S.l.], v. 15, n. 1, p. 77-93, 2013.

LEFEBVRE, Henri, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, p. 80, 2001.

LIRA, A. **Educadores sociais e a exploração sexual infanto-juvenil: uma proposta, um olhar**. 2003. Disponível em: <http://66.102.7.104/search?q=cache:Td0c3r-0Me4J:www.violenciasexual.org.br/publicacoes>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MACIEL, L. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo/Jundiaí**: Paco Editorial, 2013.

MACIEL, L. Nas encruzilhadas dos deslocamentos: trajetórias da população de situação de rua nas cidades de São Paulo e Paris. *In*: BÓGUS, Lucia Maria M; GUIMARÃES, Iracema

B.; VIANA, Lúcio Hanai V. (Org.). **A cidade no Debate Contemporâneo**. São Paulo: Max Editora, 2024, v. 1, p. 131-152.

MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática**: uma introdução ao estudo de sociologia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MASCARELLO, M. A.; SANTOS, C. F. BARBOSA, A. L. O. Mapas... Por quê? Por quem? Para quem? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 7, n. 1, p. 126-141, 2018.

MATTOS, V. de B. **Entrevista biográfica**: uma possibilidade de análise qualitativa de trajetórias educacionais e profissionais de jovens egressos do ensino superior. *Investigação Qualitativa em Educação*. v. 2, p. 551, 2015.

MELO, T. V. M. de; MACIEL, L. M.; SILVA, F. F. do A. Entre a circulação e a fixação: a ocupação da Praça da Matriz e seus arredores pela população em situação de rua em São José dos Campos/SP, Brasil. In: **RUA** [online]. v. 30, n. 1, 2024.

MELO, T. V. M. de. **Rua! Da população invisível às políticas de visibilidade**. Rio de Janeiro: Psisaber Editorial, 2018.

NATALINO, M. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica**. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, n. 103, fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, L. M. F. **O alcance da proteção social à população em situação de rua**: a fuga do paradigma do direito. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

OLIVEIRA, W. F. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.135-158, 2007.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

QUEIROZ, C. População de rua terá censo e novo programa de moradia. **Pesquisa Fapesp**, n. 339, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/populacao-de-rua-tera-censo-e-novo-programa-de-moradia/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Portugal: Gradiva, 2005. v. 17.

ROMANS, M.; PETRUS A.; TRILLA, J. **Profissão**: Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, J. S “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 30. ed. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 5.316, de 11 de janeiro de 1999. Estabelece o Registro Informativo do Movimento Migratório do Município e dá outras providências. **Secretaria da Câmara Municipal**, São José dos Campos, 1999. Disponível em: https://servicos.sjc.sp.gov.br/Legislacao/Arquivos/Leis/1999/LE_1999_00005316.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Lei n. 6.428, de 20 de novembro de 2003. Consolida a legislação municipal sobre promoção social. **Jornal do Boletim do Município**, São José dos Campos, 2003. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/legislacao/leis/2003/6428.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025

SÃO JOSE DOS CAMPOS. **Comunidade Cristã de Ação Social**: Plano de Trabalho-Serviço Especializado para pessoas em situação de Rua, p. 10, 2016/2017.

SÃO PAULO concentra quase metade da população em situação de rua no País, aponta pesquisa. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/sao-paulo-concentra-quase-metade-da-populacao-em-situacao-de-rua-no-pais-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SÃO PAULO. Prefeitura. Norma Técnica, nº 11/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. **Diário Oficial da Cidade**, 2024. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/legislacao/saiu-no-doc-legislacao/21022-norma-tecnica-n-11-smads-2024-servico-especializado-de-abordagem-social-as-pessoas-em-situacao-de-rua-seasmodalidade-adulto-e-modalidade-misto-30-12-2024>. Acesso em: 07 fev. 2025h.

SILVA, Marília Goulart. **Cartografia da resistência e do controle social**: trajetórias sociais da população em situação de rua em São José dos Campos-SP. Brasil (1980-2020). São José dos Campos, SP, 2023. 191 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/00006b/00006bd4.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025

SIMÕES NETO, J. P. **Assistentes sociais e religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUZA, M. D. S. **O SUS como política pública de saúde:** a percepção e motivação dos agentes comunitários de saúde em Redenção – CE. 2021. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira, Redenção, 2021.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, 1997. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18669>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Dados de identificação
 Título do Projeto: EDUCADOR SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO: O
 ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS
 CAMPOS/SP Pesquisador Responsável: Francisca Izabel da Silva Equipe executora:
 Lidiane M. Maciel Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do
 Vale do Paraíba (UNIVAP). Telefones / E-mails para contato: (12) 3947-1000 / Ramal
 1123 e (12) 982261373
 Nome do participante: _____ Idade:
 _____ anos Telef. de contato: _____ CÓDIGO FORMULÁRIO: _____

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título EDUCADOR SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO: O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, de responsabilidade da pesquisadora Francisca Izabel da Silva. Este estudo tem por objetivo compreender a ação de planejamento urbano voltada para a população em situação de rua por meio da atuação do Educador Social, destacando as políticas de controle social que visam a garantia de direitos e acessos à cidadania. Os benefícios de participação desta pesquisa estão ligados a evidenciar a situação vivida pelos profissionais de atuação na abordagem social. A pesquisa beneficiará também a ampliação do debate conceitual nas esferas sociais, acadêmicas e científicas acerca da realidade vivida pela população em situação de rua e das políticas públicas de atendimento, auxiliando na melhor compreensão destas realidades. Sua participação consistirá em entrevista semiestruturada. Durante sua participação pode ocorrer um possível desconforto ou ansiedade relacionada ao processo de resposta das perguntas, em que pode vir à tona, por exemplo, memórias traumáticas da atuação como Educador Social. Para minimizar esses riscos, utilizaremos códigos para manter preservada a sua identidade (os códigos serão sequências com a seguinte inscrição E.S 1, E.S 2, e assim sucessivamente); realizaremos a entrevista de maneira tranquila, atenciosa e calma em que você poderá realizar pausas caso julgue necessárias e recusar a responder às perguntas caso haja incômodo/desconforto de qualquer natureza. A entrevista será realizada em local reservado, ou onde o/a senhor (a) sentir confortável e seguro, privilegiando o centro pop conforme indicado pelo Sr. Fernando Dias Correia, descrito na Carta de Anuência, ou outros espaços públicos tais como parques e praças. Sempre respeitando as questões éticas necessárias nas entrevistas. O encontro para a entrevista, terá a presença unicamente da pesquisadora e do (a) participante. Garantimos o sigilo e a

confidencialidade das informações que o(a) senhor(a) fornecer e a sua privacidade na pesquisa, quanto a isso, seremos cuidadosas na análise e descrição de resultados preservando a sua identidade. Antes do início da entrevista, o TCLE será lido na íntegra para que o(a) senhor(a) tenha ciência do estudo, de sua participação, bem como das perguntas e dos riscos da pesquisa ou para esclarecer quaisquer dúvidas. Só depois de sua autorização é que a entrevista será iniciada. Esse Termo será assinado em duas vias. Recomenda-se ao(a) senhor(a) guardar uma via deste documento. Caso algum dos participantes desta pesquisa apresente dificuldade na leitura e assinatura do TCLE, a pesquisadora utilizar-se-á do registro de seu consentimento através de um gravador, onde ficará registrado a leitura do TCLE e o aceite do indivíduo, conforme a resolução 510/2016 artigo 2º XXII, que prevê que o registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. A qualquer momento, o(a) senhor(a) pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica. No caso de gastos decorrentes da participação nesta pesquisa (por exemplo, transporte e alimentação), o(a) senhor(a) e o seu acompanhante serão imediatamente e integralmente ressarcidos de todos os gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, o (a) senhor (a) tem direito de ser indenizado pelo pesquisador e/ou patrocinador desta pesquisa, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata. Sempre que desejar, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável ou equipe executora pelo telefone: (12) 982261373 e pelo e-mail: franciscaizabel53@yahoo.com. O(A) senhor(a) também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947-1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 33, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h. Este termo está elaborado em duas vias,

rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, ____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título do Projeto: EDUCADOR SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO: O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.

Pesquisador Responsável: Francisca Izabel da Silva

Equipe executora: Lidiane M. Maciel e Viviana Mendes Lima

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba. (UNIVAP). Mestrado em Planejamento Urbano e Regional

Telefones / E-mails para contato: (12) 982261373

Roteiro de Entrevista com os Educadores Sociais

I) Dados de Identificação

1. Código TCLE

2. Data de Nascimento:

3. Sexo: () Feminino () Masculino () LGBTQIA+

4. Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado () União Estável () Viúvo (a)

5. Profissão e/ou formação acadêmica: _____

II) Atividade Profissional:

6. Você conhece a Política Nacional para a pessoa em situação de rua, Decreto Lei Federal nº 7.053 de 2009?

() Sim

() Não

7. Tem experiência anterior em trabalho com a População em situação de Rua? () Sim () Não

8. Tempo no trabalho?

06 meses a 01 ano ()

01 a 03 anos ()

04 a 10 anos ()

+ 10 anos ()

9. Quando iniciou na equipe, sentia-se preparado para o trabalho como Educador Social? () Sim

() Não

10. Quais foram seus maiores desafios na profissão?

11. Qual sua expectativa no trabalho com a Pop de Rua?

12. Tem alguma dificuldade para realizar o trabalho como Educador Social?

() Sim () Não Qual?

13. Como você avalia seu trabalho de quando iniciou e até o presente momento?

III) Relação com a territorialidade com a população de rua

14. Quais as principais regiões de atendimento da população em situação de rua?

15. Como você julga a estrutura dessas regiões em que se encontra a população em situação de rua?

16. Quais as áreas do município que você julga mais carentes de atendimento à população em situação de rua?

17. Qual análise você faz da política pública na garantia do direito ao acesso à cidadania?